

MILITARES E POLÍTICA

Número 9
(julho-dezembro 2011)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Reitor: Carlos Antônio Levi da Conceição

Vice-Reitor: Antônio José Ledo Alves da Cunha

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Decano: Marcelo Macedo Corrêa e Castro

Superintendente Administrativo: Maria Goretti Cruz Marques Mello

INSTITUTO DE HISTÓRIA

Diretor: Fábio de Souza Lessa

Vice-Diretor: Norma Côrtes

LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE MILITARES NA POLÍTICA

Responsável: Renato Luís do Couto Neto e Lemos

MILITARES E POLÍTICA

Número 9 – julho a dezembro de 2011 – ISSN 1982-6834

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Barreto de Souza - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Adriano Nervo Codato - Universidade Federal do Paraná

Álvaro Pereira do Nascimento - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Celso Castro - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/FGV

Christiane Figueiredo Pagano de Mello - Universidade Federal de Tocantins

Eliézer Rizzo de Oliveira - Núcleo de Estudos Estratégicos/Universidade Estadual de Campinas

Francisco César Ferraz - Universidade Estadual de Londrina

Frank McCann - University of New Hampshire

Hendrik Kraay - University of Calgary

João Roberto Martins Filho - Universidade Federal de São Carlos

José Murilo de Carvalho - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Manuel Domingos Neto - Universidade Federal do Ceará

Paulo Ribeiro da Cunha - Universidade Estadual Paulista

Peter M. Beattie - Michigan State University

Renato Luís do Couto Neto e Lemos - LEMP/Universidade Federal do Rio de Janeiro

COMITÊ EDITORIAL

Renato Luís do Couto Neto e Lemos (LEMP/UFRJ) – Editor

Cláudio Beserra de Vasconcelos (LEMP/UFRJ) – Subeditor

Rachel Motta Cardoso (doutoranda PPGHCS/COC/FIOCRUZ/LEMP/UFRJ) – Secretária

DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO

Cláudio Beserra de Vasconcelos

Endereço para correspondência:

Comitê Editorial

Largo do São Francisco de Paula, 01 – sala 206 – Centro

Rio de Janeiro/ RJ – CEP: 20051-070

Tel.: 55 21 2201-3141 r. 208

<http://www.lemp.historia.ufrj.br> e <http://www.lemp.historia.ufrj.br/revista>

e-mail: lemp@ifcs.ufrj.br

Militares e Política / Laboratório de Estudos Sobre Militares na Política / Departamento de História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Instituto de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro. n. 1 (2007). Rio de Janeiro: IFCS / UFRJ, 2007-

Semestral
ISSN 1982-6834

1. História I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Instituto de História. Laboratório de Estudos Sobre Militares na Política.

Sumário

<i>Nota Editorial</i>	05
-----------------------------	----

Artigos

<i>Reintegração social do ex-combatente no Brasil: O caso da Secretaria de Assistência da Legião Paranaense do Expedicionário - SA/LPE (1946-1960)</i>	7
Dennison de Oliveira	
<i>Caminos cruzados. Un estado de la cuestión sobre las agendas política y académica de la defensa en Argentina (1983-2003)</i>	24
Iván Poczynok	
<i>A relação empresarial-militar entre Brasil e Estados Unidos no golpe de 1964</i>	52
Martina Spohr	
<i>Regimes Militares e a Segurança Nacional no Cone Sul</i>	64
Sérgio Luiz Cruz Aguilar	
<i>Os militares na liberalização do regime autoritário brasileiro (1974-1985)</i>	83
Aloysio Castelo de Carvalho	
<i>A posição de classe do proletariado diante da anistia</i>	105
João Ferreira (Eduardo Navarro Stotz)	

Nota Editorial

Número 9 - julho a dezembro de 2011

Em sua nona edição, *Militares e Política* destaca, em dois artigos, temas específicos da atividade militar, associados à guerra e à defesa nacional. Outros três artigos tratam da participação de militares em regimes ditatoriais do Cone Sul da América. Por fim, publica-se um artigo não acadêmico, mas que se apresenta como um documento importante para a compreensão de questões candentes do cenário político brasileiro atual, como a revisão de lei de anistia de 1979 e o funcionamento da Comissão da Verdade criada pelo governo federal recentemente. Discutindo a posição do proletariado brasileiro em face da campanha pela anistia antes da sua concessão, o artigo oferece um ponto de vista que costuma estar ausente na avaliação histórica do problema.

Renato Luís do Couto Neto e Lemos (LEMP-UFRJ)

Reintegração social do ex-combatente no Brasil: o caso da Secretaria de Assistência da Legião Paranaense do Expedicionário - SA/LPE (1946-1960)

Dennison de Oliveira*

Resumo:

A sucessão de conflitos armados de grandes proporções nos tempos contemporâneos levou ao aparecimento de questões suscitadas pelo planejamento e aplicação de políticas públicas de reintegração social dos ex-combatentes. Em que pese o elevado grau de detalhamento com que essas políticas vêm sendo pesquisadas no Brasil em tempos recentes, a maior parte dos estudos carece de uma base empírica mais ampla. Esse artigo pretende contribuir para o entendimento do processo de reintegração social do ex-combatente no Brasil com referência ao período 1946-1960, baseando-se numa ampla base estatística e documental, legada por aquela que talvez tenha sido a mais importante entidade da sociedade civil brasileira a se engajar no esforço de reintegrar à comunidade nacional os veteranos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945): a Legião Paranaense do Expedicionário (LPE). Neste texto são examinados os documentos denominados de fichas individuais de atendimento a ex-combatentes, legadas pela Secretaria de Assistência da Legião Paranaense do Expedicionário (SA/LPE).

Palavras-chaves: veteranos de guerra; reintegração social; assistência social.

Abstract:

The succession of major armed conflicts in contemporary times has taken us to questions raised by the planning and implementation of public policies for social reintegration of former combatants. Despite the high level of detail in which these policies are being investigated in Brazil in recent times, most studies lack a broader empirical basis. This article wish to contribute to the understanding of the process of social reintegration of former combatants in Brazil with reference to the period 1946-1960 based on a broad-based statistical and documentary, bequeathed by the one who perhaps was the most important entity of the Brazilian civil society to engage in an effort to rejoin to the national community the veterans of World War II: the Legião Paranaense do Expedicionário (LPE). In this paper we examine the documents called individual forms of assistance to former combatants, bequeathed by the Secretaria de Assistência of the Legião Paranaense do Expedicionário (SA/LPE).

Keywords: war veterans; social reintegration; social assistance

* Doutor em Ciências Sociais, UNICAMP, 1995. Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Autor dos livros *Os soldados brasileiros de Hitler* e *Os soldados alemães de Vargas*, ambos lançados pela Editora Juruá, Curitiba, 2008. E-mail: kursk@matrix.com.br.

Os estudos sobre o processo de reintegração social dos ex-combatentes desenvolvidos no Brasil em tempos recentes, principalmente aqueles produzidos por profissionais da disciplina da história, têm se voltado para o exame de questões como a aplicabilidade das leis de amparo aos veteranos de guerra, a luta pela empregabilidade, a continuidade ou início da vida escolar, atendimento médico e hospitalar, vida social e familiar, envolvimento político das associações de ex-combatentes etc. Contudo, esses trabalhos – embora tenham suscitado questões de mais alta relevância para a pesquisa – até aqui não puderam contar com uma base de casos ampla, significativa e diversificada o suficiente para permitir conclusões que pudessem ser generalizadas.¹

Com efeito, o processo de reintegração social tem sido entendido até aqui com referência a algumas dezenas de casos particulares, encontrados tanto em depoimentos orais quanto em memórias publicadas. O recente contato com o vasto, diversificado e valioso acervo de documentos e fontes históricas da Legião Paranaense do Expedicionário (LPE), até aqui desconhecido dos pesquisadores, permite lançar novas luzes sobre essas importantes questões.²

A LPE surgiu menos de um ano após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), resultado da iniciativa de um reduzido grupo de veteranos da Campanha da Itália (1944-1945). Em sua maioria eram oficiais da ativa e da reserva do Exército, que haviam lutado ou atuado com a Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália durante a guerra. O foco imediato da entidade desde seu início esteve nas questões sociais e políticas que envolviam os veteranos, a grande maioria dos quais foi abandonada à própria sorte pelo governo federal tão logo retornou ao Brasil.

A Casa do Expedicionário foi inaugurada em Curitiba, em 15 de novembro de 1951. Sua construção foi resultado da iniciativa e determinação da LPE, e contou com o auxílio de órgãos públicos e privados, civis e militares, de entidades da sociedade civil,

¹ Veja-se, por exemplo, ROSA, A. S. *A reintegração social dos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira*, na qual são tomados como referência os depoimentos orais de seis veteranos de guerra que ainda viviam e outros seis publicados sob forma de livro. Quarenta diferentes publicações de autoria de ex-combatentes contendo informações diversas sobre o processo de reintegração social constituem a maior parte da base empírica de NASS, S. F. *Legião Paranaense do Expedicionário – Indagações sobre a reintegração social dos febianos paranaenses (1943-1951)*. Apenas quatro dessas publicações foram usadas em SILVA, M.A. P. *Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira: memórias e identidades de ex-combatentes no sul de Mato Grosso*. Isso ocorre mesmo em um trabalho extremamente consistente, como o já clássico FERRAZ, Francisco César Alves. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)*, que toma como fonte, entre outras, vinte depoimentos orais e 28 livros publicados por ex-combatentes.

Reintegração social do ex-combatente no Brasil:
o caso da Secretaria de Assistência da Legião Paranaense do
Expedicionário - SA/LPE (1946-1960) – 9

bem como de milhares de cidadãos da comunidade curitibana e de todo Brasil. Na sede própria da LPE quase todo espaço era ocupado por serviços sociais que oferecia aos veteranos de guerra, como atendimento médico, dentário, jurídico, administrativo, cultural, educativo, profissional etc. Nada menos de dez cômodos no andar superior do edifício foram reservados para hospedar os ex-combatentes de outras cidades em trânsito pela capital, geralmente em busca de atendimento médico.³

O objetivo deste artigo é, tomando como referência o universo de indivíduos atendidos e/ou pertencentes à LPE, interpretar o processo de reintegração social dos ex-combatentes no período 1946-1960, no tocante a questões como: qual a natureza dos pedidos encaminhados à SA/LPE? Quantos requereram os benefícios das leis criadas para amparar os ex-combatentes? Quantos buscaram ajuda para obter ou reaver emprego? Quantos conseguiram (re)iniciar uma vida escolar? Quantos pleitearam ajuda da LPE para ter acesso a atendimento médico e hospitalar? Tudo isso impõe o apelo a novas e mais extensas coleções de fontes do que aquelas até aqui estiveram à disposição dos historiadores.

Um fator complicador da pesquisa sobre o processo de reintegração social dos ex-combatentes no Brasil diz respeito ao seu caráter não-institucional ou pouco institucionalizado, principal motivo da inexistência de extensos acervos de fontes sobre o assunto. Em contraste, na experiência internacional, em que, via de regra, tal processo é uma política de Estado, a documentação sobre o processo de reintegração social é muito mais vasta, serial e de fácil acesso.⁴

O grau de institucionalização das políticas públicas voltadas para a reintegração social do ex-combatente tem uma relação direta com o estatuto da cidadania vigente em cada país. Por exemplo, a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), tida como a mais cruenta do seu tipo na história humana, legou milhões de ex-combatentes, mas somente

² Serão feitas mais adiante a descrição e considerações de ordem teórico-metodológica sobre essas fontes com relação à base estatística legada pela pesquisa.

³ OLIVEIRA, Dennison de (org.). *Guia do Museu do Expedicionário 2011*.

⁴ Mesmo no caso soviético, onde os direitos civis eram fracamente respeitados, logrou-se institucionalizar em algum grau as políticas de reintegração social dos ex-combatentes, legando uma quantidade importante de fontes que tem permitido a diferentes historiadores interpretar as implicações do processo como pode ser visto em PHILLIPS, Sarah D. "There Are No Invalids In The USSR!": A

os que lutaram pelo lado vencedor (Franquismo) é que receberam algum amparo do Estado nacional espanhol, situação que só será revertida – e mesmo assim parcialmente - com a redemocratização daquele país.⁵

No Brasil o tema ainda desperta pouco interesse entre os pesquisadores, o que não deixa de ser surpreendente. Embora seja amplamente reconhecido, por exemplo, o impacto da Guerra do Paraguai (1864-1870) sobre a mudança no padrão de atuação política do Exército brasileiro,⁶ pouco ou nada se sabe, por exemplo, sobre as implicações políticas e sociais mais amplas do processo histórico de reintegração social dos seus ex-combatentes. Informações esparsas podem ser colhidas em diferentes obras, mas estas geralmente estão focadas nas transformações políticas e sociais que ocorreram tanto na instituição militar quanto no perfil dos indivíduos que a integravam.⁷ Ainda é pouco conhecido o destino da grande massa de dezenas de milhares de cidadãos brasileiros que lutaram nessa que é, até hoje, a maior de todas as guerras travadas pelo país.⁸

A despeito disso, existe um relativo consenso na literatura disponível sobre o caráter socialmente injusto e politicamente ruinoso do abandono mais ou menos geral a que foram relegados os ex-combatentes brasileiros da Guerra do Paraguai. De fato, não apenas aos indivíduos das classes mais baixas era imposto o ônus de defender a pátria no campo de batalha, mas a eles era também negado quase que totalmente o amparo do Estado ao fim do conflito.⁹

Em tempos recentes o tema da reintegração social dos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial tem chamado cada vez mais a atenção dos pesquisadores. Afinal, trata-se de um conflito que gerou um número significativo de ex-combatentes. Mais ainda, dentre estes se encontram indivíduos que vieram a se tornar quadros importantes da política partidária e institucional. A história e a memória dos eventos

Missing Soviet Chapter In The New Disability History e EDELE, Mark. *Soviet Veterans of the Second World War: A Popular Movement in an authoritarian society, 1941-1991*.

⁵ AGUILAR, Paloma. Agents of memory: Spanish Civil War veterans and disabled soldiers. pp. 84-103.

⁶ Veja-se, por exemplo, COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*.

⁷ Mesmo um trabalho extenso, abrangente e detalhista sobre aquele grande conflito como DORATIOTO, F. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai* traz pouquíssimas informações sobre o assunto.

⁸ Um trabalho acadêmico pioneiro sobre o tema é o de GOMES, Marcelo Augusto Moraes. *“A espuma das províncias”: um estudo sobre os Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria na Corte (1864-1930)*.

⁹ Podem-se encontrar algumas informações sobre o assunto em MCCANN, F. *Soldados da pátria: história do exército brasileiro (1889-1937)*.

Reintegração social do ex-combatente no Brasil:
o caso da Secretaria de Assistência da Legião Paranaense do
Expedicionário - SA/LPE (1946-1960) – 11

relativos à participação do Brasil no conflito tem reconhecidamente um impacto substancial na cultura política do pós-guerra, e isso tem ajudado a atrair o interesse dos pesquisadores para o tema da reintegração social dos ex-combatentes.¹⁰

Embora valiosos enquanto portadores de contribuições pioneiras sobre o tema, não se pode deixar de notar que as interpretações históricas do processo de reintegração social dos ex-combatentes brasileiros da Segunda Guerra Mundial disponíveis até aqui ainda carecem de uma base empírica e documental mais ampla do que a proporcionada por depoimentos ou memórias individuais de ex-combatentes. Esta é a importância das fontes legadas pela LPE: boa parte das informações nelas contidas é quantificável e passível de compor uma ampla base de dados relacional.

Cabe assinalar até que ponto o Paraná pode ser significativo para a história da FEB. Um bom ponto de partida é a proporção em que indivíduos oriundos do estado do Paraná, área de atuação da LPE, participaram tanto da FEB quanto dela. O efetivo recrutado no estado para a luta na Campanha da Itália somava 1.542 indivíduos, ou 6,61% do total.¹¹ Com a intensa migração interna para o Paraná durante o ciclo do café no Segundo Pós-Guerra, bem como graças ao crescimento urbano de sua capital e outras grandes cidades no Norte do estado, um número substancial de ex-combatentes que não eram naturais do Paraná acabou por se filiar à LPE, elevando o número de seus membros a cerca de 2.500 indivíduos, o que resulta num percentual aproximado de 10% do total de militares que o Brasil enviou à Itália para combater o nazi-fascismo.

Em qualquer cenário, um estudo sobre a LPE sempre será relativo a uma parte – provavelmente, a décima – dos ex-combatentes em seu esforço de reintegração social. Contudo, trata-se de uma parte cuja proporção em relação ao todo pode – ao contrário

¹⁰ O trabalho pioneiro e até hoje o mais importante sobre o assunto é FERRAZ, F. *Op. cit.* O autor também é orientador de pesquisas sobre o tema, como as apresentadas no II Seminário de Estudos sobre a Força Expedicionária Brasileira – II SESFEB, realizado em Curitiba/PR em 2011: Carlos Henrique Lopes Pimentel - A Associação de Ex-Combatentes do Brasil: O Conflito ideológico e a Esquerda Militar (1945-1950); Renata Viana - Os ex-combatentes civis da Força Expedicionária Brasileira e a difícil retomada da vida anterior á guerra. <http://iisesfeb.blogspot.com.br/2011/04/propostas-de-comunicacao-de-trabalhos.html> Acesso em: 14/04/2011. Em todos esses trabalhos a principal base empírica são depoimentos orais ou publicados de ex-combatentes, cuja quantidade pode variar de no mínimo de um até ao máximo de 46, como em FERRAZ, F. *Op. cit.* ou apenas dois como em FERRAZ, F. C. & LOCOSTRE, A. V. O ceticismo da memória: considerações sobre narrativas de dois veteranos da Força Expedicionária Brasileira.

¹¹ MASCARENHAS DE MORAIS, J. B. *A FEB pelo seu comandante*, p. 304.

do indicado pelos estudos até aqui disponíveis –, pelo menos, ser estabelecida. Ainda em contraste com o estado atual da questão, trata-se de uma parte que, em que pese suas especificidades – tão vastas e tão numerosas que sequer podem ser mencionadas nos estreitos limites deste artigo – tem alguma expressão percentual em relação ao todo.

O conjunto de documentos mais importante até aqui encontrado nos acervos documentais da LPE é a coleção de Fichas Individuais de Atendimento a Ex-combatentes (1946-1962) da Secretaria de Assistência Social da entidade. A Secretaria foi criada para atender aos pedidos de auxílio feitos pelos ex-combatentes, sendo colocada a cargo de um diretor que, como os demais membros da diretoria, exercia um mandato de dois anos. A natureza dos pedidos variava imensamente. As informações sobre essas demandas eram lançadas em fichas individuais de atendimento, nas quais constavam dados de identificação do ex-combatente, o auxílio demandado e o “histórico da solução”, onde constavam as providências tomadas para atender ao solicitado e os resultados obtidos.

A diversidade de pedidos incluía providências solicitadas à LPE no sentido de prover emprego, atendimento médico, obtenção e/ou manutenção de órgãos artificiais, compra de medicamentos, pedidos de notícias de parentes, assistência jurídica para fazer valer os direitos garantidos nas leis de amparo aos ex-combatentes, reintegração ao emprego ou à carreira militar interrompida, hospedagem, auxílio para abertura de pequenos negócios ou comércio, obtenção de empréstimos, financiamento para despesas fúnebres dos veteranos de guerra ou seus familiares etc. Incluía, também, ajuda emergencial, como se nota nos pedidos de pequenas somas de dinheiro para alimentação, higiene, compra de peças de vestuário etc. Essas informações estão descritas livremente na face de cada uma das 836 fichas de atendimento a pedidos de ajuda de 719 diferentes ex-combatentes atendidos pela LPE ao longo de seus primeiros treze anos.

É relevante observar que, embora diversificados e complexos, os dados presentes nessas fichas puderam ser sistematizados a fim de compor uma base de dados que permitiu tanto a quantificação desses processos quanto o estabelecimento de inter-relações entre suas componentes. Utilizando-se de uma planilha de cálculo, lançaram-se os dados contidos nas fichas discriminados como segue: número da ficha, unidade da FEB a que pertenceu o pleiteante, município de origem, data do pedido, nome do pleiteante, se demandou órgãos artificiais, notícias de familiares, se pediu cigarro, corte

Reintegração social do ex-combatente no Brasil:
o caso da Secretaria de Assistência da Legião Paranaense do
Expedicionário - SA/LPE (1946-1960) – 13

de cabelo ou barba, sapato, medicamentos, exame médico, atendimento médico, perícia médica, indicação de emprego, carta de apresentação, se foi requerido o benefício das leis de amparo aos ex-combatentes e a necessária assistência jurídica para se montar os respectivos processos, se foi pedida isenção do pagamento de matrículas ou taxas escolares, reintegração ao serviço civil ou militar, auxílio funeral, auxílio financeiro, passagens de avião, trem ou ônibus, despesas de viagem, estadias, obtenção de original ou cópia de documentos, que doenças afligiam o solicitante, e, finalmente, se foram pagas as quantias a eles emprestadas pela LPE, como segue:

Natureza do atendimento	Casos	%
Primeiro auxílio financeiro	263	17,31
Emprego	193	12,70
Atendimento médico	191	12,57
Benefícios lei 1095	166	10,92
Passagem terrestre/aérea	95	6,25
Ofício de apresentação	92	6,05
Assistência jurídica	87	5,72
Perícia médica	85	5,59
Medicamentos	47	3,09
Benefícios lei 2579	36	2,36
Despesas viagem	29	1,90
Obtenção documentos	26	1,71
Exame médico	25	1,64
Auxílio(s) financeiro(s) adicional(is)	25	1,64
Gratuidade ensino	24	1,57
Estadia	17	1,11
Roupa	15	0,98
Reintegração serviço público	12	0,78
Auxílio funeral	10	0,65
Órgãos artificiais	10	0,65
Notícias paradeiro familiares	6	0,39
Sapatos	6	0,39
Cigarro	4	0,26
Pagamento empréstimo LPE	4	0,26
Benefícios lei 2378	2	0,13
Doação LPE	1	0,06
Diversos	48	3,15
Total	1.519	100,00

Fonte: Coleção de fichas individuais de atendimento as ex-combatentes da Secretaria de Assistência da Legião Paranaense do Expedicionário, Curitiba.

Um primeiro aspecto a chamar a atenção nessa tabela é a diversidade de itens que a compõem. E mesmo esses tópicos listados ocultam uma diversidade de ações por

parte da Secretaria de Assistência que é difícil de catalogar. Os casos extremos são o já citado tópico Assistência Jurídica e item Diversos.

A Assistência Jurídica a que a tabela se refere engloba ações que podem ser entendidas de duas formas. Na primeira, trata-se estritamente de assessoria ou, mesmo, prestação de serviços em questões judiciais e policiais aos ex-combatentes. A outra é propriamente política, na qual a LPE exerce sua influência junto a instâncias que não necessariamente tem relação com a questão – seja jurídica, seja policial – em si (como o próprio governador do estado), ou que não dizem respeito ao ex-combatente (como familiares de ex-combatentes).

No tópico "Diversos" se encontram itens que, embora sejam por vezes assimiláveis a outros já existentes (roupa, ofícios de apresentação etc.), chamam a atenção pela singularidade do caso, pelo caráter revelador dos extremos de dramaticidade a que chegou no Brasil o processo de reintegração social do ex-combatente após a Segunda Guerra Mundial. Aqui, muito provavelmente, desempenhou um papel a subjetividade do pesquisador. Mas, como se trata de casos cuja recorrência foi numericamente nula ou inexistente, prevaleceu a opção pelo lançamento do caso na categoria "Diversos".

Cabe citar dois exemplos. O primeiro é o do ex-combatente José da Cruz Filho de Antonina (PR) que pediu à LPE um queijo, quando internado no Sanatório da Lapa (PR), pouco antes de morrer de grave infecção nos pulmões. Não se conhece outro pedido deste tipo que tenha chegado à Secretaria de Assistência. Já o caso de Manoel Antônio Fernandes, de Guarapuava (PR), poderia até ter sido encaixado no tópico Roupas. Afinal de contas, a SA/LPE lhe forneceu um terno em 17 de novembro de 1953. Contudo, o fato de o terno lhe ter sido fornecido a fim de torná-lo adequadamente trajado para comparecer a uma determinada cerimônia o torna singular. Trata-se da cerimônia em que ele receberia a medalha Cruz de Combate a qual fazia jus havia oito anos.

Examinando a frequência com que aparecem os diferentes tópicos, percebe-se que a ação mais recorrentemente exercida por parte da SA/FEB era mesmo atender aos pedidos de dinheiro por parte dos ex-combatentes. Em nada menos de 288 casos (18,95%) foi pedido dinheiro uma ou mais vezes. Alguns veteranos de guerra demandaram auxílios desse tipo por vários anos à SA/LPE. O menor valor fornecido

Reintegração social do ex-combatente no Brasil:
o caso da Secretaria de Assistência da Legião Paranaense do
Expedicionário - SA/LPE (1946-1960) – 15

pela LPE a um veterano de guerra foi de sete cruzeiros, e o maior de nove mil cruzeiros, ao longo do período 1946-1960.

Uma dificuldade que surge na análise desses dados diz respeito à atualização monetária, em especial se levarmos em conta a considerável inflação do período, por volta de 20% ao ano. Contudo, um rápido exame da evolução do valor nominal do salário mínimo em cruzeiros no período 1943-1960 pode fornecer alguma indicação.¹²

dez/1943	380,00
jan/1952	1.200,00
jul/1954	2.400,00
ago/1956	3.800,00
jan/1959	6.000,00
out/1960	9.600,00

Uma abordagem preliminar indica que os valores mais altos, na casa de nove mil cruzeiros, correspondiam, ao tempo em que foram efetivamente pagos, a um máximo de oito salários mínimos. Trata-se de somas que se referem ao financiamento, no todo ou em parte, de despesas médicas tanto de ex-combatentes quanto de seus familiares.

Depois do auxílio financeiro, o segundo tipo de pedido de ajuda mais frequentemente feito à SA/LPE foi o de emprego. Foram 193 casos (12,70%) de veteranos de guerra pedindo alguma colocação, tanto em empresas privadas quanto no serviço público. Em alguns casos, o requerente sequer especificava a natureza da função ou vínculo institucional desejado, como o de Jorge Alves Teixeira, natural de Antonina (PR). Ele era estivador no porto de Antonina, analfabeto e, em função de sequelas de doenças contraídas na campanha, demandava à LPE, em 1.º de setembro de 1947, um “emprego mais leve”.

As demandas de emprego no serviço público costumavam ser mais detalhadas. Numa fase mais adiantada do processo, era o próprio interessado que informava à LPE,

¹² Tabela de valores nominais para o salário mínimo pode ser encontrada em http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo_1940a1999.htmv. Acesso em: 14/04/2012.

inclusive, onde havia vaga para a função pretendida. Se bem que, em muitos casos, o requerente apenas fazia a LPE saber do seu interesse em ser aproveitado no serviço público.

Em terceiro lugar em ordem de importância, aparece o tópico Atendimento Médico. Entendidas em termos estritos as ações da SA/LPE relativas ao Atendimento médico somam 191 casos (12,57%). São números expressivos que, somados a outros itens correlatos ao que se pode considerar atendimento a saúde, constituem o impressionante total de 348 casos ou 22,89% de todas as ocorrências.

De acordo com essa interpretação, mais de um quinto dos casos de veteranos atendidos pela LPE demandava algum tipo de atendimento à saúde. Destes casos, as perícias médicas, necessárias para compor os processos de reforma e obtenção de pensões envolvem 85 ex-combatentes (5,59%). Já o auxílio para compra de medicamentos foi concedido a 47 indivíduos (3,09%). Finalmente, o auxílio para realização de exames médicos foi prestado a 25 veteranos (1,64%). Este número é, com certeza, subestimado. Afinal, é um fato estabelecido que os maiores valores em dinheiro cedidos pela LPE a veteranos foram justamente aquelas relativas ao pagamento de despesas médicas. Tais somas foram dedicadas a custear cirurgias, internamentos e consultas, tanto dos ex-combatentes quanto de familiares seus. Mas nem mesmo isso completa o quadro dos recursos mobilizados pela LPE para atender às demandas relativas ao cuidado da saúde dos veteranos e seus familiares. É preciso lembrar que também houve o trabalho voluntário, em parte ou totalmente gratuito, de médicos e clínicas particulares, engajados na causa da reintegração social do ex-combatente, tema que não será desenvolvido aqui.

Em quarto lugar em quantidade de atendimentos da SA/LPE aparecem os 166 (10,92%) pedidos dos interessados em obter os benefícios da Lei 1.095 de 07/01/1953, do estado do Paraná. Essa lei concedia uma pensão às viúvas e órfãos de expedicionários nascidos no estado. Mais de dez por cento dos atendimentos prestados pela SA/LPE se referem à montagem e encaminhamento de processos visando obter o pagamento de pensões concedidas pela lei.

Reintegração social do ex-combatente no Brasil:
o caso da Secretaria de Assistência da Legião Paranaense do
Expedicionário - SA/LPE (1946-1960) – 17

A SA/LPE também formatava os pedidos e acompanhava a concessão de benefícios concedidos pelas leis federais, como a n. 2579.¹³ Neste item, foram atendidos 36 indivíduos (2,36%). A SA/LPE atendeu, também, dois requerentes dos benefícios da Lei 2378 (0,13%), que previa a doação de moradias pelo governo federal aos familiares dos expedicionários mortos em campanha ou em decorrência da participação nela. Somando-se todos pedidos de encaminhamento e acompanhamento de processos demandando acesso a benefícios de leis diversas, conclui-se que somaram 13,41% dos atendimentos da SA/LPE.

Em quinto lugar, aparece o fornecimento de passagens, tanto terrestres quanto aéreas. Em se tratando de passagens terrestres, principalmente de ônibus, para localidades relativamente próximas, geralmente a própria SA/LPE providenciava a aquisição ou adiantava pequenas somas em dinheiro suficientes para que os ex-combatentes as adquirissem. Já as passagens de trem e aéreas, geralmente interestaduais, eram obtidas através de ofício encaminhado à empresa ferroviária (RVPSC) ou à Chefatura de Polícia que, via de regra, as forneciam. No pior cenário, se conseguia apenas e tão somente um desconto no preço da passagem, ou a isenção de pagamento de um trecho da viagem.

A SA/LPE também custeava despesas de viagem. Esse é mais um item relativo ao auxílio financeiro, aqui tratado separadamente em função da sua especificidade. Para tanto, eram disponibilizados aos veteranos de guerra quantias que variavam de cinquenta a mil seiscientos e cinquenta cruzeiros. Se somarmos os atendimentos aos pedidos de passagens e despesas com viagens chegamos à conclusão de que 124 pessoas (8,15%) foram atendidas pela SA/LPE nestas demandas.

Em sexto lugar, aparece um dos recursos mais frequentemente utilizados pela SA/LPE para auxiliar os ex-combatentes no esforço de ver seus direitos garantidos, qual seja, a emissão de ofícios de apresentação. Tais ofícios eram encaminhados para uma

¹³ FERRAZ, F. *Op. cit.* p. 221: “(...) a Lei nº 2.579, de 23 de agosto de 1955, “alcançada por alguns expedicionários de ‘Lei do Pé na Cova’ ou ‘Pensão do Louco de Guerra’. Tratava-se, além da garantia de atendimento médico-hospitalar, a expensas do Governo Federal, da concessão de pensão de aposentadoria, apenas aos veteranos que sofressem de enfermidades graves, como tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia ou qualquer outra enfermidade que os incapacitasse para o trabalho”.

variedade de instituições públicas e privadas, geralmente apresentando o ex-combatente como candidato a uma vaga para emprego. Também se tentava através desses ofícios garantir atendimento médico e, em um caso particularmente dramático, até mesmo viabilizar a entrega dos seus filhos a um orfanato. Foram contabilizados 92 pedidos desse tipo de ofício (6,05%), isto é, ofícios de apresentação que foram emitidos a pedido do próprio interessado. Mas é importante notar que a emissão de ofícios por iniciativa da LPE era um expediente comum, amplamente adotado para a resolução de diferentes problemas enfrentados pelos ex-combatentes em uma série de instâncias e instituições.

A sétima atividade mais frequentemente exercida pela SA/LPE dizia respeito a assistência jurídica. Foram 87 casos (5,72%) de veteranos de guerra demandando tal tipo de auxílio para resolver questões extremamente diversificadas, como a defesa em ações judiciais ou casos policiais, efetivação em emprego público, isenção de impostos, obtenção de empréstimos, pagamento de vencimentos atrasados etc. Como notado anteriormente, em alguns casos a LPE usava sua influência política junto a instâncias superiores da administração para lograr êxito no atendimento às demandas do ex-combatente, indo muito além do que seria considerado, em sentido estrito, uma assessoria jurídica. Tal foi o caso, por exemplo, de Roosevelt de Oliveira Chueire, nascido em Tomazina (PR) e que na guerra atuou como 2º. sargento de artilharia. Ele procurou a SA/LPE para que intercedesse junto ao governador do Estado a fim de que lhe fosse concedido um cartório no norte do Paraná em algum município novo a ser criado. O ofício chegou a ser emitido, mas não consta que tenha sido logrado sucesso na solicitação.

A SA/LPE também atuou como uma instância de conciliação de um tribunal de pequenas causas, mediando conflitos e evitando que fossem levados a instâncias jurídicas formais, com os correspondentes custos em tempo, energia e dinheiro. Por exemplo, Em 20 de fevereiro de 1953, por exemplo, recebeu o pedido de ajuda de Afonso Filos, que lutou no 6º. Regimento de Infantaria (RI) e desejava despejar a inquilina de um imóvel de sua propriedade. Três anos depois, a SA/LPE conseguiu convencê-la a deixar o imóvel amigavelmente.

Numérica e percentualmente, foi pouco expressivo o esforço de obtenção de documentos para os ex-combatentes, fossem originais ou cópias. Foram encontrados apenas 26 casos desse tipo (1,71%). Contudo, para o indivíduo privado deles, a obtenção de documentos era vital. Da sua posse dependiam não apenas o acesso aos

Reintegração social do ex-combatente no Brasil:
o caso da Secretaria de Assistência da Legião Paranaense do
Expedicionário - SA/LPE (1946-1960) – 19

direitos garantidos aos ex-combatentes como, por vezes, até mesmo o gozo dos direitos civis mais elementares. A SA/LPE providenciou a segunda via de certificados de reservista, certidões de nascimento etc., bem como a primeira emissão de carteiras de trabalho, declaração de ex-combatente, de filiação à entidade, além de certidões de óbito, tanto para os veteranos quanto para seus familiares.

Ainda menos expressivos são os números relativos aos atendimentos de interessados em obter algum tipo de gratuidade em estabelecimentos de ensino. Foram apenas 24 casos em um período de 13 anos (irrisórios 1,57%). O número é revelador do fracasso das políticas destinadas a oferecer condições de início ou continuidade dos estudos aos ex-combatentes. Estes números se tornam ainda menos significativos se levarmos em conta que nele estão incluídos também filhos de ex-combatentes, aos quais foram por lei garantidas bolsas de estudos.

Felizmente, também são reduzidos os números de veteranos de guerra que demandaram à SA/LPE auxílio na forma de bens de consumo imediato, como roupas, sapatos ou cigarros. Foram vinte e oito indivíduos atendidos nesse quesito (menos de 2%), provavelmente, o grupo de veteranos que se encontravam em piores condições físicas e psicológicas no imediato pós-guerra. O caso extremo talvez seja o de João Costa, natural de Campo do Tenente (PR). Totalmente desprovido de quaisquer recursos e enfermo, ele chegou à LPE em 31 de maio de 1948, tendo viajado a pé desde Campo do Tenente, distante 85 km de Curitiba. A ele foram dadas roupas, sapatos, uma passagem de volta para sua cidade e 280 cruzeiros, além de garantido o internamento no Hospital Militar de Curitiba. Ele também demandava atendimento médico para sua esposa, internada no Sanatório da Lapa. A SA/LPE lhe conseguiu emprego na empresa ferroviária (RVPS), mas ele jamais compareceu ao serviço, o que pode ser indicativo de dificuldades adicionais de adaptação à vida civil. Não se dispõe de informações adicionais, mas parece que ele retirou a esposa do sanatório pouco antes que ela falecesse.

Igualmente indicativos do grau de desestruturação pessoal, familiar e profissional são os pedidos de reintegração ao serviço público, seja de natureza civil ou militar. Foram 12 casos (0,78%) sendo dez relativos ao serviço público civil e três ao

Exército. Aqueles relativos ao serviço público civil parecem estar todos relacionados ao arrependimento pelo abandono voluntário do emprego. Os casos que dizem respeito ao Exército, pelo contrário, se relacionam ao modo intempestivo e atabalhado com que foi feita a desmobilização da FEB: um soldado e dois sargentos, dentre os quais um com mais de sete anos de serviço, reivindicavam o direito de serem reincorporados ao Exército.

Resta examinar casos de reduzida frequência, mas reveladores da diversidade de papéis sociais e institucionais que a SA/LPE se viu obrigada a exercer. Quase todos os casos de pedidos de auxílio funeral se relacionavam a solicitações de ajuda para enterrar ex-combatentes. Apenas quatro deles foram feitos pelos veteranos para enterrar filhos (três) e pai (um). A LPE tanto fornecia dinheiro para pagamento das despesas de enterro quanto providenciava a obtenção de vaga em cemitério, no caso, o Cemitério da Água Verde, em Curitiba. No caso dos pedidos relacionados a órgãos artificiais, percebe-se que a SA/LPE tanto ajudou a obter os aparelhos (perna mecânica, luva ortopédica, lentes óticas) quanto bancou a sua manutenção. Em 1956, a LPE chegou a pagar quase oito mil cruzeiros pelo conserto de uma perna mecânica, isto é, mais de dois salários mínimos da época.

Num contexto em que as disponibilidades de meios de comunicação eram exíguas e de alto custo, a SA/LPE também atuou no esforço de obter para os ex-combatentes e seus familiares notícias do paradeiro de cada um. O procedimento normal, nesse caso, era endereçar correspondência às entidades de ex-combatentes de outras cidades e estados, indagando se tinham notícia da localização de determinada pessoa. Houve sete ocorrências deste tipo de demanda.

Finalmente, cabe analisar a retribuição dos indivíduos atendidos pela LPE à entidade, seja na forma de pagamento de empréstimos, seja sob a forma de doação. É importante notar que, formalmente, todos os valores passados pela LPE aos veteranos eram considerados como empréstimos. Em particular, todos os valores elevados (da casa de muitos milhares de cruzeiros) sempre constaram expressamente como empréstimos. Contudo, a pesquisa dos registros dos pagamentos destes empréstimos só encontrou quatro ocorrências, relativas aos 1957 e 1958. As somas em questão eram de 200 cruzeiros (dois casos), 350 e 1.350 cruzeiros, valores bem inferiores ao salário mínimo da época.

Reintegração social do ex-combatente no Brasil:
o caso da Secretaria de Assistência da Legião Paranaense do
Expedicionário - SA/LPE (1946-1960) – 21

No caso dos pagamentos de empréstimos, cabe levantar, pelo menos, duas hipóteses: ou se perderam os registros dos pagamentos ou estes jamais foram efetuados. O mesmo vale para as doações feitas pelos veteranos à LPE, numericamente insignificantes. Foi encontrado apenas um caso em treze anos. A constatação é intrigante e, como a maioria das que aqui foi possível fazer, demanda pesquisas adicionais.

A partir desse levantamento inicial de fontes, vários cenários são possíveis. Não se pode descartar a forte possibilidade de ainda virem a ser encontrados novos documentos, como registros de pagamento de empréstimos ou de doações, uma vez que o levantamento de fontes na sede da LPE em Curitiba ainda se encontra em estágio preliminar. Seria importante, ainda, encontrar documentos ou testemunhos que fizessem referência aos repasses de recursos da LPE aos veteranos como aquilo que, de fato, parecem ser: doações.

À guisa de conclusão, podem ser feitas duas afirmações. A primeira diz respeito à constatação do enorme potencial dos acervos depositados na LPE em Curitiba, cujo levantamento apenas começou. Embora desorganizados e em precárias condições de armazenagem, trata-se de documentos que podem afetar de forma decisiva a maneira pela qual é entendido e interpretado o processo de reinserção social dos veteranos da Segunda Guerra Mundial no Brasil.

A segunda constatação é relativa ao caráter multifacetado, polivalente, híbrido da ação social da LPE e, por decorrência, de todo processo de reintegração social de veteranos de guerra, fato que talvez não esteja sendo suficientemente salientado pelos pesquisadores do tema. Até onde se pode perceber, a entidade atuou de formas tão diversas e tão relevantes como banco ou financeira, órgão assistencial, de atendimento médico e odontológico, agência de viagens, tribunal de pequenas causas, incubadora de negócios e empresas, operadora de plano de saúde e de seguridade social, hotel, restaurante, barbearia, tabelionato, agência funerária, central de empregos, escritório de advocacia, dentre tantas outras. Mais do que tudo, porém, e esse é um fato sempre sublinhado pelos gestores da LPE, a entidade agia como um local onde o ex-combatente podia ser acolhido e entendido por indivíduos que partilhavam com ele do mesmo

destino: ter sido enviado pelo governo de seu país para travar uma guerra no estrangeiro e ter se defrontado com outra guerra quando do seu retorno ao Brasil – a luta pela sua reintegração à sociedade nacional.

Referências Bibliográficas

- AGUILAR, Paloma. Agents of memory: Spanish Civil War veterans and disabled soldiers. In: WINTER, J. & SIVAN, E. (orgs.) *War and remembrance in the twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 84-103.
- COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- DORATIOTO, F. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo, Cia. Das Letras, 2002.
- EDELE, Mark. *Soviet Veterans of the Second World War: A Popular Movement in an authoritarian society, 1941-1991*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- FERRAZ, Francisco César Alves. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945–2000)*. Tese Doutorado em História Social. Universidade de São Paulo, 2002.
- FERRAZ, F. C. & LOCASTRE, A. V. O ceticismo da memória: considerações sobre narrativas de dois veteranos da Força Expedicionária Brasileira. *Militares e Política*, Rio de Janeiro, n.º 2 (jan-jun. 2008), pp. 81-98.
- GOMES, Marcelo Augusto Moraes. “*A espuma das províncias*”: um estudo sobre os *Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria na Corte (1864-1930)*. Tese de doutorado em História. Universidade de São Paulo, 2006.
- MCCANN, F. *Soldados da pátria: história do exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007.
- MASCARENHAS DE MORAIS, J. B. *A FEB pelo seu comandante*. São Paulo: Progresso Editorial, 1947.
- NASS, S. F. *Legião Paranaense do Expedicionário – Indagações sobre a reintegração social dos febianos paranaenses (1943-1951)*. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal do Paraná, 2005.
- OLIVEIRA, Dennison de (org.). *Guia do Museu do Expedicionário 2011*. Curitiba, 2011. Disponível em: http://www.humanas.ufpr.br/portal/historia/files/2011/10/guia_museu_expedicionario.pdf. Acesso em: 14/04/2012
- PHILLIPS, Sarah D. "There Are No Invalids In The USSR!": A Missing Soviet Chapter In The New Disability History. *Disability Studies Quarterly*, Chicago, v. 29, n. 3, 2009. Disponível em <http://dsq-sds.org/article/view/936/1111>. Acesso em: 6/11/2012.
- ROSA, A. S. *A reintegração social dos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Paraná, 2010.

Reintegração social do ex-combatente no Brasil:
o caso da Secretaria de Assistência da Legião Paranaense do
Expedicionário - SA/LPE (1946-1960) – 23

SILVA, M.A. P. *Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira: memórias e identidades de ex-combatentes no sul de Mato Grosso*. Monografia de conclusão de curso (História). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2011.

Caminos cruzados.

Un estado de la cuestión sobre las agendas política y académica de la defensa en Argentina (1983-2003)*

Iván Poczynok**

Resumo

Neste artigo estudaremos a evolução da agenda política e acadêmica de defesa na Argentina no período compreendido entre 1983 e 2003. Nossa análise visa identificar as principais preocupações que atravessaram ambas as agendas, a fim de iluminar as relações, tensões e demandas entre trabalho intelectual e de gestão da jurisdição.

A premissa que orienta nossa reflexão é que, ao longo dessas duas décadas, o debate político e acadêmico sobre a defesa nacional e o papel das forças armadas oscilou, com algumas dificuldades, entre o "controle civil dos militares" e a modernização do sistema de defesa baseado no novo contexto nacional e regional.

Em primeiro lugar, fazemos uma breve revisão da agenda de defesa política dos governos democráticos de Raúl Alfonsín (1983-1989), Carlos Menem (1989-1999), Fernando De la Rúa (1999-2001) e Eduardo Duhalde (2001-2003). Em seguida, analisamos a literatura acadêmica produzida nesses períodos, atendendo às tensões entre o "controle civil dos militares" e "governo político de defesa". Por fim, apresentamos as nossas conclusões, sugerindo algumas diretrizes para estender a análise aos tempos recentes.

Palavras-chave: Forças Armadas; Relações civis-militares; Governança político de defesa.

Abstract

This work studies the evolution of the political and academic defense agendas in Argentina, over the 1983 – 2003 period. Regarding the central issues of both agendas, we attempt to determine the links and tensions present between the intellectual work and the public policies on defense.

The assumption guiding our analysis is that, in this period, the political and academic debate over National Defense and Armed Forces' role in Argentina oscillated, not without challenges, between the poles of "civilian control of the military" and the modernization of the defense system framed within the new domestic and regional context.

* El autor desea agradecer los comentarios y las observaciones de Luciano Anzelini y Sergio Gabriel Eissa, que resultaron de gran utilidad para la revisión final de este trabajo.

** Licenciado en Sociología (Universidad de Buenos Aires). Maestrando en Defensa Nacional (Escuela de Defensa Nacional). Se desempeña como Profesor de Sociología (UBA) y como Investigador en Formación en el Instituto de Investigaciones Gino Germani (UBACyT) y en el Programa de Investigación y Desarrollo para la Defensa (PIDDEF). Correo electrónico: ipoczynok@sociales.uba.ar .

Firstly, we briefly review the political defense agenda during the democratic administrations of Raúl Alfonsín (1983-1989), Carlos Menem (1989-1999), Fernando De la Rúa (1999-2001), and Eduardo Duhalde (2001-2003). Then, we analyze the academic literature produced in these periods, taking into account the tensions between “civilian control of the military” and the “political governance of defense affairs”. Finally, we present our conclusions, aimed at extending the analysis to recent times.

Key words: *Armed forces; Civil-military relations; Political governance of defense.*

1. Introducción

En nuestros días, las amenazas militares a la estabilidad institucional en Argentina parecen ser una preocupación remota y anacrónica. No obstante, el camino trazado desde la restauración democrática en 1983 no ha estado exento de sucesos que, con desigual intensidad, desafiaron la subordinación de las Fuerzas Armadas. En efecto, desde los primeros años de la vida democrática, y hasta mediados de los 90, el problema de la “autonomía militar” mantuvo una presencia continua en la agenda política nacional.

Durante este período, la producción académica sobre el control democrático de las Fuerzas Armadas alcanzó un amplio desarrollo en nuestro país, posibilitando la acumulación de un importante acervo de conocimientos en materia de control civil. En ocasiones, la labor intelectual se mantuvo anclada a la agenda política de la defensa, circulando por carriles similares a los propuestos por la cartera ministerial. En otros casos, adoptó sus propios ritmos, incorporando exigencias contempladas tangencialmente en la arena política.

En este trabajo nos interesa confrontar el derrotero de las agendas política y académica de la defensa en Argentina, en el período comprendido entre 1983 y 2003. El supuesto central que orienta nuestra reflexión es que, a lo largo de estas dos décadas, el debate sobre el rol de las Fuerzas Armadas en el sistema democrático osciló entre dos nudos problemáticos: por un lado, la necesidad de reducir el poder corporativo de los

militares; por otro, la responsabilidad política de adecuar los criterios organizacionales de la defensa al nuevo contexto doméstico y regional.¹

Partiendo de esta premisa, sugeriremos que desde los inicios de la transición democrática, hasta mediados de la década de los 90, las agendas política y académica de la defensa se mantuvieron profundamente entrelazadas, coincidiendo en la caracterización respecto a la exigencia de consolidar el control civil de las Fuerzas. A partir de la segunda mitad de los 90, comenzaron a observarse los primeros distanciamientos, fundamentalmente a causa de la postergación indefinida de la reforma militar, y – con mayor intensidad –, por los intentos de incorporar a las “nuevas amenazas” a la agenda jurisdiccional. Estos desajustes condujeron, en el plano académico, a la revisión de algunos de los “debates saldados” en materia de control civil, orientando la mirada hacia la identificación de vacancias en el ámbito de la conducción política. En la arena política, la dispersión se tradujo en ambigüedades y contradicciones que, en los albores del siglo XXI, pretendieron revertir la separación categórica entre seguridad interior y defensa externa.

El texto está organizado de la siguiente forma. En la primera parte, desarrollaremos brevemente un *racconto* histórico de los gobiernos democráticos de Raúl Alfonsín (1983-1989), Carlos Menem (1989-1999), Fernando De la Rúa (1999-2001), y Eduardo Duhalde (2001-2003). En esta semblanza, de fines estrictamente introductorios, presentaremos los puntos clave que atravesaron las respectivas agendas de defensa, y orientaron la relación entre el gobierno y las Fuerzas Armadas. En la segunda parte, abordaremos – de forma conjunta al devenir político – el derrotero de la agenda académica de la defensa, iluminando las correlaciones y las demandas de un espacio a otro. Para finalizar, esbozaremos algunas conclusiones preliminares que se desprenden del trabajo, a los fines de extender temporalmente el análisis hasta nuestros días.

¹ Este supuesto de investigación es tributario de las conceptualizaciones de Jorge Battaglini en torno a la distinción entre “política militar” y “política de defensa”. Mientras que la primera apunta a “limitar el poder y la influencia de los militares”, a los fines de “regular el comportamiento político que generalmente tienden a desarrollar las fuerzas armadas”, la política de defensa refiere a “definiciones doctrinales, organizacionales y operativas respecto al empleo de las fuerzas armadas con el fin de garantizar la supervivencia estatal”. BATTAGLINI, Jorge. “Política de defensa y política militar durante el kirchnerismo”, en de Luca, Miguel y Malamud, Andrés (comps.) *La política en tiempos del kirchnerismo*. Buenos Aires: Eudeba, 2011, p. 243.

2. La agenda política de la Defensa en Argentina. De la autonomía militar a la conducción política

Es un saber común que el arribo de Raúl Alfonsín a la presidencia en 1983 enfrentó numerosos condicionamientos. Según el flamante líder radical, el principal objetivo de su gestión era arribar al “acontecimiento histórico” de una sucesión presidencial democrática,² y la subordinación de las Fuerzas Armadas a las autoridades civiles constituía una exigencia central de este desafío.

En este escenario de debilidad, la política sectorial de defensa debió dar respuesta a dos asuntos centrales: la formulación de un nuevo marco normativo para el accionar de las Fuerzas Armadas; y el tratamiento judicial de las violaciones a los derechos humanos. Como veremos a continuación, ambos elementos confluyeron, desde direcciones opuestas, en la conformación de una agenda centrada de forma casi exclusiva en la democratización de las relaciones civiles-militares, es decir, en el problema del control civil de las Fuerzas Armadas.

Respecto al primer punto, debemos decir que la restitución del control civil sobre los militares requería ineludiblemente el reemplazo de la Ley de Defensa vigente, sancionada en 1966 por el gobierno militar del General Onganía. Inspirada en las escuelas de contrainsurgencia francesa y norteamericana de los años ‘50 y ‘60, dicha normativa establecía que la defensa nacional debía garantizar la “seguridad nacional”. Su aplicación condujo, en consecuencia, a integrar las esferas de la seguridad interior y la defensa externa, preparando doctrinariamente a las Fuerzas Armadas para la represión de conflictos internos y problemas sociales.

Por lo tanto, la elaboración de una nueva herramienta legal constituía un primer paso insoslayable para la erradicación de las instancias constitucionales que habilitaron que, en palabras del diputado radical Balbino Zubirí, “los fusiles apuntaran hacia adentro”.³ Luego de marchas y contramarchas en la formulación de los proyectos

² En sus memorias políticas, el ex presidente afirma: “Siempre pensé – y lo dije varias veces – que la prueba del éxito del camino iniciado en 1893 era llegar a las elecciones de 1989 (...). Nada ni nadie iba a arrebatarnos esa conquista cívica”. ALFONSÍN, Raúl. *Memoria política. Transición a la democracia y derechos humanos*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

³ El diputado se pronunció de esta forma en el marco de los debates parlamentarios de la Ley de Defensa Nacional, entre 1987 y 1988. Hemos estudiado estos debates en: POCZYNOK, Iván. *¿Legislando para la*

legislativos, el nuevo enfoque legal quedó plasmado finalmente en la Ley de Defensa Nacional, sancionada en abril de 1988. Este proyecto se constituyó como el primer paso firme en la tarea de construir un marco doctrinario adecuado para la integración de las Fuerzas Armadas en el nuevo contexto democrático. Allí se cristalizó lo que Marcelo Saín bautizó como un “consenso básico”, que incluyó “la conceptualización de la defensa como el esfuerzo nacional destinado a conjurar todo tipo de agresiones de origen externo, la distinción legal e institucional entre la defensa nacional y la seguridad interior (...) la expresa prohibición de que las Fuerzas Armadas produzcan inteligencia referida a los asuntos de política interna del país (...) y el establecimiento de un sistema de inteligencia nacional basado en la delimitación de las esferas de inteligencia estratégico-militar y la inteligencia criminal”.⁴

La segunda cuestión que atravesó al gobierno radical fue el tratamiento de las violaciones a los derechos humanos cometidas durante la dictadura cívico-militar. Para la gestión de Raúl Alfonsín, estaba claro que el control civil no podría instaurarse sobre la base de la impunidad, razón por la cual era indispensable diseñar una estrategia judicial para tratar la participación de las Fuerzas Armadas en el terrorismo de estado. De manera inmediata, el radicalismo decidió avanzar con el procesamiento de las tres juntas militares, confiando en su capacidad de controlar el alcance de los juicios. Sin embargo, tras el fracaso de la vía judicial, Alfonsín decidió llevar la batalla al ámbito legislativo, intentando frenar la ampliación de los juicios.⁵ Para ello, recurrió primeramente a la sanción de la Ley de Punto Final; tras su fracaso, promovió la sanción de la Ley de Obediencia Debida en 1987, poniendo un límite legal al alcance de los juicios.

Ambas leyes fueron interpretadas, con mayores o menores razones, como una muestra de la debilidad del gobierno democrático para enfrentar los “planteos” de las

guerra de las galaxias? El terrorismo como hipótesis de conflicto en los debates parlamentarios de la Ley de Defensa Nacional. Ponencia presentada en las IX Jornadas de Sociología de la Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2011.

⁴ SAÍN, Marcelo. “Nuevos horizontes, nuevos problemas. Las Fuerzas Armadas argentinas frente a las nuevas ‘amenazas’”, en LÓPEZ, Ernesto y SAÍN, Marcelo (comps.) “*Nuevas Amenazas. Dimensiones y perspectivas. Dilemas y desafíos para la Argentina y el Brasil.* Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2003, p. 256-257.

⁵ Al respecto, cabe aclarar que la campaña radical nunca incluyó el juzgamiento total de todos los integrantes de las Fuerzas Armadas involucrados en el terrorismo de estado. Por esta razón, cuando en diciembre de 1985 la Corte Suprema ratificó la primera condena por parte de un Tribunal Civil, y abrió el camino para la expansión de los juicios hacia los grados inferiores de la cadena de mando militar, la estrategia judicial diseñada por la gestión radical se vio seriamente comprometida.

instituciones militares. Apartándonos de este debate,⁶ nos interesa señalar que ambos instrumentos legales, junto a los dos levantamientos “carapintadas” (1987 y 1988), opacaron sustancialmente los logros en materia de control civil obtenidos con la aprobación parlamentaria de la Ley de Defensa Nacional.

Se observa entonces que los elementos reseñados ocasionaron efectos antitéticos en la agenda de la jurisdicción. En el primer caso, la sanción de las Leyes de Punto Final y Obediencia Debida fue interpretada como una claudicación de las banderas de campaña del gobierno de Alfonsín y, por lo tanto, de los alcances de la democracia argentina en materia de control civil de los militares. Por otro lado, la sanción de la Ley de Defensa institucionalizó la distinción entre seguridad interior y defensa externa, constituyéndose como el pilar jurídico sobre el que se erigiría, años más tarde, el marco normativo integral de la Defensa Nacional. Sin embargo, pese a ocasionar efectos opuestos, ambos episodios confluyeron en la conformación de una agenda de la defensa centrada, desde sus inicios, en la democratización de las relaciones civiles-militares, es decir, en la aplicación de medidas de política militar orientadas a garantizar el control civil y democrático de las Fuerzas Armadas.

2.1 Política estratégica y reforma militar durante el gobierno radical

Como resultado de la derrota en la Guerra de Malvinas, el instrumento militar heredado por el gobierno democrático en 1983 estaba prácticamente desarmado. A la destrucción de las capacidades militares materiales, se le sumaba una profunda derrota moral y política, que atravesaba tanto a la opinión ciudadana como a las filas de los propios uniformados. Este escenario dejaba manifiesto que la transformación que debía realizarse en materia de diseño de fuerzas era de dimensión estructural.

Al mismo tiempo, era evidente que cualquier intento de reestructuración de las Fuerzas Armadas requería, en primera instancia, la restitución del mando civil, es decir, del control político sobre las instituciones militares. A pesar de la complejidad del

⁶ Para una revisión “actual” de este debate, se sugiere consultar las memorias de gestión de Raúl Alfonsín: ALFONSÍN, Raúl. *Memoria política. Transición a la democracia y derechos humanos*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009; y del ex Ministro de Defensa Horacio Jaunarena: JAUNARENA, Horacio. *La casa está en orden. Memorias de la transición*. Buenos Aires: Taidea, 2011.

escenario, la ecuación era sencilla de resolver: resultaba impensable avanzar en la reestructuración de un instrumento militar cuya conducción no estaba garantizada. Por lo tanto, desde los inicios de la gestión radical, las exigencias derivadas de la subordinación de las Fuerzas Armadas inclinaron la agenda hacia la aplicación de medidas orientadas a reducir el poder y la influencia de los militares.

Esto condujo, inevitablemente, a dejar las pretensiones reformistas a un costado, y con ellas, la modernización del diseño orgánico-funcional del instrumento militar. De esta forma, si bien la gestión radical promovió algunas reformas parciales, aquellas que lograron aplicarse tuvieron como objetivo final la desmilitarización de funciones civiles. Entre ellas, cabe destacar la eliminación de los cargos de Comandantes en Jefe de las Fuerzas, los intentos de fortalecer al Estado Mayor Conjunto, y la renovación de la burocracia del Ministerio de Defensa, en búsqueda de restaurar la conducción civil de la Jurisdicción. A su vez, se procedió a desmilitarizar la Gendarmería y la Prefectura, y el Ministerio de Defensa obtuvo la potestad de definir discrecionalmente los ascensos, situación que restó un importante factor de autonomía a las Fuerzas. Finalmente, la desactivación de las hipótesis de conflicto – producto de la transformación del escenario regional –, redujo sustancialmente la influencia de la corporación castrense en las decisiones políticas adoptadas a nivel nacional.

Por otra parte, la transformación de los escenarios doméstico e internacional produjo importantes cambios en las prioridades de la agenda política nacional. Estas variaciones se vieron reflejadas, naturalmente, en las partidas presupuestarias asignadas a las carteras ministeriales. De esta forma, desde 1984 se produjo un decrecimiento sostenido del gasto militar. Entre los factores contribuyentes a esta reducción presupuestaria, Thomas Scheetz⁷ destaca – además de la transformación del escenario regional –, la crisis económica desatada por el pago de la deuda pública externa, y el desprestigio político de las Fuerzas Armadas (producto de la derrota en Malvinas y la herencia del terrorismo de Estado).

Esto nos lleva a subrayar la centralidad que tuvieron los condicionantes domésticos (particularmente aquellos vinculados a la herencia del régimen militar) en la agenda sectorial de la defensa durante el gobierno de Alfonsín. En efecto, la imperiosa necesidad de socavar la influencia política de las Fuerzas Armadas obstaculizó el diseño

⁷ SCHEETZ, Thomas. “La necesaria reforma militar argentina”. *Revista Nueva Sociedad*, n.º 138, Buenos Aires, 1995b, p. 133-134.

y la planificación de la reducción presupuestaria, situación que derivó en una contracción improvisada y desestructurada del tamaño del aparato militar, deteriorando las ya endeble capacidades operativas de las Fuerzas.

En resumen, nos encontramos con que hasta 1990 la agenda jurisdiccional estuvo condicionada por la exigencia de democratizar las relaciones civiles-militares y limitar el poder de las Fuerzas Armadas. Esto explica que, durante los años radicales, la política en materia de reforma militar haya sido vacilante y reluctante.⁸ En este sentido, la prioridad de subordinar a las Fuerzas Armadas luego de la recuperación democrática condujo a desatender el diseño de los aspectos estratégicos del sector castrense, entendiéndose que éstos resultarían inaplicables si no estaban garantizadas las bases del control civil de las instituciones militares.

2.2 La consolidación del control civil de los militares. Los gobiernos de Carlos Menem

En el frente militar, la llegada a la presidencia de Carlos Menem en 1989 debió enfrentar dos grandes problemas: a) por un lado, los desafíos derivados del enjuiciamiento de los militares involucrados en el terrorismo de Estado durante el período 1976-1983, dado que pese a la sanción de las Leyes de Obediencia Debida y Punto Final, votadas durante la gestión alfonsinista, las Fuerzas Armadas continuaban presionando para encontrar una “solución política” a la revisión del pasado; b) por otra parte, aunque estrechamente vinculado con el primer punto, la gestión de Carlos Menem tuvo que enfrentarse a la presencia de los “carapintadas” en el seno del Ejército, que ya habían protagonizado tres levantamientos durante el gobierno radical.

Si bien ambos problemas fueron heredados del gobierno de Raúl Alfonsín, el escenario en el cual la gestión menemista debió enfrentarlos fue sustancialmente distinto al que rodeó al líder radical. Hacia 1990, el desafío de la conducción política de la defensa no yacía en sentar las bases para la democratización de las relaciones civiles-militares, sino en consolidar una subordinación que, por lo menos en sus aspectos normativos, ya había dado algunos pasos. El carácter disímil de este escenario no pasó

⁸ LÓPEZ, Ernesto (ed.) *Control civil sobre los militares y política de defensa en Argentina, Brasil, Chile y Uruguay*. Buenos Aires: Altamira, 2007, p. 29.

inadvertido para la gestión menemista, diagnóstico que posibilitó la implementación de medidas que hubiesen resultado inaplicables durante los años radicales.

Respecto al problema de la revisión del pasado, la nueva gestión democrática decretó, a pocos meses de asumir el gobierno, una secuencia de indultos que alcanzaron a militares, policías y civiles procesados o condenados por su participación en hechos de violencia política durante los años 1976 y 1983. Asimismo, los decretos indultaron a los ex-comandantes de las Juntas Militares, y a los principales referentes de las organizaciones armadas. Adicionalmente, la medida alcanzó a los miembros de la organización Movimiento Todos por la Patria (MTP), que habían protagonizado el copamiento del cuartel de La Tablada en enero de 1989.

Los indultos fueron presentados por Menem como una invitación a la “pacificación nacional”, y su aprobación tuvo efectos inmediatos en las relaciones con las Fuerzas Armadas. Descontando el carácter éticamente aberrante de la medida, cabe citar las observaciones de Marcelo Saín, quien indicó que

los militares y la sociedad política, lejos de interpretar que la medida había sido una conquista resultante de la presión castrense, la asumieron como una decisión de Menem tendiente a resolver esa problemática fundamentalmente en vista de ampliar los márgenes de subordinación y obediencia castrense a su mandato. Desde ese momento, la administración menemista contó con un elevado grado de control efectivo sobre las Fuerzas Armadas, lo que nunca había sido conseguido por Alfonsín.⁹

Simultáneamente, la aprobación de los indultos impactó en las reivindicaciones de los “carapintadas”, al deslegitimar – parcialmente – sus reivindicaciones respecto al enjuiciamiento de militares.¹⁰ Esto no impidió, sin embargo, que la problemática escalase aceleradamente, culminando en un nuevo levantamiento armado el 3 de diciembre de 1990. La respuesta de la gestión menemista difirió también sustancialmente de los antecedentes alfonsinistas. Sin vacilaciones, se ordenó la represión de los focos rebeldes, y los militares amotinados fueron encarcelados y condenados. En el caso particular de Seineldín, el líder “carapintada” fue condenado a reclusión perpetua, mientras que el resto de los jefes militares sublevados fueron castigados con penas de entre dos y veinte años de prisión.

⁹ SAÍN, Marcelo. “Vaivenes y eficacia de la política militar del primer gobierno de Carlos Menem (1989-1995)”. *Fuerzas Armadas y Sociedad*, Año 12, n.º 2, 1997, p. 16.

¹⁰ En relación al impacto de los indultos en las reivindicaciones “carapintadas”, es importante señalar que esta medida no alcanzó a los jefes que se sublevaron durante el gobierno de Alfonsín.

En otro orden de cosas, corresponde indicar que la reducción del gasto en defensa cumplió también una importante función disciplinaria sobre los militares. Si bien durante la gestión de Raúl Alfonsín el presupuesto militar había sufrido un drástico recorte, en los primeros años del gobierno menemista la restricción fue todavía más abrupta. Mientras que en 1988 el gasto militar representaba el 2,12% del PBI, en 1994 pasó a representar el 1,74%. La tendencia regresiva se mantuvo firme hasta el año 2000, donde el presupuesto en Defensa llegó al 1,35% del PBI.¹¹

En paralelo, el gobierno menemista adoptó otras decisiones que debilitaron aún más el poder de la corporación castrense. Nos referimos, centralmente, a la eliminación del servicio militar obligatorio en agosto de 1994, y al proceso de privatización del complejo industrial militar. La primera de estas medidas, vinculada con el asesinato del conscripto Omar Carrasco, dio por tierra con un aspecto centenario de las Fuerzas Armadas argentinas.¹² El segundo aspecto, como veremos a continuación, formó parte del alineamiento de nuestro país a las directrices de los Organismos Multilaterales de Crédito.

2.3 Fuerzas Armadas y política exterior

Desde el punto de vista estratégico y doctrinario, destacaremos tres elementos centrales de la gestión menemista: a) la ratificación de la separación categórica entre seguridad interior y defensa externa; b) la postergación indefinida de la reforma militar; y c) la participación creciente de las Fuerzas Armadas en misiones internacionales.

En relación al primer punto, el inicio de la gestión menemista confirmó el rumbo adoptado en la Ley de Defensa Nacional sancionada en 1988 por el gobierno radical. Así, en 1992 se sancionó la Ley de Seguridad Interior, que estableció las situaciones excepcionales en las cuales las Fuerzas Armadas podrían intervenir en la esfera interna.

¹¹ SAÍN, Marcelo. “Las Fuerzas Armadas en Argentina. Los dilemas de la reforma militar en una situación de crisis”, *Security and Defense Studies Review*, Vol 2, Winter 2002/2003, pp. 223-224.

¹² El servicio militar obligatorio en Argentina fue instaurado en el año 1901, impulsado por el entonces Ministro de Guerra Cnel. Pablo Ricchieri. En aquel momento, la sanción de la Ley tuvo un importante sentido disciplinario, al educar “moralmente” a la primera generación de inmigrantes nacidos en Argentina. Según Alain Rouquié la Ley Ricchieri fortaleció la caracterización de las Fuerzas Armadas como la “reserva moral” de la Nación. ROUQUIÉ, Alain. *Poder militar y sociedad política en Argentina*. Buenos Aires: Emecé, 1982.

La normativa ratificó que dicha participación eventual no incidiría bajo ningún aspecto “en la doctrina, organización, equipamiento, y capacitación de las Fuerzas Armadas”.¹³

Respecto a la reforma militar, si bien en ocasiones algunas de las medidas adoptadas durante la gestión menemista estuvieron rodeadas de una retórica reformista, lo cierto es que éstas formaban parte de otras agendas, fundamentalmente económicas. Esto sucedió, por ejemplo, con la masiva venta de inmuebles y bienes militares ordenada a partir de 1996, luego del nombramiento de Jorge Domínguez como Ministro de Defensa. Menem anunció esta medida como el inicio de una profunda reforma militar, y destacó que el dinero proveniente de la venta de inmuebles sería utilizado para la construcción de un “Pentágono argentino”.¹⁴ Sin embargo, lejos de constituir las bases de una reforma, los anuncios presidenciales – en conjunto con la disminución del gasto militar –, estuvieron mancomunados con la política general del Consenso de Washington, que recomendaba la reducción del gasto público y el desprendimiento de las empresas y bienes estatales “deficitarios”.

No obstante el estancamiento de la reforma militar, en los años ‘90 se produjo una transformación sustancial del rol internacional de las Fuerzas Armadas. Este “giro copernicano”, como lo ha llamado Ernesto López,¹⁵ llevó a la participación de nuestro país en la primera Guerra del Golfo, y al involucramiento creciente de los militares argentinos en las misiones internacionales de paz. Si bien ambas decisiones estuvieron vinculadas a la estrategia de alineación total del gobierno de Menem con la política norteamericana,¹⁶ lo cierto es que, al menos en lo que refiere a las misiones de paz, esta decisión contribuyó a precisar el rol internacional de las Fuerzas Armadas. Al mismo tiempo, favoreció el acomodamiento de los aspectos internacionales de la política de defensa a las decisiones adoptadas en materia de política exterior.

En relación a este último punto, cabe indicar que aún cuando nuestro país integraba este tipo de operaciones desde 1958, hasta entonces su participación era de carácter simbólico, tanto por el número de misiones, como de las tropas intervinientes. Así, del total de 30 misiones en las que participó nuestro país hasta 2004, 22 tuvieron

¹³ Ley N° 24.059 de Seguridad Interior. Boletín Oficial de la República Argentina, 17 de enero de 1992, Art. 32.

¹⁴ Clarín, 23/11/1996.

¹⁵ LÓPEZ, Ernesto (ed.) *Control civil sobre los militares... Op. cit.*

¹⁶ El principal sostenedor de este “giro copernicano” fue el analista Carlos Escudé. En palabras de este autor, la alineación estratégica a Estados Unidos contribuiría “a que los argentinos seamos percibidos como gente como uno en Occidente.” ESCUDÉ, Carlos. *El realismo periférico. Fundamento para la nueva política exterior argentina*. Buenos Aires: Planeta, 1992, p. 198.

lugar durante el gobierno de Menem.¹⁷ Sin embargo, las justificaciones en tono al envío de tropas al exterior resultaban poco claras, y la ambigüedad conceptual mantuvo abierta la participación de los militares argentinos tanto en una coalición multinacional como en una acción unilateral. Por esta razón, Alejandro Simonoff concluye que el envío de tropas al exterior formó parte de un diseño de política exterior basado en el seguidismo a los Estados Unidos.¹⁸

Finalmente, y en relación a este último punto, el alineamiento con la política exterior norteamericana se expresó también en una amplia variedad de decisiones adoptadas durante la gestión menemista; entre ellas, en las áreas vinculadas a la política nuclear. En estos años, nuestro país se retiró del Movimiento de los Países No Alineados, adhirió al Tratado de Proscripción de Armas Nucleares, y avanzó en el desmantelamiento de proyectos misilísticos. Estas decisiones apuntaron, según Rut Diamint¹⁹ hacia la conformación de un perfil estratégico “no conflictivo” para nuestro país.²⁰

En resumen, si bien con la asunción de Menem a la presidencia se desvanecieron gran parte de los condicionamientos que obstaculizaron la implementación de una reforma militar por parte de la gestión radical, el nuevo contexto no despertó mayor interés en la dirigencia política.²¹ Sobre la base de esta lectura, Marcelo Saín ha

¹⁷ La mayor participación argentina en misiones de paz no puede escindirse del crecimiento nominal de las misiones de paz a nivel mundial. En efecto, a partir del fin de la Guerra Fría la mayor parte de los países occidentales aumentaron su intervención en estas misiones: mientras que entre 1948 y 1989 se llevaron adelante 18 operaciones de mantenimiento de la paz, en la década de los 90 se iniciaron 35 misiones. UNITED NATIONS. *List of peacekeeping operations 1948-2011*. Información disponible en: www.un.org, 2011. Fecha de consulta: 11/04/2012.

¹⁸ SIMONOFF, Alejandro. “Envío de tropas y política exterior (1989-2005)”, *Relaciones Internacionales*, n° 28. La Plata: Instituto de Relaciones Internacionales, 2005.

¹⁹ DIAMINT, Rut. “Cambios en la política de seguridad: Argentina en busca de un perfil no conflictivo”, *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad*, Santiago de Chile, Año 7, n° 1, 1992.

²⁰ Este último punto también se tradujo en el crecimiento de los vínculos políticos y diplomáticos en materia de Defensa entre nuestro país y Estados Unidos. Desde 1995, nuestro país participó de varias cumbres presidenciales y ministeriales, y fue dando lugar (tímidamente) a las pretensiones norteamericanas de centrar la agenda de la Defensa en el combate a las denominadas “nuevas amenazas”. En efecto, en el mismo acto en que Menem anunció la creación del “Pentágono argentino”, también destacó la necesidad de preparar estrategias nacionales para “combatir al narcoterrorismo y a los fundamentalismos”. *Clarín*, 23/11/1996.

²¹ Esta afirmación no excluye la sanción de la Ley de Reestructuración de las Fuerzas Armadas, aprobada en 1998. En palabras de Marcelo Saín, “su sanción y promulgación no [fue] mas que un acta de intenciones (...) incumplida en todos sus términos por las distintas instancias del gobierno administrativo y del poder legislativo”. SAÍN, Marcelo. “Las Fuerzas Armadas en Argentina. Los dilemas de la reforma militar...”, *Op. cit.*, p. 225.

indicado que, aún cuando en los años 90 las resistencias castrenses a las reformas institucionales se fueron diluyendo, “lo que primó fue la indiferencia o la incompetencia oficial para convertir a aquellas condiciones en oportunidades de cambio institucional en el frente militar”.²²

2.4 *El gobierno de la Alianza y la salida de la crisis*

Tras las elecciones de 1999, Fernando De la Rúa confió la cartera ministerial en Ricardo López Murphy. Para estos años, el proceso recesivo iniciado en 1998 estaba pronto a alcanzar su máximo nivel. Y si hasta entonces las cuestiones estratégicas habían ocupado un lugar marginal en la agenda política, en un contexto de ajuste y crisis social no cabía esperar una mayor atención. En consecuencia, la crisis económica cercenó, inevitablemente, cualquier iniciativa vinculada a la modernización de la defensa. De forma automática, las pretensiones de la Ley de Reestructuración sancionada en 1998 quedaron encajonadas, y la nueva gestión dedicó su tiempo a proponer reformas complementarias, orientadas a racionalizar el gasto militar y a direccionar eficientemente los recursos de la jurisdicción.

Por otra parte, se comprendió que el alineamiento incondicional con la política exterior de los Estados Unidos durante los años de Menem había producido más de un dolor de cabeza en las relaciones con los países vecinos.²³ Por esta razón, el gobierno radical manifestó su intención de renovar la política exterior argentina, a los fines de orientar la mirada hacia la región suramericana. Pese a ello, no se logró torcer el rumbo trazado durante el menemato, y en ocasiones, se avanzó incluso aún más en la adopción de la agenda norteamericana. En efecto, en la Revisión de la Defensa publicada por el gobierno radical en 2001, se menciona oficialmente a un compendio de amenazas “no tradicionales” a la Defensa Nacional, entre las que se incluye al crimen organizado, el contrabando, y el narcoterrorismo. Como destaca Sergio Eissa, la incorporación de estas problemáticas a la agenda jurisdiccional – que integran claramente el ámbito de la

²² *Ibidem*, pp. 227-228.

²³ En un trabajo publicado en 1998, Rut Diamint advirtió sobre los temores regionales que generaba la incorporación de Argentina como aliado extra-OTAN. Al respecto, la autora indicaba que estos temores respondían mas a un “déficit comunicacional” del gobierno argentino, que a una lectura de balance de poder por parte de los países vecinos. En cualquier caso, esta desatención deterioraba la tendencia hacia la cooperación a la que apuntaban los regímenes de seguridad en América Latina. DIAMINT, Rut. *Argentina Security Policy, Democratic Stability and International Framework*. Paper prepared for the XXI International Congress of the Latin American Studies Association. Chicago, September, 1998, p. 20.

seguridad interior –, se encuentra en abierta contradicción con el marco normativo nacional y con el consenso doctrinario logrado desde la recuperación democrática.²⁴

La ambivalencia que caracterizó a la gestión de la Alianza hizo que, pese a estos retrocesos, meses antes de la crisis de diciembre de 2001 se haya impulsado la aprobación de la Ley de Inteligencia Nacional. Esta normativa avanzó aún más en la distinción entre las esferas de seguridad interior y defensa nacional. Hasta entonces, los asuntos de inteligencia habían logrado mantenerse al margen de las transformaciones doctrinarias acumuladas desde 1983, y constituían un campo sobre el cual las sucesivas gestiones no habían avanzado. En efecto, incluso en los momentos previos a su sanción, la Ley de Inteligencia contaba con la oposición del propio presidente y del entonces Ministro de Defensa Horacio Jaunarena.²⁵

Los sucesos del 19 y 20 de diciembre, que derivaron en la renuncia de De la Rúa y de todo su gabinete, reavivaron el debate sobre la participación de las Fuerzas Armadas en la seguridad interna. Sin embargo, como indica Paula Canelo, luego de algunas ambigüedades los comandantes de las tres fuerzas se pronunciaron en contra de una eventual participación en la represión, aún cuando la declaración del estado de sitio había generado las condiciones previstas en la Ley de Seguridad Interior.²⁶

Durante el lapso comprendido entre la salida de De la Rúa y el gobierno transicional de Eduardo Duhalde, los llamamientos a la utilización de las Fuerzas Armadas en el orden interno se prolongaron. No obstante, en las semanas posteriores a la crisis fueron los propios uniformados quienes se encargaron de despejar las dudas instaladas incluso por los funcionarios ministeriales. En palabras de Canelo, a esta altura “aún aquellos [militares] que habían insistido recurrentemente en avanzar por sobre la legislación vigente en materia de defensa y seguridad para ampliar su injerencia sobre cuestiones internas, se replegaban ahora en posturas defensivas y hasta acusatorias

²⁴ EISSA, Sergio. *Lo que el neoliberalismo se llevó. Reconstruyendo la política de defensa Argentina*, en *Working Paper N° 40*. Programa Defensa y Seguridad. CAEI, 2010, p. 9.

²⁵ LÓPEZ, Ernesto. (ed.). *Control civil sobre los militares y política de defensa en Argentina, Brasil, Chile y Uruguay*. Buenos Aires: Altamira, 2007, p. 33-34.

²⁶ CANELO, Paula. *El futuro atado al pasado. Políticos y militares frente al nuevo rol de las Fuerzas Armadas argentinas (1995-2002)*. Tesis de Maestría de FLACSO. Mimeo, 2005.

de quienes ejercían sus reflejos golpistas para perturbar aún más el caldeado escenario”.²⁷

Este posicionamiento de las Fuerzas Armadas evidenció un profundo cambio de época en las relaciones entre las instituciones castrenses y el sistema político. También cambiarían, en los años venideros, los desafíos de la conducción política del sector.

3. La agenda académica de la Defensa en Argentina. Del control civil de las Fuerzas Armadas al gobierno político de la jurisdicción

En la sección anterior, dimos cuenta del rumbo que adoptó la agenda política de la defensa desde la transición democrática de 1983. En este apartado, centraremos la mirada en la trayectoria de los estudios e investigaciones sobre las cuestiones de la defensa, a los efectos de presentar una semblanza de la agenda académica del sector. Para ello, hemos distinguido entre tres núcleos o etapas relativamente diferenciados, que observan a su vez un ordenamiento cronológico: a) una primera etapa centrada en el problema de la autonomía militar y el control civil de las Fuerzas; b) un segundo momento que incorpora progresivamente las demandas de una reforma militar; y c) el inicio de una tercera etapa, orientada a revisar los debates sobre el “control civil”, y a identificar las vacancias generadas en materia de conducción política de la defensa.

3.1 La agenda de la autonomía militar

El primer grupo de estudios sobre la política de defensa y la política militar se desarrolló de forma paralela a los desafíos políticos de la jurisdicción. Como señala Sabina Frederic, estas primeras reflexiones – que la autora define como la “visión experta” de las relaciones civiles-militares – tuvieron un fuerte anclaje en la arena política.²⁸ Centrados en la subordinación del poder militar y en su transformación en una institución del estado, los trabajos desarrollados en los primeros años de la vida democrática demandaron la creación de estructuras y normativas políticas, institucionales y jurídicas que restrinjan los márgenes de acción de las Fuerzas Armadas.

²⁷ *Ibidem*, p. 59.

²⁸ FREDERIC, Sabina. *Los usos de la fuerza pública. Debates sobre militares y policías en las ciencias sociales de la democracia*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2011, p. 28.

Un estado de la cuestión sobre las agendas política y académica de la defensa en Argentina (1983-2003) – 39

En cumplimiento de esta tarea, los analistas buscaron identificar las condiciones que llevaron a las Fuerzas Armadas a interrumpir sistemáticamente el sistema político, ganando altos niveles de autonomía.²⁹ En este grupo de investigaciones encontramos los trabajos iniciales de Ernesto López,³⁰ la compilación de artículos de Gustavo Druetta y Eduardo Estévez³¹ y los trabajos de Andrés Fontana³² y de Juan Rial.³³ Todos estos autores coincidieron en que el principal condicionamiento de la flamante democracia argentina era la superación de la autonomía militar, en conjunto con el tratamiento judicial de las violaciones a los derechos humanos cometidas por miembros de las Fuerzas Armadas.³⁴

Probablemente, esta caracterización motivó a los investigadores a recuperar las obras clásicas sobre la temática de las relaciones civiles-militares, y con especial énfasis

²⁹ Cabe destacar que este tema había sido profundamente estudiado, desde una perspectiva histórica, por un conjunto de investigaciones clásicas sobre el poder militar en Argentina, conformado por los trabajos de PORTANTIERO, Juan Carlos. “Economía y política en la crisis argentina: 1958-1973”, *Revista Mexicana de Sociología*, Vol.38:2, abril-junio de 1977; O’DONELL, Guillermo. “Modernización y golpes militares”, en *Desarrollo Económico*, vol.12, n°47, octubre.-diciembre de 1972; ROUQUIÉ, Alain. *Op. cit.*; y POTASH, Robert. *Ejército y política en la Argentina*. Buenos Aires: Hyspamérica, 1985. A diferencia de estas investigaciones, los estudios mencionados en este trabajo estuvieron fuertemente influenciadas por el enfoque de las relaciones civil-militares desarrollado por Huntington (HUNTINGTON, Samuel. *The Soldier and the State: the theory and politics of civil-military relations*. Cambridge: Harvard University Press, 1957) y Janowitz (JANOWITZ, Morris. *El soldado profesional. Retrato político y social*. Buenos Aires: Omeba, 1967). Ambos autores abordaron, con matices, las particularidades subjetivas de la actividad militar y las tensiones entre la naturaleza de la corporación castrense y el sistema político. Si bien sus tesis serían luego ampliamente debatidas, sus consideraciones conformaron un acervo a partir del cual se introdujo la temática en nuestro país.

³⁰ LÓPEZ, Ernesto. *Seguridad nacional y sedición militar*. Buenos Aires: Legasa, 1987; _____. *El último levantamiento*. Buenos Aires: Legasa, 1988.

³¹ DRUETTA, Gustavo y ESTÉVEZ, Eduardo (coords.) *Defensa y democracia. Un debate entre civiles y militares*. Buenos Aires: Punto Sur Editores, 1990.

³² FONTANA, Andrés. *Fuerzas Armadas, partidos políticos y transición a la democracia*. Buenos Aires: CEDES, 1984; _____. “La política militar del gobierno constitucional argentino”, en NUN, Juan y PORTANTIERO, Juan Carlos (comps.) *Ensayos sobre la transición democrática en la Argentina*. Buenos Aires: Punto Sur Editores, 1987; _____. “De la crisis de Malvinas a la subordinación condicionada: conflictos intramilitares y transición política en Argentina”, en *Working Paper* N° 74. The Helen Kellogg Institute for International Studies, 1986.

³³ RIAL, Juan. “Las fuerzas armadas de América del Sur y su relación con el Estado en el nuevo contexto democrático, en un mundo en cambio constante”, *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)*, n.º 74, Octubre – Diciembre de 1991.

³⁴ ACUÑA, Carlos y SMULOVITZ, Catalina. *¿Ni olvido ni perdón? Derechos humanos y tensiones cívico-militares en la transición argentina*. Ponencia presentada en el XVI International Congress of Latin America Studies Association, Washington DC, Abril de 1991; _____. “Militares en la transición argentina. Del gobierno a la subordinación constitucional”, en ACUÑA, Carlos *et al* (comps.) *Juicio, castigos y memorias. Derechos humanos y justicia en la política argentina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1995.

el enfoque desarrollado por Samuel Huntington.³⁵ Sin embargo, esta recuperación conceptual no estuvo exenta de dificultades, ya que como el mismo Ernesto López observaría años más tarde, la mirada del autor norteamericano resultaba tan “valiosa y sugerente” como “insuficiente para el caso argentino”, al considerar a la subordinación militar como un “dato” de la realidad.³⁶ Tal como hemos visto en el derrotero de la agenda política, bastante lejos de ser un dato, la subordinación militar en Argentina estaba fuertemente condicionada. Esta particularidad fue señalada oportunamente por Andrés Fontana, quien indicó que las Fuerzas Armadas estaban reacias a cualquier negociación y, en particular, a la revisión de las violaciones a los derechos humanos en el pasado reciente.³⁷

Sin embargo, en líneas generales los analistas argentinos recuperaron la idea huntingtoniana respecto de la necesidad de alcanzar un “control civil objetivo”, que garantice una subordinación efectiva de los militares al sistema político, sobre la base de una legitimidad – en términos weberianos – de tipo racional-legal. Como indica López,³⁸ la pregunta central a responder era qué hacer con los militares, es decir, como controlar la “cuestión militar”. La imperiosa necesidad de responder a esta pregunta encontraba, simultáneamente, su correlato en la arena política, tal como evidenciaron los levantamientos “carapintadas” sucedidos entre 1987 y 1991. Estos episodios merecieron, en consecuencia, oportunos análisis en las obras de Ernesto López³⁹ y Marcelo Saín.⁴⁰ Por lo tanto, estas investigaciones iniciales leyeron los desafíos de la época en una clave similar a la propuesta por la gestión política de la defensa. Esto permitió que los conocimientos generados contribuyesen a fundamentar, desde el plano de la teoría política, las acciones del gobierno radical respecto al problema de la autonomía de las Fuerzas Armadas.

³⁵ HUNTINGTON, Samuel. *Op. cit.*

³⁶ LÓPEZ, Ernesto. *Ni la ceniza ni la gloria. Actores, sistema político y cuestión militar en los años de Alfonsín*. Bernal: UnQui, 1994, p. 24-25.

³⁷ FONTANA, Andrés. “De la crisis de Malvinas...”, *op. cit.*, p. 35.

³⁸ LÓPEZ, Ernesto. *Ni la ceniza ni la gloria... Op. cit.*

³⁹ LÓPEZ, Ernesto. *El último levantamiento, Op. cit.*; y LÓPEZ, Ernesto. *Ni la ceniza ni la gloria... Op. cit.*

⁴⁰ SAÍN, Marcelo. *Los levantamientos carapintada 1987-1991*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1994.

La reflexión sobre la autonomía militar se extendió durante los años '90, aunque menguando en la segunda mitad de la década. Trabajos como los de Tibiletti⁴¹ y López y Pion-Berlin⁴² buscaron dar cuenta de la complejidad de factores y condicionantes que atravesaron (y atraviesan) la relación entre las instituciones militares, el poder político y la sociedad civil. En el trabajo titulado *Democracia y cuestión militar*,⁴³ López y Pion Berlín propusieron una problematización más profunda del concepto de autonomía militar, distinguiendo entre comportamientos autonómicos de carácter ofensivo y defensivo. Así, mientras que los primeros persiguen objetivos eminentemente políticos, los segundos atienden a demandas de carácter institucional o profesional, resultando menos amenazadores a la estabilidad del sistema político. El mencionado trabajo refleja el carácter acumulativo de los conocimientos generados alrededor del problema de la autonomía militar y expresa, paralelamente, los avances de la agenda política de la jurisdicción.

3.2 La necesidad de una reforma militar

A mediados de los '90 comenzaron a observarse los primeros desacomodamientos entre la agenda política de la defensa y los estudios originados en el campo académico. Para estos años, la agenda académica fue incorporando progresivamente nuevas problemáticas y objetos de estudio. De manera gradual, algunas investigaciones comenzaron a señalar que aún cuando nuestro país había logrado subordinar efectivamente a los militares al poder civil, no había tenido los mismos éxitos a la hora de transformar el funcionamiento interno del sector militar, y de avanzar en la modernización del sistema de defensa. En palabras de Rosendo Fraga, para estos años Argentina debía demostrar “que la subordinación militar al poder civil no implica el deterioro de las capacidades defensivas del Estado”.⁴⁴

⁴¹ TIBILETTI, Luis. “Parlamento y relaciones cívico-militares en la transición y consolidación democrática en la Argentina (1983-1985)”, *Revista de Ciencias Sociales* N°3. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 1995.

⁴² LÓPEZ, Ernesto y PION-BERLÍN, David. *Democracia y cuestión militar*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 1996.

⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴ FRAGA, Rosendo. “La política de defensa a veinte años del último golpe”, *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad*, Santiago de Chile, Año 11, Núm 2, abril-junio de 1996, p. 15.

En este sentido, cabe destacar que uno de los autores que denunció insistentemente la necesidad de reestructurar y racionalizar el sistema de defensa en función de las nuevas circunstancias domésticas e internacionales fue Thomas Scheetz. En sucesivos trabajos, Scheetz⁴⁵ indicó que, en las condiciones vigentes, las Fuerzas Armadas estaban bastante lejos de poder cumplir con las misiones asignadas en 1988 por la Ley de Defensa Nacional. Al mismo tiempo, destacó que la caída no planificada de los recursos presupuestarios asignados al sector profundizaba la crisis organizacional, ya que los sistemas de armas eran eliminados sin ningún tipo de criterio político-estratégico. En base a este diagnóstico, Thomas Scheetz y Gustavo Cáceres propusieron la adopción de una postura estratégica de “defensa no provocativa”. En una compilación de trabajos, editada en 1995, los autores recogieron los aportes de diversos especialistas en la materia,⁴⁶ con el objetivo de “contribuir en la búsqueda de una solución razonable al problema de la indefensión militar argentina”.⁴⁷

El achicamiento no planificado de las capacidades militares fue percibido también por Ernesto López. En un artículo publicado en 1992, el autor señala que, producto de la reducción presupuestaria, nuestro país estaba protagonizando un “desarme de hecho”, ya que “no [hubo] una decisión elaborada y consciente de producirlo, sino mas bien es el resultado de una situación general regresiva y de unas políticas gubernamentales restrictivas, diseñadas para enfrentar los problemas económico-financieros por los que atraviesa el país (y no para dar respuesta a la problemática de la defensa)”.⁴⁸

Se observa que este segundo grupo de estudios comenzó a preguntarse por las consecuencias que, en el plano de las capacidades militares, había tenido restricción no planificada del gasto militar. De esta forma, se advirtió que la ausencia de criterios

⁴⁵ SCHEETZ, Thomas. “El marco teórico, político y económico para una reforma militar en la Argentina”, *Documentos de Trabajo N°50*. Buenos Aires. EURAL, 1993; SCHEETZ, Thomas. “Los costos económicos de la Defensa en la Argentina y Chile y el esbozo de una solución”, *Revista de Ciencias Sociales N°3*. Bernal. Universidad Nacional de Quilmes. 157-174, 1995a; SCHEETZ, Thomas. “La necesaria reforma militar argentina”, *Revista Nueva Sociedad*, N° 138, Buenos Aires, 1995b.

⁴⁶ Además del aporte de los compiladores, el libro contiene trabajos de Carlos Mariano Gazcón, Alfredo Cabeza, Fernando López-Imicoz, César Docampo, Rut Diamint, Carlos Kulikowski y Dante Giadone.

⁴⁷ SCHEETZ, Thomas y CÁCERES, Gustavo. *Defensa no provocativa. Una propuesta de reforma militar para la Argentina*. Buenos Aires: Editora Buenos Aires, 1995, p. 7.

⁴⁸ LÓPEZ, Ernesto. “Desarme de hecho y cooperación para la paz”, en *Fuerzas Armadas y Sociedad*, Vol VII, n.º 1, 1992, p. 9.

técnicos y políticos que orientasen el achicamiento del aparato militar había afectado notablemente las capacidades defensivas del Estado.⁴⁹

Sin embargo, el impacto político de estas reflexiones fue variable. La subordinación definitiva de los militares al sistema político – efectivizada con la represión a los “carapintadas” en 1990 –, junto a la desactivación de los juicios a los militares involucrados en el terrorismo de Estado, había empujado los asuntos castrenses hacia los márgenes de la agenda política. Al mismo tiempo, aún cuando las autocríticas de Martín Balza⁵⁰ y las declaraciones de Adolfo Scilingo⁵¹ convulsionaron la opinión pública, el eje de los debates sobre la “cuestión militar” se mantuvo centrado en las demandas por la reapertura de los juicios. En consecuencia, la impunidad respecto al terrorismo de Estado contribuyó al mantenimiento de una agenda nacional que, en el plano militar, permaneció anclada al problema de la influencia política de las Fuerzas Armadas.

Pero si bien los llamamientos a una reforma militar influenciaron tangencialmente la arena política, sí se produjo un mayor impacto en el sentido inverso. Esto explica que, hacia el final de la década de los ‘90, el problema del control civil haya vuelto a permear los estudios sobre defensa y Fuerzas Armadas. A modo de ejemplo, cabe hacer referencia al estudio de Marcela Donadío sobre la mentalidad militar,⁵² a las afirmaciones de Virgilio Beltrán respecto a que las Fuerzas Armadas

⁴⁹ En relación al fortalecimiento de las capacidades defensivas, Marcela Donadío sostuvo que una de las tareas pendientes del gobierno civil y las fuerzas armadas era la implementación de una reforma militar orientada a fortalecer el rol del Estado Mayor Conjunto. DONADÍO, Marcela. “La construcción de una nueva política de defensa en Argentina”, en *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad*, Año 11, N° 2, 1996.

⁵⁰ El 25 de abril de 1995, el entonces Jefe del Estado Mayor General del Ejército, Martín Balza, leyó públicamente un documento en el que se reconocía por primera vez la participación de dicha fuerza en la “guerra sucia” y el terrorismo de estado de los años ‘70. Sobre el tema, se sugiere consultar: CANELO, Paula. “La responsabilidad y la convicción. Las ‘autocríticas’ del general Balza y su impacto en la interna militar argentina durante los años noventa”, en *Militares e política*, N° 7, Universidade Federal do Río de Janeiro, julho a dezembro de 2010.

⁵¹ En 1997, el ex oficial de la Armada Adolfo Scilingo se convirtió en uno de los primeros militares argentinos en reconocer judicialmente su participación en el terrorismo de estado. En declaraciones frente al juez español Baltasar Garzón, el ex capitán de corbeta indicó haber formado parte de los llamados “vuelos de la muerte”, mediante los que se arrojaban los cuerpos de detenidos-desaparecidos al mar. Previamente, Scilingo había anticipado su confesión en una entrevista realizada por el periodista Horacio Verbitsky. Ver: VERBITSKY, Horacio. *El vuelo*. Buenos Aires, Editorial Planeta, 1995.

⁵² Aún cuando el estudio de Donadío incorpora una mirada novedosa respecto de la relación entre las Fuerzas Armadas y el sistema político – al centrar la atención en la cultura profesional de los militares –, la autora sitúa el nudo problemático de su investigación en la temática de las relaciones civiles-militares.

mantienen una relación de “coexistencia pacífica” con la elite política,⁵³ y a la compilación de trabajos dirigida por Rut Diamint en 1999, titulada *Control civil y Fuerzas Armadas en las nuevas democracias latinoamericanas*.⁵⁴ En esta obra referencial –que incluye aportes de diferentes expertos de la región–, los analistas observan que la autonomía militar continúa siendo un obstáculo para el diseño de una política de defensa integral. De esta forma, si bien se reconocen las falencias de la conducción política en materia estratégica y de reforma militar, a la hora de identificar los desafíos del mediano plazo en la jurisdicción se indica que “el objetivo es establecer una tradición de control civil, [es decir] hacer que las instituciones militares sean neutrales en política”.⁵⁵

3.3 Hacia un nuevo rumbo: la revisión de los debates saldados

En los albores del siglo XXI, la agenda académica de la defensa había perdido la homogeneidad temática que la caracterizó desde los años de la restauración democrática hasta mediados de los ‘90. Si bien por una parte se reconocían los descuidos insoslayables en materia de reestructuración de las Fuerzas Armadas y de formulación de criterios políticos integrales, los análisis de principios de 2000 lograron apartarse sólo parcialmente del problema del control civil y de la subordinación de los militares.

En relación a la ausencia de criterios integrales para el sistema de defensa, Marcelo Saín observó que durante la década de los 90 se produjo en nuestro país “un proceso de desmovilización y desarme de hecho”, consistente en un “mero achicamiento institucional pero manteniendo los mismos basamentos doctrinales de otrora y la misma estructura orgánico-funcional articulada para enfrentar situaciones y conflictos ya desaparecidos”.⁵⁶ Este diagnóstico – que ya había sido advertido preliminarmente en algunos trabajos de la década anterior –, fue también compartido por Germán Montenegro, quien alertó sobre la “desactualización doctrinaria” de las Fuerzas

DONADÍO, Marcela. *De los golpes a la colaboración: una mirada a la mentalidad profesional en el Ejército Argentino*. Tesis de Maestría en Ciencias Sociales. Buenos Aires: FLACSO, 2000.

⁵³ BELTRÁN, Virgilio. “Las fuerzas armadas del Cono Sur de América frente al siglo XXI: algunas alternativas de cambio”, *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad*, Santiago de Chile, Año 15, n° 3, 2000, p. 52.

⁵⁴ DIAMINT, Rut (ed.) *Control civil y Fuerzas Armadas en las nuevas democracias latinoamericanas*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1999

⁵⁵ *Ibidem*, p. 19.

⁵⁶ SAÍN, Marcelo. “Las Fuerzas Armadas en Argentina. Los dilemas de la reforma militar...”. *Op. cit.*, p. 224.

Un estado de la cuestión sobre las agendas política y académica de la defensa en Argentina (1983-2003) – 45

Armadas, y sobre el impacto que esta vacancia originaba en las estructuras operativas y funcionales del aparato militar.⁵⁷

No obstante, si bien estos trabajos inclinaron parcialmente la agenda hacia el tratamiento de la dimensión estratégica de la defensa, lo cierto es que el abordaje de esos temas fue un resultado colateral de las ambigüedades políticas respecto a la adopción de la “nueva agenda de seguridad” diseñada por Estados Unidos para el hemisférico americano. De este modo, los trabajos previamente citados coincidieron en que la ausencia de criterios integrales había propiciado la incorporación de las “nuevas amenazas” a la agenda sectorial, aún cuando esto supusiese una revisión de los consensos normativos alcanzados desde la recuperación democrática.

Así, los analistas vincularon las vacancias estratégicas con los llamamientos a la utilización de los militares para tareas de seguridad interior.⁵⁸ Al respecto, Marcelo Saín concluyó que los intentos de adoptar la “nueva agenda de seguridad” reflejaron las falencias de la clase política a la hora de definir un modelo institucional de Fuerzas Armadas.⁵⁹ Esta misma lectura subyace en el trabajo elaborado en conjunto entre Marcelo Saín y Valeria Barbuto, donde se relatan las ambigüedades oficiales de los funcionarios respecto al rol de las Fuerzas Armadas.⁶⁰

Finalmente, luego de la crisis política desatada en 2001, y tras el gobierno provisional de Eduardo Duhalde, se produciría un nuevo “giro copernicano” en la agenda política y académica de la defensa.⁶¹ Para estos años, resultaba claro que la subordinación de las Fuerzas Armadas al poder político no dependía únicamente de la

⁵⁷ MONTENEGRO, Germán. “‘Nuevas Amenazas’ Aproximación desde una perspectiva internacional”, en LÓPEZ, Ernesto y SAÍN, Marcelo (comps.) “*Nuevas Amenazas*”. *Dimensiones y perspectivas. Dilemas y desafíos para la Argentina y el Brasil*. Buenos Aires, Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

⁵⁸ Para un *racconto* de estos llamamientos, ver el artículo de Horacio Verbitsky titulado “Nuevas amenazas”, publicado en el diario *Página 12*, 21/09/2003.

⁵⁹ SAÍN, Marcelo. *Las “nuevas amenazas” y las Fuerzas Armadas en la Argentina de los ‘90*. Ponencia presentada en el XXIII International Congress Latin American Studies Association (LASA). Washington, DC, United States, 6-8 de septiembre de 2001 y _____. “Nuevos horizontes, nuevos problemas. Las Fuerzas Armadas argentinas frente a las nuevas ‘amenazas’”. *Op. cit.*

⁶⁰ SAÍN, Marcelo y BARBUTO, Valeria. *La reinstitucionalización democrática de las Fuerzas Armadas*. Buenos Aires: Centro de Estudios Legales y Sociales, 2002.

⁶¹ Empleamos la expresión “giro copernicano” del modo en que es utilizada por Ernesto López. Ver: LÓPEZ, Ernesto (ed.) *Control civil sobre los militares...* *Op. cit.*

aplicación de medidas de control civil, sino que también requería la formulación de directrices y apreciaciones político-estratégicas para la organización del sector. Al mismo tiempo, la declaración de nulidad de las leyes de impunidad y los indultos propició la creación de un nuevo clima político para el tratamiento de la cuestión militar, allanando el camino para la incorporación de nuevos desafíos en la agenda de la jurisdicción.

4. Palabras finales

En los párrafos anteriores nos propusimos estudiar, en sus aspectos generales, la evolución de las agendas política y académica de la defensa. Como resultado, hemos dado cuenta de la existencia de una suerte de tensión, al interior de ambos campos de trabajo, entre dos tipos de objetivos y/o responsabilidades en materia de defensa y organización de las Fuerzas Armadas: por un lado, el control civil de los militares, es decir, la reducción de los márgenes de autonomía de las instituciones castrenses; por otro, la tarea de adecuar los aspectos estratégicos de la defensa a las necesidades del orden democrático, es decir, de conducir políticamente la organización del sector.

Si bien ambas cuestiones se encuentran íntimamente entrelazadas, lo cierto es que responden a tareas bien distintas. Mientras que en el primer caso se trata de reducir el poder de los militares, independientemente del cumplimiento de la “función” estatal de la defensa, en el segundo caso se hace foco en la necesidad de adecuar la estructura y las tareas de las Fuerzas Armadas al contexto estratégico en el que está inserto un Estado. Por esta razón, Jorge Battaglino distingue, respectivamente, entre la “política militar” y la “política de defensa” propiamente dicha.⁶² Apelando a este criterio, se ratifica el supuesto del autor respecto de que, hasta finales de los años ‘90, la agenda política de la defensa estuvo centrada en la aplicación de medidas de política militar, dejando a un lado la formulación de lineamientos estratégicos para el funcionamiento del sector castrense.

Lo que hemos intentado demostrar en este trabajo es que una inclinación similar puede observarse en la agenda intelectual de la defensa durante el período 1983-2003. En efecto, es posible encontrar numerosos paralelismos entre la producción intelectual y la gestión pública: ambos campos de acción evolucionan casi de manera conjunta – a

⁶² BATTAGLINO, Jorge. *Op. cit.*

partir de mediados de los '90 y hasta los primeros años de la década del 2000 –, desde los aspectos vinculados estrictamente a la supresión de la autonomía militar, hasta llegar a las problemáticas de carácter político-estratégico.

Por supuesto, la transición de un espacio a otro (de la política militar a la política de defensa) no fue lineal, ni se mantuvo ajena a las limitaciones de la coyuntura política, económica y social. En efecto, es tras la superación de la subordinación militar cuando comienzan a observarse los desencuentros. No obstante, el derrotero refleja que en la medida en que fue avanzándose en el control civil de las fuerzas armadas, prontamente fueron ampliándose las responsabilidades a asumir por parte del poder político. En este sentido, corresponde a la labor académica el mérito de haber iluminado, de forma prematura, algunas de estas nuevas tareas. A partir de entonces, se comprendió que la “vacancia” en la conducción de los aspectos estratégicos de la defensa podría convertirse en una espada de doble filo: si bien por un lado impide el fortalecimiento de “los militares” como corporación, también conduce a la delegación – por omisión – de la definición de los asuntos centrales de la política de defensa en manos de los propios uniformados.

Creemos que este derrotero contribuye a explicar, al menos en parte, algunos de los desafíos centrales que atraviesan actualmente la agenda de la defensa en Argentina. Una vez alcanzada la subordinación militar, resulta evidente que conducir políticamente la jurisdicción supone bastante más que “controlar” a las Fuerzas. Gobernar políticamente la defensa es un proceso dinámico, que requiere – entre otras cosas –, que la conducción política del Estado formule, regule y controle los marcos de intervención de los militares en la sociedad, es decir, que defina de forma precisa e inequívoca cuáles son las situaciones en las que se autoriza el empleo de la fuerza armada. Pero al mismo tiempo, esta restricción del campo de acción de los militares debe conjugarse con la definición de los aspectos estratégicos de la política de defensa: la forma en que el Estado Nacional prevé relacionarse con el escenario regional e internacional, y el papel contribuyente a ese relacionamiento de las instituciones militares.

Bibliografía

- ACUÑA, Carlos y SMULOVITZ, Catalina. *¿Ni olvido ni perdón? Derechos humanos y tensiones cívico-militares en la transición argentina*. Ponencia presentada en el XVI International Congress of Latin America Studies Association, Washington DC, Abril de 1991.
- _____ y _____. “Militares en la transición argentina. Del gobierno a la subordinación constitucional”, en ACUÑA, Carlos *et al* (comps.) *Juicio, castigos y memorias. Derechos humanos y justicia en la política argentina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1995.
- ALFONSÍN, Raúl. *Memoria política. Transición a la democracia y derechos humanos*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.
- BELTRÁN, Virgilio. “Las fuerzas armadas del Cono Sur de América frente al siglo XXI: algunas alternativas de cambio”, *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad*, Santiago de Chile, Año 15, n° 3, 2000.
- BATTAGLINO, Jorge. “Política de defensa y política militar durante el kirchnerismo”, en de Luca, Miguel y Malamud, Andrés (comps.) *La política en tiempos del kirchnerismo*. Buenos Aires: Eudeba, 2011.
- CANELO, Paula. *El futuro atado al pasado. Políticos y militares frente al nuevo rol de las Fuerzas Armadas argentinas (1995-2002)*. Tesis de Maestría de FLACSO. Mimeo, 2005.
- _____. “La responsabilidad y la convicción. Las ‘autocríticas’ del general Balza y su impacto en la interna militar argentina durante los años noventa”, en *Militares e política* N° 7, Universidade Federal do Río de Janeiro, julho a dezembro de 2010.
- DIAMINT, Rut. “Cambios en la política de seguridad: Argentina en busca de un perfil no conflictivo”, *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad*, Santiago de Chile, Año 7, n° 1, 1992.
- _____. (ed.). *Control civil y Fuerzas Armadas en las nuevas democracias latinoamericanas*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1999.
- _____. *Argentina Security Policy, Democratic Stability and International Framework*. Paper prepared for the XXI International Congress of the Latin American Studies Association. Chicago, September 24-26, 1998.
- DONADIO, Marcela. “La construcción de una nueva política de defensa en Argentina”, en *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad*, Año 11, N° 2, 1996.
- _____. *De los golpes a la colaboración: una mirada a la mentalidad profesional en el Ejército Argentino*. Tesis de Maestría en Ciencias Sociales. Buenos Aires: FLACSO, 2000.
- DRUETTA, Gustavo y ESTÉVEZ, Eduardo (coords.) *Defensa y democracia. Un debate entre civiles y militares*. Buenos Aires: Punto Sur Editores, 1990.
- EISSA, Sergio. *Lo que el neoliberalismo se llevó. Reconstruyendo la política de defensa Argentina*, en *Working Paper* N° 40. Programa Defensa y Seguridad. CAEI, 2010.

- ESCODÉ, Carlos. *El realismo periférico. Fundamento para la nueva política exterior argentina*. Buenos Aires: Planeta, 1992.
- FONTANA, Andrés. *Fuerzas Armadas, partidos políticos y transición a la democracia*. Buenos Aires: CEDES, 1984.
- _____. “La política militar del gobierno constitucional argentino”, en NUN, Juan y PORTANTIERO, Juan Carlos (comps.) *Ensayos sobre la transición democrática en la Argentina*. Buenos Aires: Punto Sur Editores, 1987.
- FONTANA, Andrés. “De la crisis de Malvinas a la subordinación condicionada: conflictos intramilitares y transición política en Argentina”, en *Working Paper* N° 74. The Helen Kellog Institute for International Studies, 1986.
- FRAGA, Rosendo. “La política de defensa a veinte años del último golpe”, *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad*, Santiago de Chile, Año 11, Núm 2, abril-junio de 1996.
- FREDERIC, Sabina. *Los usos de la fuerza pública. Debates sobre militares y policías en las ciencias sociales de la democracia*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2011.
- HUNTINGTON, Samuel. *The Soldier and the State: the theory and politics of civil-military relations*. Cambridge: Harvard University Press, 1957.
- JANOWITZ, Morris. *El soldado profesional. Retrato político y social*. Buenos Aires: Omeba, 1967.
- JAUNARENA, Horacio. *La casa está en orden. Memorias de la transición*. Buenos Aires: Taidea, 2011.
- LÓPEZ, Ernesto. *Seguridad nacional y sedición militar*. Buenos Aires: Legasa, 1987.
- _____. *El último levantamiento*. Buenos Aires: Legasa, 1988.
- _____. “Desarme de hecho y cooperación para la paz”, en *Fuerzas Armadas y Sociedad*, Vol VII, N° 1, 1992.
- _____. *Ni la ceniza ni la gloria. Actores, sistema político y cuestión militar en los años de Alfonsín*. Bernal: UnQui, 1994.
- _____. (ed.). *Control civil sobre los militares y política de defensa en Argentina, Brasil, Chile y Uruguay*. Buenos Aires: Altamira, 2007.
- _____. y PION-BERLÍN, David. *Democracia y cuestión militar*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 1996.
- MONTENEGRO, Germán. “‘Nuevas Amenazas’ Aproximación desde una perspectiva internacional”, en LÓPEZ, Ernesto y SAÍN, Marcelo (comps.) “*Nuevas Amenazas*”. *Dimensiones y perspectivas. Dilemas y desafíos para la Argentina y el Brasil*. Buenos Aires, Universidad Nacional de Quilmes, 2003.
- _____. “‘Nuevas Amenazas’ Aproximación desde una perspectiva internacional”, en LÓPEZ, Ernesto y SAÍN, Marcelo (comps.) “*Nuevas Amenazas*”. *Dimensiones y perspectivas. Dilemas y desafíos para la Argentina y el Brasil*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

- O'DONELL, Guillermo. "Modernización y golpes militares", en *Desarrollo Económico*, vol.12, n°47, octubre.-diciembre de 1972.
- POCZYNOK, Iván. *¿Legislando para la guerra de las galaxias? El terrorismo como hipótesis de conflicto en los debates parlamentarios de la Ley de Defensa Nacional*. Ponencia presentada en las IX Jornadas de Sociología de la Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2011.
- PORTANTIERO, Juan Carlos. "Economía y política en la crisis argentina: 1958-1973", *Revista Mexicana de Sociología*, Vol.38:2, abril-junio de 1977.
- POTASH, Robert. *Ejército y política en la Argentina*. Buenos Aires: Hyspamérica, 1985.
- RIAL, Juan. "Las fuerzas armadas de América del Sur y su relación con el Estado en el nuevo contexto democrático, en un mundo en cambio constante", *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)*, N° 74, Octubre – Diciembre de 1991.
- ROUQUIÉ, Alain. *Poder militar y sociedad política en Argentina*. Buenos Aires: Emecé, 1982.
- SAÍN, Marcelo. *Los levantamientos carapintada 1987-1991*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1994.
- _____. "Vaivenes y eficacia de la política militar del primer gobierno de Carlos Menem (1989-1995)". *Fuerzas Armadas y Sociedad*, Año 12, N° 2, 1997.
- _____. *Las "nuevas amenazas" y las Fuerzas Armadas en la Argentina de los '90*. Ponencia presentada en el XXIII International Congress Latin American Studies Association (LASA). Washington, DC, United States, 6-8 de septiembre de 2001.
- _____. "Las Fuerzas Armadas en Argentina. Los dilemas de la reforma militar en una situación de crisis", *Security and Defense Studies Review*, Vol 2, Winter 2002/2003.
- _____. "Nuevos horizontes, nuevos problemas. Las Fuerzas Armadas argentinas frente a las nuevas 'amenazas'", en LÓPEZ, Ernesto y SAÍN, Marcelo (comps.) *"Nuevas Amenazas". Dimensiones y perspectivas. Dilemas y desafíos para la Argentina y el Brasil*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.
- _____ y BARBUTO, Valeria. *La reinstitucionalización democrática de las Fuerzas Armadas*. Buenos Aires: Centro de Estudios Legales y Sociales, 2002.
- SCHEETZ, Thomas. "El marco teórico, político y económico para una reforma militar en la Argentina", *Documentos de Trabajo N°50*. Buenos Aires. EURAL, 1993.
- _____. "Los costos económicos de la Defensa en la Argentina y Chile y el esbozo de una solución", *Revista de Ciencias Sociales N°3*. Bernal. Universidad Nacional de Quilmes. 157-174, 1995a.
- _____. "La necesaria reforma militar argentina", *Revista Nueva Sociedad*, N° 138, Buenos Aires, 1995b.
- _____ y CÁCERES, Gustavo. *Defensa no provocativa. Una propuesta de reforma militar para la Argentina*. Buenos Aires: Editora Buenos Aires, 1995.
- SIMONOFF, Alejandro. "Envío de tropas y política exterior (1989-2005)", *Relaciones Internacionales*, n° 28. La Plata: Instituto de Relaciones Internacionales, 2005.

TIBILETTI, Luis. “Parlamento y relaciones cívico-militares en la transición y consolidación democrática en la Argentina (1983-1985)”, *Revista de Ciencias Sociales N°3*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 1995.

UNITED NATIONS. *List of peacekeeping operations 1948-2011*. Información disponible en www.un.org, 2011. [Fecha de consulta: 11/04/2012]

VERBITSKY, Horacio. *El vuelo*. Buenos Aires, Editorial Planeta, 1995.

A relação empresarial-militar entre Brasil e Estados Unidos no golpe de 1964

Martina Spohr*

Resumo:

Nosso objetivo no presente artigo é desenvolver a rede de relações criadas entre militares e o empresariado brasileiro e norte-americano em geral, no âmbito da coalizão classista civil-militar construída na década de 1960 com a finalidade de derrubar o governo de João Goulart e o próprio regime da Constituição de 1946. Esta dinâmica será analisada a partir da interação entre empresários e militares durante o período de atuação da Aliança para o Progresso, destacando o trabalho conjunto dos órgãos de informação do governo norte-americano, os comitês empresariais norte-americanos e os congêneres nacionais, buscando recuperar o desenho dessa rede de informantes das agências norte-americanas no Brasil. Tal rede, formada por militares, como o adido militar da embaixada brasileira Vernon Walters e o futuro presidente general Humberto Castelo Branco, e por empresários, como Paulo Ayres Filho, fundador do IPES, foi fator determinante para a construção do golpe civil-militar de 1964.

Palavras-chave: Golpe de 1964; Empresariado e política; Relações Brasil-Estados Unidos.

Abstract:

Our purpose in this article is to recover the design of the network of relationships created between military and Brazilian businessmen and U.S. under the civil-military coalition class built in the 1960s with the aim of overthrowing the government of João Goulart and the 1946 Constitution regime. This dynamic will be analyzed from the interaction between entrepreneurs and military during the Alliance for Progress, highlighting the articulated work of the U.S. government media, the U.S. corporate committees and national congeners, seeking to recover the drawing of this network of informants of U.S. agencies in Brazil. This network, composed of military, such as military attaché at the Brazilian embassy Vernon Walters and future President Gen. Humberto Castelo Branco, and entrepreneurs, such as Paulo Filho Ayres, founder of the IPES, was one of the determining factors of the construction of civil-military coup 1964.

Keywords: Coup 1964; Entrepreneurship and politics; Brazil-US Relations.

* Doutoranda no Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ); analista de documentação e informação do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). O presente trabalho informa resultados parciais de pesquisa de doutorado iniciada no primeiro semestre de 2012. E-mail: martina@fgv.br.

Vernon Walters, Lincoln Gordon e os militares brasileiros:

A seguir, [Gordon] descreveu-me a situação política no Brasil, que se deteriorava dia a dia, não só do ponto de vista dos progressos comunistas, mas também quanto ao esfriamento das relações com os Estados Unidos, e concluiu:

- De você quero três coisas: primeiro, desejo saber qual a posição das Forças Armadas; segundo, se tenho possibilidades, através de você, de exercer qualquer influência nesse terreno; terceiro e principalmente, não quero ser surpreendido.¹

Esta citação do adido militar norte-americano no Brasil entre 1962 e 1967, Vernon Walters, publicada em seu livro de memórias *Missões Silenciosas*, diz bastante sobre o assunto que pretendemos tratar neste artigo. A conversa, ocorrida em 1962 entre o recém-nomeado adido militar e o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, demonstra exatamente as preocupações mais gerais que levaram à criação de uma rede empresarial-militar de âmbito internacional ao longo da crise dos anos 60 no Brasil.

A preocupação de Gordon com a posição das Forças Armadas frente à crise instalada era compartilhada por diferentes segmentos da elite orgânica brasileira. O tal perigo vermelho, real, porém menos estruturado politicamente do que os conservadores traçavam, perpassa todas as questões envolvidas na busca pela construção de um aparato ideológico que pudesse lutar contra tal perigo personificado, muitas vezes, em figuras como João Goulart e Leonel Brizola.

Tal preocupação, unida ao avanço do capitalismo no Brasil e no mundo fez com que a construção do caminho para o golpe de 1964 ganhasse um caráter civil-militar. Caráter esse objeto de diferentes pesquisas presentes na historiografia sobre o período. Dentro desta temática, destacamos o livro de René A. Dreifuss,² no qual encontramos pormenorizada pesquisa acerca da atuação de civis no momento do golpe em 1964.

Retomando a preocupação de Gordon e a expectativa por ele gerada em cima de Walters e do início de suas atividades como adido militar, podemos acrescentar alguns pontos levantados no debate iniciado por Dreifuss acerca da ação de classe da elite

¹ WALTERS, Vernon. *Missões Silenciosas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986, p. 339.

² DREIFUSS, René A.. *1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*. 6. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2006.

orgânica apresentada pelo autor através da relação entre o complexo IPES/IBAD³ e os militares, bem como da atuação dos Estados Unidos dentro deste processo.

Dreifuss divide as correntes militares do período em três: o grupo IPES/ESG, o dos extremistas de direita e o dos tradicionalistas.⁴ Estas categorias nos permitem sistematizar a forma como esta rede de relações empresarial-militar foi desenvolvida. Os extremistas de direita eram um grupo marginal, com posições fanáticas anticomunistas e antipopulistas e estavam ligados a membros mais agressivos do IPES de São Paulo como Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal *O Estado de São Paulo*. A representação militar mais considerável deste grupo é do brigadeiro João Paulo Burnier.

O grupo dos tradicionalistas era composto por oficiais que não receberam treinamento na Escola Superior de Guerra (ESG) e não compartilhava uma proposta de mudança social, política e econômica tão elaborada para o Brasil, sendo contra o comunismo em um sentido mais amplo. Dentre eles estão os generais Justino Alves Bastos e Amaury Kruehl.

O grupo mais expressivo e atuante no processo de derrubada o governo de João Goulart e do próprio regime da Constituição de 1946 é o grupo IPES/ESG. Dentro do IPES, o grupo era conduzido pelos generais Golbery do Couto e Silva, Herrera e Liberato. Estes estavam ligados a um movimento maior composto por outros militares, como Cordeiro de Farias, Nelson de Mello, Ademar de Queiroz, Ulhoa Cintra e Antônio Carlos Muricy. Segundo este, o núcleo da conspiração era formado pelos generais Castello Branco, Cordeiro de Farias, Ademar de Queiroz, Costa e Silva, Orlando e Ernesto Geisel, Muniz de Aragão, Mamede e Alfredo Souto Malan: “Esse grupo estava ligado ao general Golbery e seu grupo, o qual realizava no IPES, associado a nós, um trabalho intenso entre os empresários do Rio e de São Paulo.” Excetuando-se o general Costa e Silva, esses oficiais estavam ligados ao estado-maior informal liderado pelo

³ IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) foi uma organização anticomunista fundada em 1959. O IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), de vocação igualmente anticomunista, foi fundado em novembro de 1961, logo após a renúncia de Jânio Quadros. O Instituto, segundo seus fundadores, era uma agremiação apartidária com objetivos educacionais e cívicos. A defesa da fortificação do regime democrático era uma das principais justificativas para a ação ideológica empreendida pelo IPES. O Instituto reunia elementos de diversas formações ideológicas. “O que os unificava, no entanto, eram suas relações econômicas multinacionais e associadas, o seu posicionamento anticomunista e sua ambição de readequar e reformular o Estado.” DREIFUSS, René A. *Op. cit.*, p. 175.

⁴ *Ibidem*, p. 390-393.

general Castello Branco e integrado pelos generais Ernesto Geisel, Ademar de Queiroz e Golbery.⁵

Este grupo detectado por Dreifuss diz bastante sobre o ponto no qual queremos chegar. A relação entre estes militares, formados pela ESG e em grande parte ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), e o empresariado aparece em diferentes fontes. Em depoimento ao CPDOC, Muricy destaca sua atuação frente ao IPES:

Não havia intimidade entre o Castelo, o Costa e Silva e o Golbery. Inclusive havia uma certa prevenção, que depois se agravou, contra o Golbery. Todo homem muito inteligente tem sempre muitos inimigos. A inteligência gera inveja. E a inveja é uma coisa tremenda. *Então eu fazia a ligação com o Golbery e com o IPES.*⁶

Como Dreifuss destaca, este é um tema que ainda precisa de estudos mais aprofundados. Seu capítulo⁷ sobre a relação entre empresários e militares indica diferentes caminhos de pesquisa. A necessidade de uma análise das atividades políticas das Forças Armadas ainda é evidente dentro da historiografia sobre o tema:

O que se tornou claro nesta pesquisa é que os ativistas do complexo IPES/IBAD também estavam liderando e organizando um movimento civil-militar próprio, baseado numa infraestrutura de oficiais da ESG, que se colocava no centro da campanha político-militar contra J. Goulart.⁸

Em nota, o autor relata a existência do apoio do embaixador norte-americano como articulador, tornando grupos civis e militares simpatizantes. Nessas operações destacou-se o coronel Vernon Walters. Este teria coordenado as operações de informação no Brasil. Um relatório do Serviço Federal de Informações e Contrainformação (SFICI), órgão do Executivo, de assessoria do presidente, enfatizou o envolvimento do coronel Walters.⁹

A ligação entre empresários e militares no âmbito Brasil-Estados Unidos sem dúvida está pautada pela atuação de Walters. O então adido militar conhecia muitos oficiais brasileiros que compunham o grupo IPES/ESG. O fato é que Walters foi

⁵ DREIFUSS, René A. *Op. cit.*, p. 426.

⁶ MURICY, Antônio Carlos da Silva. Antônio Carlos Muricy I (depoimento, 1981). Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. 768 p. 487. Grifo meu.

⁷ DREIFUSS, René A. *Op. cit.*, p. 381-437.

⁸ *Ibidem*, p. 381.

⁹ *Ibid.*, p. 420.

designado oficial de ligação entre a FEB e o V Corpo do Exército americano na Itália por ocasião da Segunda Guerra Mundial. Atuou até o fim da guerra como intérprete das conversas entre o comandante da FEB General Mascarenhas de Moraes e os generais Clark e Wiffis, comandantes das tropas norte-americanas. Possuía estreitas ligações com importantes oficiais e membros do grupo IPES/ESG como os generais Castelo Branco e Cordeiro de Farias.

Sem dúvida o coronel Vernon Walters merece destaque. Nomeado para assumir o posto de adido militar norte-americano junto à embaixada dos Estados Unidos no Brasil, teve importante papel na ligação entre militares brasileiros e o governo norte-americano. Sua participação na Segunda Guerra ao lado da FEB fez com que conhecesse muitos oficiais que se tornaram os mais importantes representantes das Forças Armadas brasileira durante a década de 1960. Este grupo de oficiais formou-se, em sua grande maioria na ESG e liderou, junto a parcelas da sociedade civil, o processo que culminou no golpe de 1964.

O aparato civil-militar desenvolvido para a derrubada de João Goulart foi pautado pela intensa cooperação entre civis e militares. Os líderes do IPES possuíam contatos estreitos com figuras públicas norte-americanas e com o governo americano. Isso se deu com o objetivo de angariar apoio logístico para o golpe.

Os contatos foram enfatizados pela visita ao Brasil, em outubro de 1962, de uma equipe de pesquisa, a Inter Agency Survey Team, formada por membros de vários órgãos americanos e chefiada pelo embaixador William H. Draper. A equipe de pesquisa incluía o Major-General Douglas V. Johnson (Departamento de Defesa), Ludwell L. Montague (CIA), Thomas E. Naughton (AID), C. Edward Wells (USIA), Henry J. Constanzo (Departamento do Tesouro) e William B. Connett Jr. (Departamento de Estado). Eles visitaram o Rio, São Paulo e o Nordeste e receberam cobertura para suas atividades pelos agentes diplomáticos americanos no Brasil. Essa equipe reuniu-se em São Paulo, utilizando-se de uma série de jantares e almoços com a participação exclusiva de homens para fazer contactos pessoais, tratar das questões do momento e trocar ideias sobre a conjuntura política. Os seguintes membros do IPES estavam presentes: Teodoro Quartim Barbosa, Gastão E. Bueno Vidigal, Paulo R. Magalhães, Fernando E. Lee, Vicente de Paula Ribeiro, Paulo Ayres Filho e Humberto Monteiro. Eles também se reuniram com Quirino Ferreira Neto (diretor-vice-presidente da Folha de São Paulo e diretor da Água Fontails S/A), Bruce S. Galbraith (diretor da Alba S.A.), Walter H. Gussehoven (diretor da General Motors do Brasil), Francis L. Herbert (Cia. Swift do Brasil), Joseph H. Jones (diretor da American Chamber of Commerce no Brasil, São Paulo), Francisco de Paula Vicente Azevedo (vice-presidente do Banco Comercial do Estado de São Paulo, o General Pery Bevilaqua, comandante do II Exército; o

A relação empresarial-militar entre Brasil e
Estados Unidos no golpe de 1964 – 57

General Aurélio Lyra Tavares, comandante da 2ª Região Militar do Brasil; Maria Conceição da Costa Neves, deputada por São Paulo e que mais tarde viria a se tornar uma líder ostensiva da “Marcha da Família”; Antônio de Barros Ulhoa Cintra, reitor da Universidade de São Paulo, e Ruy Mesquita, filho de Júlio de Mesquita Filho, editor e proprietário do O Estado de S. Paulo e ele próprio diretor do jornal. O “Embaixador” Draper era, na realidade, o General William H. Draper (da reserva) do Exército dos Estados Unidos, viajando sob cobertura diplomática. O General Draper se manteve em contato com o IPES, visitando sua liderança após o golpe.¹⁰

Esta visita, como podemos observar, reuniu elementos civis e militares do Brasil e dos Estados Unidos. No âmbito da Aliança para o Progresso,¹¹ visitas deste tipo se tornaram frequentes. Sua presença no Brasil pode ser identificada pelo fato de que até 1963 o Itamaraty concedeu mais de quatro mil vistos a cidadãos norte-americanos. Esta quantidade de solicitações levou o Itamaraty a interpelar o embaixador Gordon. O certo é que 4968 norte-americanos chegaram ao Brasil no desembarque em 1962. O número baixou em 1963 para 2463, talvez em virtude de restrições do Itamaraty. A maioria daqueles norte-americanos era oficial das Forças Armadas, instruídos e treinados em táticas e técnicas militares e paramilitares para o combate à insurgência subversiva.

Integravam uma espécie de Exército secreto dos Estados Unidos, a *Special Forces*, e tornaram-se conhecidos como *Green Berets* (boinas-verdes), atuantes em cerca de 50 países, inclusive o Brasil, com a tarefa de combater movimentos de esquerda e reprimir intentos de insurreição.¹²

A ação do complexo IPES/IBAD dentro das Forças Armadas visava a neutralização do dispositivo popular de João Goulart e a minimização do apoio militar a diretrizes políticas socialistas ou populistas.

Houve um certo número de conspirações faccionárias. Um relatório da Embaixada Americana no Rio observou que “a conspiração contra o regime entre os militares brasileiros inclui o II Exército ou a Segunda Região Militar, mas não se limita a essas unidades. A conspiração generalizada é tipicamente brasileira por não ser unificada e por se ressentir da presença de demasiados possíveis líderes. Todos os

¹⁰ *Ibid.*, p. 420-421.

¹¹ Programa do governo dos Estados Unidos da América, desenvolvido entre 1961 e 1970, com o objetivo de promover reformas econômico-sociais na América Latina. Seu objetivo principal era evitar que se criassem condições para novas revoluções anticapitalistas, como a cubana (1959).

¹² BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil – 1961-1964*. São Paulo: UNESP, 2010, p. 268.

grupos que conhecemos, entretanto, reconheceram a necessidade de qualquer movimento de tal ordem ser de âmbito nacional.”¹³

Muitos oficiais da reserva e da ativa compareciam às reuniões do IPES. Os contatos se intensificam no final de 1963. A participação de militares nestas reuniões era divulgada o mínimo possível. Este acobertamento era essencial para o movimento que estava em curso. De acordo com Dreifuss: “O IPES também formou um grupo de ação, operando no Rio e em São Paulo sob o nome Grupo de Levantamento da Conjuntura e a Unidade de Planejamento, com seções em outras capitais, foi responsável pela preparação estratégica e ações táticas da elite orgânica”.¹⁴

Golbery era encarregado da coordenação geral das Operações Militares e de Informação do IPES. Desempenhava papel central na campanha militar para a deposição de Goulart. “De acordo com Glycon de Paiva, o general Golbery foi quem realizou a parte cerebral do golpe. Glycon de Paiva chegou a enfatizar que ‘sem seu trabalho, a Revolução de Março não teria sido possível’”.¹⁵

Otávio Marcondes Ferraz teve importância especial nas atividades de articulação dos civis com elementos militares. Sua residência era um centro de coordenação, sincronizava suas atividades com as do general Ulhoa Cintra, Cordeiro de Farias, Menezes Cortes, José Canavaro, marechal Denys, almirante Penna Boto, brigadeiro Grün Moss. Foi figura chave para a ligação com oficiais mais jovens: tenente-coronel Fernando Cerqueira Lima, tenente-coronel Rubens Resteel e o major Bozon. Outros civis que mantiveram este tipo de contato foram Júlio de Mesquita Filho, Hebert Levy, Armando Falcão, Prudente de Moraes Neto, Eldino Brancante, membro da American Chamber of Commerce de São Paulo.

Além dos ativistas civis, Golbery se cercou de um grupo de jovens oficiais: capitão Heitor Aquino Ferreira, tenentes-coronéis Gustavo Moraes Rego, Rubens Reestel, João Baptista Figueiredo, majores Leônidas Pires Gonçalves, Danilo Venturini e Octávio Medeiros, e oficiais mais veteranos, como o coronel Ivã Perdigão, tenente-coronel Octávio Alves Velho e o general Agostinho Cortes. Segundo Dreifuss: “O complexo IPES/IBAD também exerceu pressão sobre o corpo de oficiais estimulando

¹³ Telegrama enviado pelo Embaixador Lincoln Gordon ao Secretário do Departamento de Estado. Controle 18.462, n. 2.275, 22/05/1963, Arquivos JFK, NSF. DREIFUSS, René A. *Op. cit.*, p. 422.

¹⁴ *Ibidem*, p. 383.

¹⁵ *Ibid.*

(...) um harmonioso relacionamento ideológico e político entre os militares e os empresários e, através da mídia, preparando o clima para a intervenção militar”.¹⁶

Estas considerações acerca do relacionamento entre empresários e militares feitas por Dreifuss estão longe de esgotar a questão. Partindo de suas impressões e dos inúmeros nomes referenciados ao longo de seu trabalho podemos desenvolver uma importante rede de relações envolvendo elementos civis e militares, brasileiros e norte-americanos.

Paulo Ayres Filho, IPES e atuação dos empresários.

Paulo Ayres Filho, um dos eixos de análise de nossa pesquisa, possuía importante relacionamento com os militares. Em suas memórias, ressalta seu apoio ao movimento conspiratório como algo libertador e essencial para o desenrolar dos fatos. Em documento encontrado em seu acervo,¹⁷ podemos observar o quanto esta relação entre o alto comando militar do golpe e os civis nele envolvidos era evidente, reverberando pelos anos seguintes.

Paulo Ayres Filho foi um dos fundadores do IPES. Em depoimento¹⁸ relata sua participação na fundação da entidade e alguns elos importantes de relacionamento como os que ele mesmo chama de “amigões”: Gilbert Huber Jr., João Baptista Leopoldo Figueiredo, ambos igualmente fundadores e membros atuantes do IPES.

Em seu arquivo encontramos um texto intitulado “A Revolução Brasileira”,¹⁹ onde discorre sobre a formação do IPES, indicando as primeiras reuniões de encontro entre os principais empresários fundadores.

¹⁶ *Ibid.*, p. 389.

¹⁷ O acervo de Paulo Ayres Filho encontra-se no CPDOC/FGV e em processo de tratamento por uma equipe por mim coordenada. É constituído de ampla documentação acerca da relação empresarial-militar no período, bem como de uma quantidade expressiva de documentos do IPES de São Paulo. Este fundo é o ponto de partida para a construção desta rede de relacionamentos que incluía empresários e outros elementos civis e militares de diferentes origens.

¹⁸ Referimo-nos ao depoimento de Paulo Ayres Filho ao projeto História Oral do Exército em: MOTTA, Aricildes de Moraes. (coord.). *1964 - 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003, v. 7.

¹⁹ René A. Dreifuss trabalha com este texto de Paulo Ayres Filho, indicando que o mesmo foi publicado em 1965 em BAILEY, N. *Latin America: politics, economy and hemispheric security*. New York, Praeger, 1965 em inglês. A palestra foi originalmente proferida no Center for Strategic Studies da Georgetown University em Washington D.C. durante o colóquio “The Strategic Importance of Latin America in World

Dessas primeiras reuniões que tiveram, surgiu a ideia de se fundamentar a reação democrática na total coordenação dos esforços já em desenvolvimento em São Paulo e no Rio de Janeiro, como base para um trabalho que, pouco a pouco, se estendesse no país todo. Surgiu, então, o primeiro grupo organizado para a luta pela Liberdade. Esse grupo reunia empresários e profissionais liberais plenamente conscientes de suas crescentes responsabilidades sociais num país como o Brasil e decidiu fundar o IPES, Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais. Esta nova entidade procurou conquistar o apoio financeiro dos setores empresariais para promover a organização dos demais setores da atividade para a luta comum contra a infiltração comunista e pela solução democrática dos problemas do país.²⁰

Dreifuss o define: “Contudo, Paulo Ayres Filho, dedicado anticomunista, já havia, parece, feito algum trabalho de base nesta esfera.”²¹ Podemos complementar a informação do autor afirmando, a partir da documentação levantada, que ele efetivamente vinha fazendo trabalhos neste sentido e continuou fazendo-os para divulgar os preceitos do novo regime implementado após o golpe de 1964.

Este empresário da indústria farmacêutica teve grande atuação internacional. Podemos afirmar sua proeminência com base em informações encontrada em seus papéis. A existência de uma vasta correspondência com diferentes intelectuais orgânicos norte-americanos – desde empresários até membros do alto escalão dos governos John F. Kennedy (1961-1963) e Lyndon B. Johnson (1963-1969) – são evidências da entrada internacional que ele tinha. Alguns nomes, como Ralph Dungan (Assessor do presidente Kennedy), Niles Bond, Lincoln Gordon, Enno Hobbing, David Rockefeller, entre outros, fazem parte deste universo. O conteúdo das cartas traz um tom bastante informal, chegando em alguns casos a ser íntimo.

Relatos sobre encontros informais na casa de alguns destes elementos nos fornecem importantes informações sobre a rede que vinha se formando. Além deste tipo de correspondência, temos uma vasta quantidade de convites e participações de Paulo Ayres Filho em congressos e conferências internacionais. As comunicações realizadas também estão em seu arquivo. Nelas observamos um conteúdo nitidamente liberal e preocupado com os rumos da política internacional e seus reflexos no Brasil. Uma parte grande de documentação IPES de São Paulo está nele localizado. Nesta documentação muita correspondência internacional, planos de ação e relatos de viagens de membros

Politics”, realizado em julho de 1964. Em seu acervo temos uma versão em português. Arquivo Paulo Ayres Filho. CPDOC/FGV.

²⁰ Arquivo Paulo Ayres Filho. BR CPDOC PAF pi AYRES FILHO, p. 1964.07.00.

²¹ DREIFUSS, René A. *Op. cit.*, p. 174.

do IPES aos Estados Unidos foi levantada. Em livro biográfico e de depoimentos chamado *Vai fazer, faça direito!*,²² Ayres Filho relata o encontro de empresários com Kennedy em 1963 e diz ter sido o escolhido para apresentar ao presidente norte-americano a posição dos empresários brasileiros. Podemos concluir, a partir de seu arquivo pessoal, que Paulo Ayres Filho era um efetivo intelectual orgânico representante do grupo do capital multinacional e associado.

Em 9 de dezembro de 1970, Paulo Ayres Filho recebeu um convite do general Ernani Ayrosa da Silva, então chefe do Estado-Maior do II Exército, para uma reunião no quartel-general, para abordarem “assuntos de comum interesse”. Na carta datilografada, há uma observação escrita à mão por Paulo Ayres Filho, indicando que recebera na ocasião uma placa com a bandeira do II Exército em metal com a inscrição “Ao Doutor Paulo Ayres Filho, uma homenagem do II Exército”. Anexada à carta, encontramos uma lista de convidados, todos empresários. Dentre eles, Jorge Fragozo (presidente da Alcan – Alumínio Brasil), Fúlvio Pellegi, Horácio Cherkassky (presidente da Cia. Fabricadora de Papel), Adolpho da Silva Gordo (presidente do Banco Português do Brasil S.A.), Oswaldo Ballarin (presidente da Cia. Nestlé), Walter Bellian (presidente da Cia. Antarctica Paulista), Ítalo Francisco Taricco (gerente-geral do S.A. Moinho Santista), José Clibas de Oliveira (presidente da Indústria de Chocolates Falchi), Sebastião Camargo (presidente da Construtora Com. Camargo Correa S.A), Pery Igel (presidente do grupo Ultra) e Henning Albert Boilesen (presidente da Cia. Ultragás).

Os dois últimos nomes se tornaram, nos últimos três anos desde o lançamento do documentário *Cidadão Boilesen*, famosos personagens do desenrolar do relacionamento entre militares e empresários após o golpe de 1964. O filme demonstra claramente a rede formada no Brasil na segunda metade da década de 1960 em torno, basicamente, de empresários e militares diante da crise política então instalada no país. Com depoimentos de diferentes personagens e testemunhas, traz confirmações da participação política dos empresários no processo. Depoimentos de diretores do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna

²² AYRES FILHO, Paulo. *Vai fazer, faça direito!* São Paulo: L'Editora, 2007. Trata-se de um livro publicado em sua homenagem, organizado pela sua família. É composto de depoimentos de familiares e pessoas próximas a Paulo Ayres Filho, relatos de momentos de sua atuação como empresário e reprodução de alguns documentos de seu arquivo.

(DOI-CODI), como o delegado Paulo Bonchristiano, Robert Corrigan, cônsul dos Estados Unidos em São Paulo, Peter de Vos, oficial do consulado dos Estados Unidos em São Paulo, Arthur Moura, adido militar dos Estados Unidos no Brasil em 1968, e de políticos como o ex-governador de São Paulo, Paulo Egídio Martins, todos confirmando a participação militante do empresário dinamarquês Henning Boilesen, em diferentes momentos políticos do país, antes e depois da queda de Goulart, reforçam a importância de estudos nesta direção. Para chegar ao financiamento da Operação Bandeirantes (OBAN), ponto principal do documentário, os diretores reconstruem a trajetória de Boilesen até sua morte em abril de 1971, quando foi justificado por membros do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e da Aliança Libertadora Nacional (ALN). Sua atuação política ao longo da crise dos anos 60 proporcionou a construção desta rede de relações político-empresarial.

Apesar de estar evidente, através principalmente das informações presentes neste documentário, que a participação dos empresários não se esgotou no momento do golpe, Paulo Ayres Filho, em carta de agradecimento à homenagem, apresenta uma postura bastante curiosa.

São Paulo, 18 de dezembro de 1970.

Exmo. Sr.

General de Brigada Ernani Ayrosa da Silva

Chefe do Estado-Maior do II Exército

Ibirapuera

São Paulo

Senhor General,

A bela lembrança de homenagem que recebi de V.S. em nome desse glorioso Exército, emocionou-me e alegrou-me profundamente. Empenhado, desde 1950, no combate às ideias subversivas que ainda hoje ameaçam a paz e o progresso do nosso país e de todo o mundo ocidental, tive a oportunidade e a honra de, entre muitas outras iniciativas do passado, ser um dos fundadores do IPES, Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, que tão relevantes serviços prestou à nação no período de 1961 a 1964. *Recebi, pois, aquela demonstração de apreço de V.S. e dos seus companheiros, mais como um prêmio pela minha lealdade perene aos ideais cristãos e pela minha inabalável fé na Liberdade, do que por qualquer contribuição pessoal que tenha prestado às causas e operações no presente.*

Creia-me sinceramente grato pela carinhosa homenagem recebida em companhia de outros empresários paulistas.

Desejando a V.S., companheiros de II Exército e famílias, um Natal e um Ano Novo pleno de felicidade e sucesso,

A relação empresarial-militar entre Brasil e
Estados Unidos no golpe de 1964 – 63

Muito cordialmente,

Paulo Ayres F^{o23}

É interessante observar a ênfase dada por Ayres Filho na sua isenção de participação ou contribuição para as “causas e operações no presente”. A passagem é indicativa de que a conexão entre os empresários – inclusive, teoricamente, pelo menos, os estrangeiros – e os dirigentes golpistas permaneceu ativa após a tomada do poder.

Referências Bibliográficas

Arquivo Paulo Ayres Filho (depositado no Centro de Pesquisa e Documentação em História do Brasil da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC/FGV)

AYRES FILHO, Paulo. *Vai fazer, faça direito!* São Paulo: L'Editora, 2007.

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil – 1961-1964*. 8 ed. São Paulo: UNESP, 2010.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

MOTTA, Aricildes de Moraes. (coord.). *1964 - 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército Editora, 2003, v. 7.

MURICY, Antônio Carlos da Silva. Antônio Carlos Murici I (depoimento, 1981). Rio de Janeiro, CPDOC, 1993.

WALTERS, Vernon. *Missões Silenciosas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.

²³ ARQUIVO PAULO AYRES FILHO. Grifo meu.

Regimes Militares e a Segurança Nacional no Cone Sul

Sérgio Luiz Cruz Aguilar*

Resumo:

A implantação dos regimes militares no Cone Sul, a partir de meados da década de 1960, aconteceu no âmbito da Guerra Fria. Em consequência, tanto a ocorrência dos golpes militares como os planejamentos e ações para a defesa nacional dos Estados da sub-região se deram seguindo a lógica daquele período e a concepção de defesa hemisférica pregada pelos Estados Unidos, com prioridade no combate a chamada subversão interna. Dessa forma, a necessidade de combater o “inimigo interno” levou os países a participarem de mecanismos hemisféricos ou criarem arranjos próprios de coordenação. O artigo parte das hipóteses de conflito utilizadas nos planejamentos dos governos militares para analisar as ações empregadas contra os movimentos de esquerda, incluindo a coordenação entre os governos do Cone Sul. O entendimento das concepções de defesa contra o “comunismo” soviético permite compreender que os grupos que se colocavam contra os regimes eram entendidos como um perigo ao Estado e, nesse “estado de guerra”, os meios justificavam os fins.

Palavras-chave: Cone Sul; Regimes Militares; Defesa Nacional.

Abstract:

The implantation of military regimes in South America, from the mid-1960s, happened in the context of the Cold War. As a result, both the occurrence of military coups and the plans and actions for the national defense of the Southern Cone States occurred following the logic of that period and the concept of hemispheric defense preached by the United States, with priority in combating the so-called internal subversion. Thus, the need to combat the “internal enemy” has led these countries to participate in hemispheric mechanisms or create his own arrangements for coordination. The article starts from the conflict hypothesis used by the military governments in their military planning to analyze the actions carried out against leftist movements, including coordination between the governments of the Southern Cone. The understanding of the defense concepts against Soviet communism allows us to understand that the groups placed against the military governments were seen as a danger to the State and, in that “state of war”, the means justified the ends.

Keywords: Southern Cone; Military Regimes; National Defense

* Doutor em História. Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP) – Campus de Marília/SP. Autor de *Segurança e Defesa no Cone Sul*. São Paulo: Porto de Ideias, 2010 e *A Guerra da Iugoslávia*. São Paulo: Usina do Livro, 2003. tcaguilar@hotmail.com.

Introdução

A partir da década de 1960 ocorreu a implantação dos regimes militares em todos os países do Cone Sul, que se prolongariam até o final da década de 1980. O estabelecimento desses regimes se deu no âmbito da Guerra Fria, período em que a prioridade de segurança dos Estados Unidos (EUA) era o de conter a expansão comunista em todo o mundo, especialmente no continente americano.

A Doutrina Truman, anunciada ao Congresso norte-americano em 1947, baseada na Lei de Segurança Nacional (*National Security Act*), daquele mesmo ano, deu origem à chamada Doutrina de Segurança Nacional (DSN) que foi propagada pelos EUA e assimilada pela maior parte dos países latino-americanos.¹ Na realidade, a Lei de Segurança Nacional foi criada como medida para reorganizar o setor militar e impor restrições aos seus gastos, mas se transformou na lei básica para a comunidade de inteligência e para a política externa norte-americana, além de fornecer a base para a estrutura militar da Guerra Fria.² A partir de então, a contenção comunista se deu por meio do binômio armamento – repressão aos movimentos de esquerda. Enquanto o armamento era exclusividade dos EUA com o desenvolvimento de armas de destruição em massa e seus lançadores, a repressão foi compartilhada com os governos do continente.

O presente artigo tem por objetivo apresentar as concepções de segurança e o combate aos movimentos de esquerda no Cone Sul durante os regimes militares, no contexto da Guerra Fria. O texto foi baseado em documentos da Biblioteca do Congresso Nacional (BCN) de Buenos Aires - Argentina, Arquivo Nacional (AN) de Brasília, Serviço de Documentação da Marinha (SDM) e Arquivo Histórico do Exército (AHE), ambos no Rio de Janeiro, do Arquivo Histórico Diplomático (AHD) de Montevideu - Uruguai, e do Centro de Documentação e Arquivo para a Defesa dos Direitos Humanos (CDyA) de Assunção - Paraguai, dentre outros, além de bibliografia diversa sobre o assunto.

¹ COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: O Poder Militar na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

² STEVENSON, Charles A. "Underlying Assumptions of the National Security Act of 1947". In: JFQ, n. 48, 1st quarter 2008, p. 129. Disponível em http://www.pnsr.org/data/images/underlying_assumptions_of_act_of_1947.pdf. Acesso em: 21 de março de 2012.

Guerra Fria e as Concepções de Segurança e Defesa no Cone Sul

O sistema interamericano de segurança começou a ser formado com a Conferência Interamericana sobre Problemas de Guerra e Paz, realizada na cidade do México, em 1945, quando foi aprovada a Ata de Chapultepec.³ Baseado nesse documento foi celebrado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em setembro de 1947, e criada a Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948. A partir de então o sistema de segurança continental foi organizado com base em um inimigo externo comum.

Os Estados Unidos estabeleceram acordos de assistência militar e, em alguns países latino-americanos, planos de defesa mútua⁴ e a Junta Interamericana de Defesa (JID) levantou três hipóteses para a defesa do continente: a primeira em relação à chamada “guerra revolucionária”; a segunda sobre uma “guerra limitada ou intervenção militar consentida, fomentada pelo Grupamento Oriental”; e a terceira sobre “ataque armado do Grupamento Oriental ao Continente, no âmbito de uma guerra geral”.⁵

Para as duas últimas hipóteses de conflito, a defesa coletiva baseada no TIAR se daria com uma força liderada pelos norte-americanos e composta pelas forças armadas dos demais países do continente. Para fazer frente à primeira hipótese, as forças armadas dos países latino-americanos se estruturaram e realizaram planejamentos militares para lutar contra a subversão, priorizando a chamada defesa interna com operações contraguerrilha em ambientes rural e urbano.

Além dessas hipóteses, seguindo a normalidade de planejamento de defesa de qualquer Estado, cada país do continente estruturou suas forças armadas e realizou planejamentos para a defesa externa contra os possíveis inimigos no entorno de suas

³ THE AVALON PROJECT AT YALE LAW SCHOOL. *Inter-American Reciprocal Assistance and Solidarity* (Act of Chapultepec). March 6, 1945. Disponível em <http://www.yale.edu/lawweb/avalon/intdip/interam/chapul.htm>. Acesso em: 5 de fevereiro de 2008. A Conferência teve como precedentes as conferências internacionais americanas (realizadas a partir de 1889), as reuniões de Ministros das Relações Exteriores e as reuniões especiais entre os Estados do continente, que resultaram na criação da Junta Interamericana de Defesa (JID), em 1942. Mas, a Conferência do México foi a primeira realizada ao final da Segunda Guerra Mundial e a partir dela é que se conformaram os pilares do Sistema Interamericano.

⁴ GUYER, Julián González. *La Política Exterior Del Uruguay en el Ámbito de la Defensa*. Tesis de Maestría. Universidad de la República. Montevideo, 2002; PERRY, William. “As Forças Armadas brasileiras: política militar e possibilidades convencionais de uma potência em ascensão”. In: *A Defesa Nacional*, a. 66, n. 682. Rio de Janeiro, Bibliex, mar./abr. 1979.

⁵ BRASIL. AN. CSN. Memória (Secreta). Brasília, 24 de abril de 1981, Anexo B. p. 9.

fronteiras. Nesse caso, as hipóteses tiveram estreita relação com pendências históricas, indefinição de fronteiras que se arrastavam desde o final da colonização espanhola, ou de rivalidades surgidas em decorrência de conflitos pós-independência desses países. No Cone Sul, os exemplos mais marcantes foram as questões da fronteira entre a Argentina e o Chile e do território perdido pela Bolívia para o Chile em consequência do resultado da Guerra do Pacífico no século XIX.

No caso da defesa interna, os regimes militares dos países do Cone Sul incorporaram em suas legislações nacionais dispositivos legais que permitiam o uso das forças armadas na luta contra a subversão com medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna contra ameaças que se manifestassem ou produzissem efeito dentro do Estado. Dessa forma, entendiam como guerra revolucionária “o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior” que visava à conquista do poder.⁶

Na década de 1960, com a propensão dos soviéticos a evitar cada vez mais o conflito aberto com os EUA e optar pela expansão ideológica, houve o patrocínio das ações contra os governos pró-ocidentais das mais diversas formas (agitação de massas, infiltração em órgãos governamentais, guerrilha rural e urbana, atos terroristas etc.). Em consequência, todos os países do Cone Sul colocaram a segurança nacional no topo das suas agendas de prioridades.

Comblin destacou que DSN apresentava os conceitos básicos da geopolítica, bipolaridade e da guerra total.⁷ A geopolítica forneceu à Doutrina duas contribuições calcadas nos conceitos de Nação e de bipolaridade. Segundo o autor:

A Nação age pelo Estado: como vontade, poder e poderio, ela se exprime pelo Estado. É impossível encontrar ou fazer uma distinção real entre a Nação e o Estado: a Nação acrescenta ao Estado os materiais, uma população, um território, recursos, apenas o passivo. O que faz formalmente a Nação não difere do que constitui formalmente o Estado. É esse o conceito de Nação com o qual joga a Doutrina de Segurança Nacional.⁸

O conceito de bipolaridade apresentava o mundo dividido em dois blocos nos quais as nações deveriam se posicionar. A opção pelo bloco ocidental significava, por si

⁶ BRASIL. AHE. Decreto-Lei n. 314 de 13 mar. 1967. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Boletim do Exército, n. 14. 7 de abril de 1967, p. 7.

⁷ COMBLIN, Joseph. *Op. cit.*

⁸ *Ibidem*, p. 28.

só, se opor ao comunismo. Já o fundamento da guerra total foi decorrente da “guerra fria” que era praticada pelos soviéticos, segundo a doutrina Truman. Como esse tipo de guerra não ocorre apenas no âmbito militar, mas também nos campos cultural, econômico e social, em qualquer lugar que houvesse ideias, movimentos, ações etc. contra os interesses norte-americanos, essas eram apresentadas como sendo fruto da atuação soviética e, em consequência, legitimavam a interferência dos EUA em defesa do “mundo livre”.

Assim, segundo Mix as ditaduras militares no Cone Sul se enquadraram em um projeto articulado em nível continental.⁹ Não houve a personificação individual (ditador), mas de um grupo militar (na maioria dos países e na maior parte do tempo, o Exército) que permaneceu no poder norteadado pela DSN. Pode-se afirmar que a Doutrina tinha o objetivo principal de obstruir qualquer forma de questionamento à ordem capitalista e destruir qualquer grupo contrário a ela. Ao priorizar a defesa interna, as forças armadas foram deslocadas de suas funções de defesa externa para a de controle interno das sociedades. Segundo Mix,

[...] la concepción fundamental de esta doctrina es que entiende la política como continuación de la guerra. Lo que tiene varias consecuencias: entrega el poder al ejército, transforma éste en un ejército de ocupación dentro de su propio país y militariza la sociedad civil; ideológicamente la militariza pues la hace funcionar por la represión.¹⁰

Assim, a segurança da nação significava segurança dos governos e vice-versa. Qualquer posicionamento contra os regimes militares era visto como sendo contra a própria segurança do Estado, justificando as políticas repressivas e a supressão de direitos e liberdades.

Nesse contexto, os planejamentos militares dos países do Cone Sul apresentaram as hipóteses de: a) um conflito regional contra algum vizinho específico ou uma coligação de países sul-americanos; b) a guerra revolucionária, de cunho interno, contra movimentos de esquerda e; c) uma guerra extracontinental, participando como força

⁹ MIX, Miguel Rojas. “La dictadura militar en Chile e América Latina”. In WASSERMANN, Claudia e GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (Org.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004, p. 12.

¹⁰ *Ibidem*, p. 14.

aliada aos Estados Unidos e demais potências ocidentais contra as forças do bloco comunista lideradas pela União Soviética.

A primeira hipótese, relativa ao conflito externo com um vizinho ou uma coligação de vizinhos, dentro das percepções de ameaças e das necessidades de defesa de cada país, determinou que as forças armadas procurassem manter efetivos preparados para fazer frente ao opositor. Os planejamentos, treinamentos e a estrutura das forças armadas levava em consideração a necessidade de ter poder suficiente para fazer frente a esse potencial inimigo empregando ação armada ou, ao menos, demonstrando poder militar suficiente para dissuadi-lo de qualquer propósito agressivo.

A segunda hipótese, da guerra revolucionária, ganhou corpo na década de 1960 em razão da vitória da Castro em Cuba e, posteriormente, da assunção do poder pelos sandinistas na Nicarágua. O combate à subversão foi colocado como prioridade e, para isso, as forças armadas deveriam ser treinadas para atuar contra guerrilheiros rurais e urbanos, cujas ações necessitavam de grande quantidade de homens e de pouco material pesado ou sofisticado. Para Stepan, ocorreu uma alteração da missão tradicional das forças armadas, do “velho” para o “novo profissionalismo” voltado para a defesa interna.¹¹

A terceira hipótese, relativa a um conflito contra forças soviéticas, estava inserida na lógica da confrontação global entre as duas superpotências, segundo a qual a segurança da periferia estaria garantida por uma delas. As forças militares latino-americanos deveriam estar preparadas para lutar com as forças norte-americanas em uma guerra convencional. Para isso, os países receberiam, a baixo custo, material bélico convencional dos EUA, oferecidos desde o final da 2ª Guerra Mundial por conta de acordos e de programas de assistência militar. Dessa forma, como observou Aravena, os norte-americanos, simultaneamente, organizaram o sistema de segurança e forneceram armas e ajuda militar no continente.¹²

O preparo das forças americanas para compor uma força regional liderada pelos EUA contra as tropas do Pacto de Varsóvia implicava também em treinamento comum. Para isso, foram criados programas pelo Departamento de Defesa que permitiram que

¹¹ STEPAN, Alfred (Ed.). *Authoritarian Brazil*. New Haven: Yale University Press, 1973.

¹² ARAVENA, Francisco Rojas. “Factores de cambio en el sistema hemisférico de seguridad”. In: *Fuerzas Armadas y Sociedad*, Santiago, a. 17, n. 3, jul.-set. 2002, p. 15.

militares latino-americanos realizassem cursos, estágios e intercâmbios nas escolas militares norte-americanas e possibilitaram a realização de diversos exercícios conjuntos com forças armadas sul-americanas. Como essas forças teriam papel fundamental na defesa do Atlântico e do Pacífico Sul, o primeiro exercício conjunto concebido e patrocinado pelos norte-americanos foi a operação naval chamada UNITAS, iniciada em 1959 e realizada até hoje.¹³ Depois dela, vários outros exercícios conjuntos foram realizados, com diversas concepções e diferentes nomes.

Assim, no contexto da Guerra Fria, a segurança nacional nos países do Cone Sul se resumiu às hipóteses de conflito com os vizinhos, ao combate aos movimentos de esquerda e à participação como coadjuvante em uma guerra entre os dois grandes blocos. Todos os países seguiram a lógica de segurança dos Estados Unidos, adestrando suas forças armadas dentro da concepção de defesa hemisférica da potência, recebendo o armamento que os norte-americanos entendiam como sendo necessário e priorizando a segurança interna.

A Guerra Revolucionária no Cone Sul

O avanço do chamado Movimento Comunista Internacional (MCI), as mudanças ocorridas na China, no Sudeste Asiático, e, especialmente, em Cuba, fizeram com que os Estados Unidos procurassem manter o controle do continente americano, apoiando os governos de exceção, patrocinando exercícios militares conjuntos, criando foros militares para o intercâmbio de informações e de experiências e agregando as forças armadas dos países latino-americanos em torno da estratégia da contenção da expansão ideológica soviética.

Nesse âmbito, baseadas nas resoluções IV e VII da Ata de Chapultepec, foram criadas a Conferência dos Exércitos Americanos (CEA),¹⁴ a Conferência Naval Interamericana (CNI)¹⁵ e o Sistema de Cooperação das Forças Aéreas Americanas

¹³ AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. *Segurança e Defesa no Cone Sul: da rivalidade da Guerra Fria à cooperação atual*. São Paulo: Porto de Ideias, 2010, p. 151.

¹⁴ A CEA foi fundada em 1960 com a finalidade de constituir-se num foro de debates para a troca de experiências entre os exércitos do continente.

¹⁵ Criada em 1959 com o objetivo de proporcionar intercâmbio de ideias, conhecimentos e compreensão mútua dos problemas marítimos que afetavam o continente.

(SICOFAA).¹⁶ Esses foros estavam ligados ao programa conduzido pelo Departamento de Defesa denominado *Foreign Military Interaction*, que tinha como principal objetivo manter o contato militar direto com autoridades dos países latino-americanos.¹⁷

No âmbito dessas instituições, foi fomentada a discussão sobre as atividades do MCI, buscando-se formas de enfrentá-lo. Utilizando a CEA como exemplo, é possível verificar que, desde a sua criação até o final da década de 1980, os principais assuntos tratados diziam respeito: ao comunismo internacional, sua ameaça e objetivos em relação ao hemisfério ocidental; os programas de segurança interna; a subversão e a espionagem comunistas; a doutrina militar para atividades de contrainsurreição; o papel dos militares latino-americanos na segurança interna; a cooperação entre os exércitos americanos para fazer face à subversão; o comportamento estratégico comum dos exércitos americanos para garantir a segurança nacional contra a subversão.¹⁸

Os EUA forneceram bolsas de estudos, financiaram projetos na área acadêmica, criaram políticas de auxílio às forças armadas e de intercâmbio para militares. Um dos exemplos foram os cursos destinados a militares dos países latino-americanos na antiga Escola das Américas, localizada no Forte Gullick na Zona do Canal do Panamá, que tinham o foco nas operações contrainsurgência.¹⁹

A tentativa de aglutinação dos movimentos de esquerda da América Latina era vista como a maior ameaça ao continente e resultou em arranjos de coordenação e repressão criados pelos regimes militares do Cone Sul.

A “teoria do foco”, lançada por Ernesto “Che” Guevara em seu livro *A Guerra de Guerrilha*, em 1961, pregou que as condições objetivas para uma revolução poderiam ser criadas a partir do estabelecimento de focos guerrilheiros. Em consequência, surgiu o conceito estratégico do antifoco, a aplicação da contrainsurgência, da formação nacional e da “ação cívica dos militares em projetos

¹⁶ O Sistema tinha a finalidade de “promover e fortalecer os laços de amizade, cooperação e apoio mútuo entre seus membros” por meio do intercâmbio de experiências, meios, treinamento e instrução de pessoal e tudo que facilitasse a elaboração de procedimentos para atuar de forma integrada. SICOFAA. “Carta Constitutiva”. Disponível em http://www.sicofaa.org/files/archivos/documentos_normativos/Carta%20Constitutiva%202007.pdf. Acesso em: 25 de dezembro de 2007.

¹⁷ CENTRE FOR INTERNATIONAL POLICY. Latin America Working Group. Foreign Military Interaction (FMI). Disponível em <http://www.ciponline.org/facts/fmi.htm>. Acesso em: 25 julho de 2008.

¹⁸ LUNA, Joaquim Silva e. *Uma Concepção do Exército Brasileiro para a CEA do Século XXI*. Monografia. Rio de Janeiro: ECEME, 1998.

¹⁹ EUA. General Accounting Office. GAO/NSIAD-96-178. School of the Americas: US military training for Latin American countries. Washington, 22 ago. 1996.

capazes de melhorar a situação econômica e social” eliminando as causas das revoluções e auxiliando o apoio popular contra os movimentos guerrilheiros.²⁰

A Segunda Declaração de Havana, apresentada por Fidel Castro em fevereiro de 1962, conclamou as massas à revolução por meio da guerrilha. Apoiada no slogan “o dever de todo revolucionário é fazer a revolução”, Cuba passou a ministrar cursos de guerrilha para membros de movimentos de esquerda dos países latino-americanos.²¹

Em 1966, foi realizada a Tricontinental em Cuba, sendo criada a Organização Continental Latino Americana de Estudantes (OCLAE) para cooptar estudantes e orientar e apoiar as entidades estudantis nacionais nas atividades contra os regimes. Em meados de 1967, Cuba patrocinou a Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) “com o objetivo de articular a ação revolucionária no continente latino americano”. Durante a conferência, Fidel Castro enfatizou que a Revolução Cubana seria o catalisador e a OLAS deveria “estabelecer as linhas fundamentais para o desenvolvimento da revolução continental”.²²

A Tricontinental estabeleceu a Junta de Coordenação Revolucionária (JCR) para “hacer más difícil la tarea represiva del imperialismo yanqui y facilitar la própria causa” a partir do primeiro número do seu autodenominado órgão oficial de informação, a *Revista Che Guevara*. Faziam parte da Junta o Ejército de Libertación Nacional (ELN) da Bolívia, o Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR) do Chile, o Movimiento Libertación Nacional-Tupamaros (MLN) do Uruguai e o Ejército Revolucionário Popular (ERP) da Argentina.²³

Para fazer frente aos movimentos de esquerda e, sobretudo, às tentativas de coordenação entre eles, os governos dos países do Cone Sul estabeleceram mecanismos de cooperação e coordenação, principalmente no campo da inteligência, para a proteção do que McSherry denominou “estado de segurança nacional”.²⁴ Essa relação de

²⁰ CHILD, John. “América Latina: conceitos de estratégia militar”. In: *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, a. 65, n. 677, mai./jun. 1978, p. 39 a 42.

²¹ ROLLEMBERG, Denise. “O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro”. Rio de Janeiro: UFF, s/d. Disponível em http://www.historia.uff.br/artigos/rollemborg_apoio.pdf. Acesso em: 21 de junho de 2008, p. 9 e 10.

²² JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighela*. São Paulo: Casa Amarela, 1997, p. 219-220.

²³ PARAGUAI, CDyA. Documento 00143F0252, Assunção, s/d. <http://dspace.wrlc.org/doc/bitstream/2041/55414/143F0252display.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2007.

²⁴ McSHERRY, J. Patrice. *Operation Condor and Covert War in Latin America*. New York: Roman & Littlefield Publishers, 2005.

colaboração entre os governos e, em alguns casos, de coordenação de ações policiais e militares voltadas para a desarticulação de grupos de oposição, se deu entre as décadas de 1960 e 1980 por meio dos serviços de inteligência, da diplomacia e de instituições militares. Um dos exemplos foi a criação, na década de 1970, pelos exércitos do Cone Sul, das reuniões de inteligência. O regime militar brasileiro estabeleceu esse tipo de reunião com os demais países da sub-região como forma de intercâmbio de informações. O Paraguai manteve foro semelhante com os exércitos da Bolívia²⁵ e da Argentina.²⁶

A colaboração entre os governos por meio da troca de informações foi se desenvolvendo na medida em que ocorria a tomada do poder pelos militares nos países da sub-região. Na mesma proporção, aumentava a perseguição a estrangeiros exilados que haviam conseguido abrigo seguro nas leis de asilo dos países do Cone Sul antes dos golpes militares. Por exemplo, vários dirigentes do MIR boliviano que estavam refugiados no Chile desapareceram após o golpe de 1973 e exilados na Argentina passaram a ser perseguidos após o golpe de 1976.

Durante o carnaval de fevereiro de 1974, foi realizada uma conferência de chefes de polícias do Cone Sul em Buenos Aires, chamada de Primeiro Seminário Policial para a Luta Anti-Subversiva no Cone Sul.²⁷ O Brasil foi o único país a não enviar representante para essa reunião, que teria dado os primeiros passos para o estabelecimento do que se chamou de Operação Condor,²⁸ um sistema secreto de inteligência e operações pelo qual os estados militares agiram contra seus oponentes políticos.²⁹ As discussões sobre a necessidade de uma coordenação entre os governos foram realizadas também no âmbito da Conferência dos Exércitos Americanos como, por exemplo, na sua 11ª edição, realizada em Montevidéu em outubro de 1975.³⁰

²⁵ PARAGUAI. CDyA. Documento 00143F0201. Informe n. 65. Assunção, 22 out. 1975d. Disponível em <http://dspace.wrlc.org/doc/bitstream/2041/55566/143F0201-0202display.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2007.

²⁶ PARAGUAI. CDyA. Documento 00143F0332. Nota B/836 de 5 set. 1977. Disponível em <http://dspace.wrlc.org/doc/bitstream/2041/55414/143F0332display.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2007.

²⁷ McSHERRY, J. Patrice. *Op. cit.*, p. 78.

²⁸ FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 22 ago. 2002. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u44538.shtml>. Acesso em: 13 de janeiro de 2008.

²⁹ McSHERRY, J. Patrice. *Op. cit.*, p. 78.

³⁰ URUGUAI. PR. “Investigación Histórica sobre Detenidos Desaparecidos”. Montevideo: Dirección Nacional de Impresiones y Publicaciones Oficiales, 2007.

Na sequência, no final de novembro de 1975, realizou-se em Santiago a 1ª Reunião de Trabalho de Inteligência Nacional, de caráter secreto, para coordenação e melhor acionamento dos serviços de inteligência. Os assuntos tratados foram o estabelecimento: de um arquivo centralizado de antecedentes de pessoas, organizações e outras atividades ligadas direta ou indiretamente com a subversão; um banco de dados e um sistema de comunicações operados pelos serviços de inteligência; e a realização de reuniões de trabalho regulares e extraordinárias.³¹ Os acertos sobre a implantação do banco de dados e da rede internacional de comunicações foram feitos em meados de 1976,³² e sua coordenação ficou a cargo da Direção Nacional de Informações (DINA) chilena, passando, em dezembro daquele ano, para a Secretaria de Inteligência de Estado (SIDE) argentina.³³

A documentação disponibilizada sobre a Operação Condor pelo Centro de Documentação e Arquivo para a Defesa dos Direitos Humanos (CDyA) do Paraguai apresenta uma extensa ligação entre diversos órgãos dos países do Cone Sul ligados ao combate dos movimentos de esquerda. Os documentos foram produzidos dos serviços de inteligência, polícias, órgãos das forças armadas e aditâncias militares que funcionavam junto às embaixadas e neles constavam desde a solicitação de informações diversas sobre pessoas, como dados, localização, acompanhamento, e detenção, até a troca de pessoas detidas entre os países. Há desde a simples troca de informações até a indicação da realização de operações que só poderiam ser executadas de maneira conjunta. Os serviços de inteligência se ocupavam, ainda, de conexões entre os grupos de esquerda dos diversos países e suas atividades, o possível estabelecimento de um centro de coordenação desses grupos³⁴ e a presença de assessores estrangeiros junto a eles.³⁵

³¹ PARAGUAI. CDyA. Documento 00143F0011. Santiago, outubro de 1975a. Disponível em <http://dspace.wrlc.org/doc/bitstream/2041/55385/143F0011-0022display.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2007. _____. Documento 00143F0013. Primera Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional. Santiago, 29 out. 1975b. Disponível em <http://dspace.wrlc.org/doc/bitstream/2041/55385/143F0011-0022display.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2007.

³² EUA. National Security Archive. *CIA Weekly Summary*, 2 de julho de 1976. Disponível em <http://gwu.edu>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2008.

³³ URUGUAI. PR. “Investigación Histórica sobre Detenidos Desaparecidos”. *Op. cit.* p. 287.

³⁴ PARAGUAI. CDyA. Documento 00143F0201. Informe n. 65. *Op. cit.*; BRASIL. AN. SNI. Encaminhamento n. 848/16/AC/72. Brasília, 20 de julho de 1972.

³⁵ SDM. Relatório Anual da Marinha (Conf.). Rio de Janeiro, dezembro de 1983. Ver a documentação disponibilizada pelo CDyA, especialmente os documentos 00143F0259 - Informação 965/B/74 (Secreta), de 27 nov. 1974; 00143F0061, de abr. 1975; 00143F0185 - Pedido de Búsqueda n. 28/76, de 5 ago. 1975;

A documentação deixa claro, também, que a coordenação da repressão tinha a participação e o acompanhamento do governo norte-americano, uma vez que vários documentos da Operação Condor eram distribuídos para autoridades norte-americanas.³⁶ A coordenação de operações foi mais intensa entre os serviços de inteligência do Uruguai e da Argentina. Em Buenos Aires, inclusive, foi criado, em meados de 1976, um centro de detenção clandestino denominado Automotores Orletti, como Base de Operações Táticas, a partir do qual agentes dos dois países realizaram várias prisões de membros da esquerda uruguaia. Em decorrência dessas operações, o governo uruguaio organizou os chamados “translados” de integrantes do Partido pela Vitória do Povo (PVP) da Argentina para o Uruguai, entre aquele ano e maio de 1978.³⁷

O Brasil teria participado com restrições na Operação Condor, limitando sua atuação em algumas instâncias de coordenação regional, fornecendo e solicitando informações e ordens de captura de militantes brasileiros nos demais países e acompanhando membros de organizações desses países no Brasil.³⁸ Segundo a imprensa, essa colaboração teria permitido, inclusive, a instalação de bases do serviço de inteligência argentino em São Paulo, Rio de Janeiro e no interior do Rio Grande do Sul, com o objetivo de “detectar pessoas vinculadas à “subversão”, controlá-las e manterem-se informados sobre todos seus movimentos”.³⁹

00143F0201 - Informe n. 65, de 22 out. 1975; 00143F0234 - Nota B/323, de 7 mai. 1975; 00143F0246 - Ofício n. 876/CCP/IP/D5056, de 9 mai. 1975; 00143F0293 - Nota n. B/650, de 6 ago. 1976; 00143F0299 - Informe n. 069/80, de 1 dez. 1980; 00143F0301 - Informe n. 075/81, de 4 jul. 1981; 00143F0313 - Nota B/027, de 11 jan. 1982; 00143F0370, de 20 mai. 1977; 00143F0371 - Pedido de Busca n. 014/77, de 2 mai. 1977; 00143F0461 - Pedido de Busca n. 154 da Polícia da Capital, de 22 fev. 1977; 00143F0808 - Pedido de Busca 13/75, de 13 out. 1975; e 00143F0818 - Pedido de Busca nº 14/75 (Conf.), de 13 out. 1975, dentre outros. Disponíveis em <http://dspace.wrlc.org/>. Acesso em: 15 de julho 2007.

³⁶ PARAGUAI. CDyA. Documento 00143F0079. Informe n. 13. Assunção, 14 mar. 1975c. Disponível em <http://dspace.wrlc.org/doc/bitstream/2041/55494/143F0079display.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2007.

³⁷ EL EJÉRCITO admite el “segundo vuelo”. La República. Sección Política. Montevideo, 28 abr. 2007. Disponível em <http://www.larepublica.com.uy/politica/255883-el-ejercito-admite-el-segundo-vuelo>. Acesso em: 15 de julho de 2008; DÍAZ..., 2007; SEGUNDO vuelo: Bonelli y Alvarez a la Justicia Citaciones. Luego tocará el turno a militares presos. *El País*. Montevideo, 02 mai. 2007. Disponível em <http://www.elpais.com.uy>. Acesso em: 15 de julho de 2008; BONELLI rechazó dar nombres de pilotos del segundo vuelo. *El País*. Montevideo, 03 mai. 2007. Disponível em <http://www.elpais.com.uy>. Acesso em: 15 de julho de 2008.

³⁸ BEGUOCI, Leandro. “Brasil participou da Operação Condor, diz Passarinho”. In: *Folha Online*. São Paulo, 4 jan. 2008. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0401200813.htm>. Acesso em: 3 de março de 2008.

³⁹ VALENTE, Rubens. “Ditadura argentina montou bases no Brasil”. In: *Folha de São Paulo*. São Paulo, 6 jan. 2008. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0601200804.htm>. Acesso em: 15 de março de 2008.

Segundo o conjunto de volumes *Investigación Histórica sobre Detenidos Desaparecidos* publicados pelo governo do Uruguai, em junho de 2007, como resultado de investigações sobre os desaparecidos no país, a Operação Condor teria tido três fases: a criação de uma base centralizada de informação, a ação com a identificação e o ataque aos “inimigos políticos” e a realização de operações para “encontrar e eliminar pessoas que se encontravam em outros países da América e Europa”.⁴⁰ O estudo, embora tenha apresentado exemplos de ações coordenadas realizadas em 1978, afirmou que a colaboração “entre las fuerzas represivas de lá región” foi mais sistemática entre os anos de 1975 e 1977, diminuindo a partir de então.⁴¹

Conclusão

A implantação dos regimes militares no Cone Sul ocorreu dentro da lógica da Guerra Fria e as relações estabelecidas pelos Estados da sub-região durante esse período se deram em diversos níveis de segurança. No plano global, o sistema internacional formado por Estados soberanos e sem uma autoridade central, apresentava uma estrutura bipolar e o desenho de segurança mundial era ditado pela oposição entre as duas potências e suas ideologias. Nesse sistema, EUA e a União Soviética se esforçavam para aglutinar o maior número de Estados possíveis nas suas esferas de influência. A “guerra” entre ambos foi travada, especialmente após a crise dos mísseis em Cuba em 1962 e o período de relativa distensão que se seguiu, no chamado Terceiro Mundo. Alguns dos exemplos mais clássicos podem ser os de Angola e Moçambique, onde, após a independência, a luta pelo poder entre grupos apoiados por uma ou outra potência levou esses países a uma guerra civil.

Dentro dessa realidade, tanto os Estados Unidos como a União Soviética fariam o possível para não permitir a implantação, na sua vizinhança, de qualquer regime ligado à ideologia contrária. Os soviéticos, dentro da chamada “Cortina de Ferro” e os EUA, no continente americano. Nesse contexto, de uma forma direta, os soviéticos intervieram na Tchecoslováquia e na Hungria e os norte-americanos patrocinaram o treinamento dos “contras” para derrubar o regime sandinista na Nicarágua e, de uma

⁴⁰ URUGUAI. PR. “Investigación Histórica sobre Detenidos Desaparecidos”. *Op. cit.*, p. 287.

⁴¹ *Ibidem*, p. 300.

forma indireta, realizaram ações junto aos governos dos Estados dessas regiões para mantê-los fiéis à suas ideologias.

No plano regional, sendo a ameaça de uma guerra convencional contra o bloco comunista de pequena probabilidade, a tarefa principal da defesa do continente americano ficaria com os Estados Unidos, e os demais países ficariam em condições de integrar uma força hemisférica em caso de necessidade, cumprindo missões específicas. No caso do Cone Sul, a tarefa principal tinha relação com a defesa do sul dos oceanos Atlântico e do Pacífico.

No nível doméstico, a ameaça do movimento comunista internacional e da expansão da ideologia soviética, que patrocinava movimentos de esquerda, serviu de justificativa, por conta da doutrina de segurança nacional, para a implantação de regimes militares, apoiados pelos Estados Unidos. Com base na “ameaça comunista” que “agredia” o Estado, os militares no poder formaram, estruturaram, prepararam e empregaram as forças armadas para combater esses movimentos. Nesse mesmo nível, fruto de divergências históricas, os Estados do Cone Sul elegeram, dentre as hipóteses de guerra, a possibilidade de um conflito contra alguns de seus vizinhos ou uma associação de países limítrofes.

Dessa forma, os militares conduziram as questões de segurança e defesa como um estado de guerra interna onde a oposição aos regimes configurava um perigo para os valores fundamentais das instituições e do próprio Estado. Em contraposição à revolução do povo pregada pela esquerda, os governos militares lançaram uma “guerra” contra o “inimigo interno” que agredia a nação. Tanto que os planejamentos de defesa trabalhavam exatamente com esses termos, “guerra interna” e “inimigo interno”. Ou seja, nesse “estado de guerra” os opositores aos regimes militares eram “inimigos” do Estado e deveriam ser combatidos como tal.

Essa percepção era difundida pelos Estados Unidos para os países do continente, diretamente ou por meio da Junta Interamericana de Defesa, e pode ser verificada nas escolas militares e policiais cujos currículos incluíam disciplinas, palestras e treinamento prático relacionados com o assunto. Sobre o papel da JID, o embaixador uruguaio no Brasil Polleri-Carrió, no final da década de 1960, num documento enviado a chancelaria de seu país, ressaltou que a “praga de governos militares” não havia se dado apenas pela veleidade dos militares de apoderar-se do poder

sino también y quizá sobre todo por la inusitada prédica de la Junta Interamericana de Defensa que, desde hace ya varios años, inculca que cuando los gobiernos civiles no atinan a detener las acechanzas esquerdizantes para demoler las instituciones del mundo libre, el baluarte de la democracia está en los cuarteles.⁴²

Por conta da visão dos regimes militares de que as esquerdas constituíam o maior perigo para a segurança e a prioridade conferida à luta contra esses “inimigos internos”, os governos do Cone Sul verificaram a necessidade da troca de experiências e de dados e da realização de operações conjuntas.

Pode-se afirmar que o combate às esquerdas e a manutenção dos regimes foram colocados acima das desavenças entre os países da sub-região. Apesar dos problemas de fronteiras entre a Argentina e o Chile nas regiões da Cordilheira dos Andes e do Canal de Beagle, que quase levou os dois países a uma guerra em 1978, ambos os governos mantiveram estreita cooperação no campo do combate aos movimentos de esquerda. Da mesma forma, a Bolívia e o Chile tinham problemas em decorrência do objetivo nacional permanente boliviano de recuperar a saída para o mar perdida na Guerra do Pacífico. Mas, apesar das relações diplomáticas entre os dois países terem sido rompidas em 1962 e em 1978, ambos mantiveram cooperação no âmbito da Operação Condor. Tanto o Brasil como a Argentina tinham como uma das hipóteses de conflito uma guerra convencional entre ambos. Os planejamentos militares dos dois países priorizavam essa hipótese e suas forças armadas foram dispostas em seus territórios levando em consideração a possibilidade desse conflito. Os problemas diplomáticos, por conta da construção da Usina de Itaipu e a corrida em busca do domínio da tecnologia nuclear têm relação com a rivalidade explícita entre ambos. No entanto, na mesma época os dois governos cooperaram na luta contra as esquerdas. Da mesma forma, apesar das divergências e rivalidades existentes, os governos militares participaram de foros coletivos instituídos pelos Estados Unidos como a CEA, CNI e o SICOFAA.

Diferentemente da América Central, que viveu um período de guerras civis (El Salvador, Guatemala e Nicarágua), no Cone Sul, a barreira contra o “avanço do comunismo” estabelecida pelos governos militares teve sucesso na luta contra os

⁴² URUGUAI. AHD. Documento 564/969-2.12/69 (Conf.). Situación política brasileña. Embaixada do Uruguai no Brasil. Rio de Janeiro, 17 abr. 1969.

opositores, em parte pela cooperação e coordenação estabelecidas entre seus órgãos de inteligência e de segurança.

A Doutrina de Segurança Nacional, para Comblin, combinou:

1. Um quadro conceitual ligando segurança nacional, estratégia, objetivos nacionais e política nacional;
2. Hipóteses de conflito salientando a segurança interna, especificamente a ameaça das insurgências revolucionárias patrocinadas pelo MCI, acima das ameaças convencionais externas;
3. Uma teoria da guerra revolucionária, definindo a natureza da ameaça interna a segurança e as respostas apropriadas, militares e policiais, para essas ameaças;
4. Uma justificativa racional para violações de direitos humanos (tortura, desaparecimentos) como meios necessários para eliminar a ameaça revolucionária;
5. Uma tese de segurança e desenvolvimento, casualmente ligando a ameaça interna à segurança com o subdesenvolvimento socioeconômico;
6. A crença de que o regime militar se justifica quando as falhas da política dos governos civis colocam em perigo a segurança nacional.⁴³

Com aproximação do fim da Guerra Fria, a arquitetura do sistema de segurança regional e as concepções da DSN não cabiam mais dentro da redefinição do sistema internacional, muito menos para os interesses norte-americanos. A política baseada na relação dicotômica amigo-inimigo típica do mundo bipolarizado ideologicamente tinha que ser alterada. Assim, os norte-americanos, que elegeram os regimes militares como necessários para eliminar a suposta subversão em seus países e construir estruturas econômicas e políticas para a modernização e desenvolvimento das suas sociedades dentro do modelo capitalista por eles proposto, passaram a não só condenar esses mesmos regimes e a apoiar a redemocratização do continente, como também se esforçaram para estabelecer a democracia ocidental liberal como um valor universal dominante. Nesse quadro, ganharam importância temas como o fortalecimento dos governos civis, o controle civil das forças armadas, o direito à verdade e à reparação pelos danos causados pelos agentes do Estado, e a punição pelos crimes contra os direitos humanos cometidos durante os regimes militares.

⁴³ FITCH, J. Samuel. *The armed forces and Democracy in Latin America*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1998, p. 107. Tradução nossa.

Referências Bibliográficas

- AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. *Segurança e Defesa no Cone Sul: da rivalidade da Guerra Fria à cooperação atual*. São Paulo: Porto de Ideias, 2010.
- ARAVENA, Francisco Rojas. “Factores de cambio en el sistema hemisférico de seguridad”. In: *Fuerzas Armadas y Sociedad*, Santiago, a. 17, n. 3, jul.-set. 2002, p. 11-20.
- BEGUOCI, Leandro. “Brasil participou da Operação Condor, diz Passarinho”. In *Folha Online*. São Paulo, 4 jan. 2008. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0401200813.htm>. Acesso em: 3 de março de 2008.
- BONELLI rechazó dar nombres de pilotos del segundo vuelo. *El País*. Montevideu, 03 mai. 2007. Disponível em <http://www.elpais.com.uy>. Acesso em: 15 de julho de 2008.
- BRASIL. AHE. Decreto-Lei n. 314 de 13 mar. 1967. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Boletim do Exército, n. 14. 7 de abril de 1967.
- _____. AN. CSN. Memória (Secreta). Brasília, 24 de abril de 1981, Anexo B.
- _____. AN. SNI. Encaminhamento n. 848/16/AC/72. Brasília, 20 de julho de 1972.
- _____. SDM. Relatório Anual da Marinha (Conf.). Rio de Janeiro, dezembro de 1983.
- CENTRE FOR INTERNATIONAL POLICY. Latin America Working Group. Foreign Military Interaction (FMI). Disponível em <http://www.ciponline.org/facts/fmi.htm>. Acesso em: 25 julho de 2008.
- CHILD, John. “América Latina: conceitos de estratégia militar”. In *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, a. 65, n. 677, mai./jun. 1978, p. 27-46.
- COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: O Poder Militar na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- DÍAZ confirmó versión de asesinato de presos Pero aclaró que su se basa en una "deducción". *El País*. Montevideu, 28 abr. 2007. Disponível em <http://www.elpais.com.uy>. Acesso em: 15 de julho de 2008.
- EL EJÉRCITO admite el “segundo vuelo”. *La República*. Sección Política. Montevideo, 28 abr. 2007. Disponível em <http://www.larepublica.com.uy/politica/255883-el-ejercito-admite-el-segundo-vuelo>. Acesso em: 15 de julho de 2008.
- EUA. General Accounting Office. GAO/NSIAD-96-178. School of the Americas: US military training for Latin American countries. Washington, 22 ago. 1996.
- _____. National Security Archive. *CIA Weekly Summary*, 2 de julho de 1976. Disponível em <http://gwu.edu>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2008.
- FITCH, J. Samuel. *The armed forces and Democracy in Latin America*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1998.
- FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 22 ago. 2002. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u44538.shtml>. Acesso em: 13 de janeiro de 2008.

- GUYER, Julián González. *La Política Exterior Del Uruguay en el Ámbito de la Defensa*. Tesis de Maestría. Universidad de la República. Montevideo, 2002.
- JOSÉ, Emiliano. Carlos Marighela. São Paulo: Casa Amarela, 1997.
- LUNA, Joaquim Silva e. *Uma Concepção do Exército Brasileiro para a CEA do Século XXI*. Monografia. Rio de Janeiro: ECEME, 1998.
- McSHERRY, J. Patrice. *Operation Condor and Covert War in Latin America*. New York: Roman & Littlefield Publishers, 2005.
- MIX, Miguel Rojas. “La dictadura militar en Chile e América Latina”. In: WASSERMANN, Claudia e GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (Org.). *Dictaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004, p. 11-25.
- PARAGUAI. CDyA. Documento 00143F0011. Santiago, outubro de 1975a. Disponível em <http://dspace.wrlc.org/doc/bitstream/2041/55385/143F0011-0022display.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2007.
- _____. Documento 00143F0013. Primera Reunión de Trabajo de Inteligência Nacional. Santiago, 29 out. 1975b. Disponível em <http://dspace.wrlc.org/doc/bitstream/2041/55385/143F0011-0022display.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2007.
- _____. Documento 00143F0079. Informe n. 13. Assunção, 14 mar. 1975c. Disponível em <http://dspace.wrlc.org/doc/bitstream/2041/55494/143F0079display.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2007.
- _____. Documento 00143F0201. Informe n. 65. Assunção, 22 out. 1975d. Disponível em <http://dspace.wrlc.org/doc/bitstream/2041/55566/143F0201-0202display.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2007.
- _____. Documento 00143F0252, Assunção, s/d. <http://dspace.wrlc.org/doc/bitstream/2041/55414/143F0252display.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2007.
- _____. Documento 00143F0332. Nota B/836 de 5 set. 1977. Disponível em <http://dspace.wrlc.org/doc/bitstream/2041/55414/143F0332display.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2007.
- PERRY, William. “As Forças Armadas brasileiras: política militar e possibilidades convencionais de uma potência em ascensão”. In: *A Defesa Nacional*, a. 66, n. 682. Rio de Janeiro, Bibliex, mar./abr. 1979.
- ROLLEMBERG, Denise. “O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro”. Rio de Janeiro: UFF, s/d. Disponível em http://www.historia.uff.br/artigos/rollemborg_apoio.pdf. Acesso em: 21 de junho de 2008.
- SEGUNDO vuelo: Bonelli y Alvarez a la Justicia Citaciones. Luego tocará el turno a militares presos. *El País*. Montevideú, 02 mai. 2007. Disponível em: <http://www.elpais.com.uy>. Acesso em: 15 de julho de 2008.
- SICOFAA. “Carta Constitutiva”. Disponível em http://www.sicofaa.org/files/archivos/documentos_normativos/Carta%20Constitutiva%202007.pdf. Acesso em: 25 de dezembro de 2007.
- STEPAN, Alfred (Ed.). *Authoritarian Brazil*. New Haven: Yale University Press, 1973.

STEVENSON, Charles A. “Underlying Assumptions of the National Security Act of 1947”. In: JFQ, n. 48, 1st quarter 2008, p. 129–133. Disponível em http://www.pnsr.org/data/images/underlying_assumptions_of_act_of_1947.pdf. Acesso em: 21 de março de 2012.

THE AVALON PROJECT AT YALE LAW SCHOOL. *Inter-American Reciprocal Assistance and Solidarity* (Act of Chapultepec). March 6, 1945. Disponível em <http://www.yale.edu/lawweb/avalon/intdip/interam/chapul.htm>. Acesso em: 5 de fevereiro de 2008.

URUGUAI. AHD. Documento 564/969-2.12/69 (Conf.). “Situación política brasileña”. Embaixada do Uruguai no Brasil. Rio de Janeiro, 17 abr. 1969.

URUGUAI. PR. “Investigación Histórica sobre Detenidos Desaparecidos”. Montevideo: Dirección Nacional de Impresiones y Publicaciones Oficiales, 2007.

VALENTE, Rubens. “Ditadura argentina montou bases no Brasil”. In: *Folha de São Paulo*. São Paulo, 6 jan. 2008. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0601200804.htm>. Acesso em: 15 de março de 2008.

Os militares na liberalização do regime autoritário brasileiro (1974-1985)

Aloysio Castelo de Carvalho*

Resumo:

Este artigo defende a ideia de que a liberalização do regime autoritário desencadeada no Brasil após 1974 resultou da disputa interna entre os dirigentes militares pelo controle do Estado. Dados extraídos da Escola Superior de Guerra (ESG) evidenciam que a liberalização foi uma estratégia amadurecida e articulada ainda durante o governo Médici. Os dirigentes buscavam ampliar a legitimidade do regime quando se decidiram pela liberalização, que foi implementada no rastro de um momento favorável da economia e encontrou condições para se viabilizar e se desdobrar em uma transição negociada em virtude das tradicionais instituições do sistema político não terem sido eliminadas, mas manipuladas sob controle autoritário. Isso possibilitou, a partir de 1974, a revitalização dos mecanismos representativos clássicos, eleitorais e partidários, quando foram ampliados os canais de comunicação com a sociedade. Nesse sentido, a política da distensão/abertura distinguia-se do projeto de democratização aspirado por diversos setores da oposição. A implementação das medidas liberalizantes iniciadas por Geisel estava condicionada à institucionalização de um tipo de regime pós-autoritário com restrições democráticas.

Palavras-chaves: Regime autoritário; Militares; Liberalização.

Abstract:

This paper supports the idea that the liberalization regime unleashed in Brazil after 1974 resulted from infighting among the military leaders for control of the state. Data extracted from the Superior School of War show that liberalization was a strategy matured and articulated still in the Medici government. The leaders sought to expand the regime's legitimacy when they decided to liberalization, which was implemented in the wake of a currently favorable economic conditions and found to be feasible and unfold in a negotiated transition because of the traditional institutions of the political system have not been eliminated but handled under authoritarian control. This led, in 1974, revitalizing the classic mechanisms of representation, electoral and party, when were expanded the channels of communication with society. In this sense, the policy of distention / opening distinguished from the project of the democratization pursued by various sectors of the opposition. The implementation of liberalization measures initiated by Geisel was conditioned to the institutionalization of a kind of post-authoritarian regime with democratic constraints.

Key words: Authoritarian regime; Military; Liberalization.

* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor da Faculdade de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense. Autor de *A Rede da Democracia: O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-1964)*. Rio de Janeiro: EDUFF/NITPRESS, 2010. aloysio.carvalho@globo.com .

Este trabalho¹ defende a ideia de que a liberalização do regime autoritário desencadeada no Brasil após 1974 resultou da disputa interna entre os dirigentes militares pelo controle do Estado. Dados extraídos da Escola Superior de Guerra (ESG) evidenciam que a liberalização foi uma estratégia amadurecida e articulada ainda durante o governo do general Emílio Médici (1969-1974). Os dirigentes buscavam ampliar a legitimidade do regime quando se decidiram pela liberalização, que foi implementada no rastro de um momento favorável da economia e encontrou condições para se viabilizar e se desdobrar em uma transição negociada em virtude de as tradicionais instituições do sistema político não terem sido eliminadas, mas manipuladas sob controle autoritário. Isso possibilitou, a partir de 1974, a revitalização dos mecanismos representativos clássicos, eleitorais e partidários, quando foram ampliados os canais de comunicação com a sociedade.

A proposta de liberalização ressurgiu no governo Médici, em um contexto de questionamento do modelo político institucional adotado após a decretação do Ato Institucional n. 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968. Duas indagações estiveram em pauta. Ao fim desse governo, as Forças Armadas completariam dez anos na condução do Estado. Deveria haver um tempo limite, um termo final para a intervenção dos militares ou esta deveria ser permanente, sem prazo preciso? Considerando que o recrudescimento do autoritarismo após o AI-5 levou a um distanciamento dos propósitos originais anunciados em 1964, qual o regime a ser adotado?

Esse debate tomou corpo em meados do ano de 1970, mas vamos considerá-lo aberto em novembro de 1969 com o discurso do senador governista Milton Campos, da Aliança Renovadora Nacional (Arena), proferido logo após a posse de Médici na Presidência da República. O ex-ministro da Justiça do governo Castelo Branco (1964-1967) defendeu que a “revolução” corrigisse seus erros, não se desvirtuasse e não perdesse seu sentido original. Logo após a morte do líder guerrilheiro Carlos Marighela, da Aliança Libertadora Nacional (ALN) e ainda sob o clima de posse do novo Ministério e das primeiras afirmações de intenções do Executivo, o senador tomou a tribuna parlamentar para propor que se distinguisse a “revolução” do seu processo: “a revolução há de ser permanente como ideia e inspiração para que, com a colaboração do tempo, invocada pacientemente, possa produzir seus frutos (...). O processo

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático “Militares, sociedade e política” do *XIV Encontro Regional de História da Associação Nacional de História (ANPUH-RJ)*, julho de 2010.

revolucionário há de ser transitório e breve, porque sua duração tende à consagração do arbítrio”.²

O ministro da Justiça do governo Médici, Alfredo Buzaid, não concordava com essa posição, nem estava preocupado em fazer a distinção entre revolução como ideário e como processo. Em palestra na ESG, em julho de 1970, noticiada pelo *Jornal do Brasil*, Buzaid procurou sensibilizar as áreas políticas e militares para a ideia de que a institucionalização da “revolução” não podia ter um termo final. No crescer da euforia econômica e com a oposição enfraquecida pela ampliação das medidas repressivas, o ministro defendeu que “a revolução que deseja alcançar seus supremos objetivos e desenvolver em toda a plenitude sua filosofia não deve promover a fixação de prazos e datas; uma revolução em marcha é uma revolução sem termos”.³

O tempo de permanência dos militares na direção do Estado constituiu-se, desde 1964, num ponto de discórdia entre os dirigentes. Sempre foi uma questão em debate o papel que os militares deveriam cumprir no processo de reorganização político-institucional aberto após a deposição de João Goulart pelo golpe de 1964. Com o recrudescimento das formas autoritárias de poder após a decretação do AI-5 e a expansão das ações repressivas comandadas pelas forças de segurança, surgiu um clima de que seria longa, até eterna para alguns, a permanência das Forças Armadas na esfera política. Isso explica por que o tempo dos militares no controle do poder se tornou no governo Médici um dos assuntos discutidos na ESG, ganhando publicidade na imprensa. Dirigentes comprometidos com uma posição mais moderada mantiveram o discurso construído logo após o golpe de 64, segundo o qual a intervenção militar deveria ser limitada no tempo. Em palestra na ESG em setembro de 1971, Roberto Campos articulou a demanda de diminuição do componente de coação do Estado com a ideia de que uma longa permanência das Forças Armadas acabaria por colocar em risco sua capacidade de veto e arbitragem em momentos de crise. Segundo essa concepção, os militares, em 1964, tinham uma missão e não uma função. O ex-ministro do Planejamento no governo Castelo Branco esclareceu que “o papel de missão seria limitado no tempo e preciso nos seus objetivos: corrigir a indisciplina social, estancar a

² *Diário do Congresso Nacional* (Seção III), novembro de 1969, Sábado 8 – 0271.

³ A declaração de Buzaid respondia a uma pergunta de um estagiário da ESG sobre a institucionalização da “revolução”, formulada durante conferência realizada pelo ministro nessa instituição sobre o tema Marxismo e Cristianismo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 de julho de 1970.

inflação, minorar os desequilíbrios sociais, lançar as bases para a retomada do desenvolvimento e compatibilizar as instituições com o reforço da segurança (...)”. Em contrapartida, as “Forças Armadas assumindo uma função política seriam o verdadeiro partido do desenvolvimento”. Roberto Campos explicou que, no âmbito do pensamento militar, “a primeira escola era denominada de cirúrgica e a segunda, de tutelar”, sendo que, para esta última escola, “a restauração democrática não deveria ter calendário preciso”. Observou, ainda, que a intervenção das Forças Armadas ultrapassara o caráter tradicional de intervenção moderadora, deslocando-se, então, para uma intervenção estabilizadora no plano político e reformista nos planos econômico e social. O grau inédito de intervenção militar assumido após 1964 indicava a necessidade de se estabelecerem limites para o processo em curso. Na sua compreensão, as “Forças Armadas não desejam uma escalada da intervenção estabilizadora para um tipo de intervenção autocrática”, pois isso abriria a “perspectiva de uma reconsideração do problema da institucionalização política”.⁴

O fato de as Forças Armadas assumirem maiores responsabilidades políticas após a crise institucional de 1968 enfraqueceu, sem dúvida, a concepção de que os militares permaneceriam como governo durante um tempo curto de transição. A questão, todavia, não foi banida da agenda de todos os dirigentes. Com a intensificação do autoritarismo no governo Médici, não havia espaço para a definição do tempo de saída como elemento central para as tomadas de decisões. Eis o que motivou o ministro da Justiça Gama e Silva a afirmar, por ocasião do fechamento do Congresso, em 1969, que “dessa vez o tempo não conspirará contra nós”.⁵ A mesma posição defendeu Médici na aula inaugural da ESG em março de 1970. O presidente assinalou que o “Estado revolucionário durará o tempo indispensável à implantação das estruturas”.⁶ Apesar dessas declarações, mantinha-se viva a ideia de que, em algum momento, os militares deveriam retirar-se do exercício direto da política. Tanto é verdade que a proposição de fim do ciclo militar foi novamente introduzida no debate público e apareceu mais nítida no discurso do chefe do Estado-Maior do Exército (EME), no final do ano de 1971. O general Souto Malan sustentou que “(...) está à vista o momento em que a existência de quadros suficientemente amplos (...) permitiria aos militares concentrar-se no exercício

⁴ CAMPOS, Roberto. “Instituições Políticas nos países em desenvolvimento” (1ª parte), palestra realizada na ESG em 18 de setembro de 1971.

⁵ GAMA e Silva. “Conferência inaugural do I Seminário de Segurança Interna”. Cf. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1969.

⁶ MÉDICI, Emílio Garrastazu. “Aula inaugural na ESG”, em 10 de março de 1970, p.14.

de sua profissão (...) podemos, pois, permitir-nos prospecções sobre o processo que se chamaria de desengajamento controlado das Forças Armadas”.⁷ Esta declaração, veiculada pelo *Jornal do Brasil*, teve grande repercussão na opinião pública, alimentando expectativas de que havia setores do regime mobilizados no esforço de restabelecer os princípios originais que antes haviam orientado os processos de governo. Ainda era cedo para imaginar que mudanças liberalizantes ocorreriam. Segundo Tales Ramalho, deputado federal do MDB-PE, o pronunciamento do general Souto Malan era, certamente, “algum indício de abertura”. O chefe do EME não teria emitido apenas uma opinião pessoal, já que suas manifestações foram feitas na presença do ministro do Exército, general Orlando Geisel, por ocasião da cerimônia de entrega da espada aos novos generais.⁸

O debate no governo Médici sobre os rumos que deveria tomar o regime apareceu também vinculado às realizações no campo econômico. Com o fechamento do Congresso após a crise de 1968 e a suspensão do projeto mais moderado manifestado na Constituição de 1967, a estratégia de alcançar a legitimação principalmente pelo desempenho econômico tomou força. Na verdade, a prioridade da ordem econômica em relação à ordem política já se achava presente na fase inicial do regime. O governo Castelo Branco dedicou-se a promover medidas institucionais para reorganizar a administração econômica. Com os bons resultados alcançados – restauração da credibilidade externa, controle do déficit público e da inflação e retomada do crescimento – esperava-se encontrar as condições adequadas para a reorganização da competição política.⁹ Nesse tempo, o cumprimento do calendário eleitoral foi alvo nos debates internos. Existia um clima favorável à defesa de que as eleições de 1965 – a última eleição presidencial ocorrera em 1960, quando se elegeram Jânio Quadros e João

⁷ “Malan vê os civis capazes de assumir o poder”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1971, p.3.

⁸ Comentário feito pelo deputado Tales Ramalho (MDB-PE). “Tarso admite retorno rápido à normalidade”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1971, p.3.

⁹ Concordo que não havia “planos de governo detalhadamente estabelecidos”, a não ser algumas “diretrizes de saneamento econômico-financeiro traçadas por alguns ipesianos”. FICO, Carlos. *Além do Golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 74. Todavia, é possível imaginar que os dirigentes mais voltados para a questão da institucionalização política estivessem desde a tomada do poder em 1964 amadurecendo algumas reformas nesse campo, considerando os graves conflitos no governo Goulart. Castelo, segundo Geisel, acreditava em uma “nova Constituição, com o regime de dois partidos e talvez com a instituição da eleição indireta” D’ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997, p.200. Estas regras que foram introduzidas com o AI-2, juntamente com as medidas repressivas exigidas pela linha dura para retomar a “operação limpeza”.

Goulart, respectivamente, presidente e vice-presidente da República –poderiam se tornar um plebiscito sobre o novo regime. Havia dúvidas a respeito do apoio que o governo alcançaria na opinião pública em virtude dos custos políticos provocados pelas cassações de parlamentares, expurgos no interior da burocracia civil e militar e repressão sobre as organizações sindicais e estudantis. O programa de estabilização econômica comandado pelos ministros Octavio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos era considerado “duro e difícil”, segundo palavras posteriores de Ernesto Geisel, para quem as medidas de austeridade teriam provocado “uma certa recessão”, causando “dificuldades na indústria e no comércio”.¹⁰

A economia no governo Médici apresentou um crescimento surpreendente, consolidando um tipo de desenvolvimento que privilegiava a grande empresa nacional, estatal e multinacional. O crescente endividamento externo do país e a deterioração na distribuição de renda¹¹ ficaram em segundo plano diante do controle da inflação e do aumento das exportações, garantido pelos incentivos governamentais e por um mercado mundial favorável. A expansão da economia brasileira refletiu-se nos indicadores do Produto Interno Bruto – PIB que subiu em torno de 11% ao ano entre 1970 e 1973. Para estimular a indústria, o ministro Antônio Delfim Netto expandiu o sistema de crédito ao consumidor e garantiu à classe média o acesso aos bens de consumo duráveis – de automóveis a aparelhos eletrodomésticos. Este setor, prioritário para as políticas econômicas, canalizou uma parcela significativa dos altos investimentos estrangeiros, que, em termos globais, passaram de cerca de US\$ 11,4 milhões para mais de US\$ 4,5 bilhões entre 1968 e 1973.¹² Estudos mostram que em função do desempenho da economia, na década de 70, o emprego urbano cresceu a uma taxa mais elevada (6,42% ao ano) do que a população urbana (4,83% anuais). Na criação de empregos na década

¹⁰ D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs.). *Op. cit.*, p. 173.

¹¹ Em que pese a relativa estabilização do crescimento dos preços entre 1964 e 1972, os indicadores evidenciam a deterioração na distribuição de renda, expondo a perversidade do modelo econômico. Entre 1960 e 1970, a parcela de renda apropriada pelos 40% mais pobres da população declinou de 15,8% para 13,3%, alcançando 10,4% em 1980 e 9,9% em 1990. CYSNE, Rubens Penha. *A economia brasileira no período militar*. In: SOARES, G. A. D. e D'ARAUJO, M. C. (orgs.), *21 Anos de Regime Militar: Balanços e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1994.

¹² ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 4. ed., Petrópolis (RJ): Vozes, 1987, p. 148.

de 70, o setor secundário – indústria de transformação, construção civil e outras atividades industriais – superou o setor terciário, de serviços sociais e pessoais.¹³

As taxas de rápido crescimento industrial facilitaram a construção da imagem de um país dinâmico que modernizava sua estrutura produtiva e promovia uma arrancada econômica. Os resultados favoráveis na economia criaram um clima de euforia, sobretudo entre segmentos da classe média e do empresariado e contribuíram para que os representantes do autoritarismo apresentassem avaliações e propostas diante das controvérsias sobre os benefícios do modelo político instituído após o AI-5. Para o então líder do governo no Congresso, senador Filinto Müller, a fase era de consolidação da obra “revolucionária”.¹⁴ Semelhante ao pensamento do chefe de polícia do Distrito Federal e notório torturador de presos políticos no Estado Novo (1937-1945) era o do senador Tarso Dutra (Arena-RS), para quem a “revolução” tinha cumprido a primeira etapa de seu programa fundamental, que era a consolidação das estruturas econômicas. Assim, deveria partir para o objetivo final, que seria a “consolidação democrática”.¹⁵ Já para o deputado Etelvino Lins, a popularidade do presidente Médici, a força e a unidade da Arena, ao lado do sucesso econômico, assegurariam o êxito das iniciativas no sentido de consolidar as experiências vitoriosas de oito anos revolucionários.¹⁶ O senador Mem de Sá (Arena-RS), por sua vez, ao despedir-se da vida pública em dezembro de 1970, reafirmou sua fé no regime e disse que a “democracia plena, a que é estável e liberta de subversões, golpes e eclipses, esta apenas nos chegará através do desenvolvimento econômico”. Identificado como um político solidário às teses do poder, o ministro da Justiça de Castelo Branco na fase que se seguiu à edição do Ato Institucional n. 2 (AI-2), em outubro de 1965, reiterava, assim, a necessidade de manter a prioridade do econômico sobre o político e apontava o caminho do fortalecimento do governo, de modo a assegurar a continuidade do desenvolvimento.¹⁷ A proposição do senador não teria obtido tanta repercussão se o país não vivesse uma fase de crescimento econômico, ao lado da mais total falta de perspectiva em direção ao restabelecimento das liberdades

¹³ FARIA, Vilmar. “Desenvolvimento, Urbanização e Mudanças na Estrutura do Emprego: A Experiência Brasileira dos Últimos Trinta Anos”. In: SORJ, B. e ALMEIDA, M. H. T. de (orgs.). *Sociedade e Política Pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 151.

¹⁴ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 de maio de 1971.

¹⁵ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1972.

¹⁶ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1972.

¹⁷ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1970.

suprimidas. No dia seguinte à sua publicação pela imprensa, ela seria comentada pelo *Jornal do Brasil* em editorial intitulado “Doutrina Perigosa”, segundo o qual “a tese do senador era no mínimo temerária e, em última análise, consistia em dizer que a democracia seria um luxo proibido para as nações subdesenvolvidas”.¹⁸ A formulação adotada pelo representante da imprensa liberal carioca chamava atenção para o fato de que as realizações no plano econômico não deveriam obscurecer a rigidez do sistema político. Embora o governo Médici apresentasse resultados favoráveis na economia, vivia-se o tempo de maior restrição à participação e influência sobre os centros decisórios, o que levou o general Golbery do Couto e Silva – um dos principais mentores da conspiração contra o governo Goulart e do governo Castelo Branco – a se manifestar em documento datado de 1972.

[...] a centralização do poder político nas mãos do Executivo, as restrições ainda existentes para a atividade política e o excessivo controle do Estado sobre a economia são todos riscos calculados, aceitos conscientemente de forma a assegurar uma rápida decolagem do país [...]. Além disso, a coerção excessiva gera muito mais perigos e tensões [...] Frequentemente, como nesse caso, há um certo grau de incompatibilidade entre os diversos objetivos em conjunto. Essa incompatibilidade só pode ser contornada por uma manobra estratégica a ser planejada e executada numa sucessão de etapas.¹⁹

Os indicadores positivos na economia foram acompanhados por declarações de representantes do autoritarismo que pediam a restauração das liberdades. Luís Viana Filho, governador da Bahia e ex-ministro do governo Castelo Branco, concordava que “tinha sido realizada uma obra excepcional no setor econômico-financeiro e no administrativo”, mas ressaltava que a “revolução devia ao povo brasileiro a instituição de um regime democrático, principal razão do movimento deflagrado em março de 1964”.²⁰ Na avaliação de José Magalhães Pinto – um dos organizadores civis e financiadores da conspiração contra Goulart e ministro durante a presidência do general Artur da Costa e Silva (1967-1969) –, senador pela Arena-MG, os “atos administrativos da revolução e outros êxitos igualmente importantes eram admitidos por todos”, mas reconhecia que o movimento de março de 1964 não tinha se consolidado no plano político: “o ideal é que se restabeleçam as liberdades públicas de acordo com as tradições do povo brasileiro”.²¹ E inúmeros editoriais do *Jornal do Brasil*

¹⁸ “Doutrina perigosa”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1970.

¹⁹ GASPARI, Helio. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 198.

²⁰ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1971.

²¹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1971.

argumentavam: “A aspiração à normalidade constitucional, com a volta ao Estado de direito, ganha ênfase na medida em que o governo acerta em tantos setores administrativos e consegue com êxito evidente conduzir o Brasil pelo caminho do desenvolvimento firme e acelerado”.²² A formulação que vinculava as realizações no plano financeiro à normalização institucional tinha endereço certo. Alguns objetivos preconizados pelo movimento de 1964 haviam sido alcançados, não mais se justificando a intensa restrição imposta às liberdades políticas.²³ Em palestra na ESG em 1971, Roberto Campos notou que existiam vários pré-requisitos para a normalização política. Dentre eles, contando como fator positivo, estava o desenvolvimento econômico que, na sua avaliação, teria se tornado autossustentável.²⁴

A liberalização apareceu também vinculada ao término da contestação ao regime. Com a crise política de 1968 e o início das ações armadas da esquerda, novos critérios de segurança surgiram em relação ao esquema de poder. A adesão ao regime passou a requerer maior grau de lealdade, devido ao episódio da tentativa de processar o deputado Márcio Moreira Alves em 1968, no qual parlamentares da Arena não deram sustentação ao governo, resultando o conflito na edição do AI-5. Embora o movimento de oposição institucional tenha ficado circunscrito ao território das novas regras impostas pelo AI-5, o deputado Clóvis Stenzel (Arena-RS) declarou que “só haveria clima de confiança entre governo e oposição, para se atingir a estabilidade democrática, se as atividades subversivas fossem isoladas da vida político-partidária e institucional”.²⁵ Apesar do discurso do deputado, a principal preocupação relacionada às atividades contestatórias era, sobretudo, com as forças de esquerda que realizavam ações armadas. A estratégia assumida pela oposição institucional após 1968 seguiu os rumos da crítica às políticas do governo e não os da contestação ao regime.

Quanto aos focos militaristas de esquerda, há informações de que, desde o início do ano de 1970, suas ações estavam em declínio. Ainda em janeiro, os organismos

²² *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1971.

²³ O fato da liberalização não ser desencadeada durante o governo Médici, auge dos indicadores positivos na economia, levou o senador Jarbas Passarinho ao seguinte depoimento: “o único reparo que me ocorreria fazer está em não ter o presidente Médici promovido a abertura política ao fim de seu mandato. Vivíamos, então, os efeitos salutares de uma economia de prosperidade, um desenvolvimento auto-sustentável, com índices superiores (...)”. SCARTEZINI, A.C. *Segredos de Médici*. São Paulo: Marco Zero, 1985, p.10.

²⁴ CAMPOS, Roberto. *Instituições políticas*, *Op.cit.*, p.30.

²⁵ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1969.

policiais e militares incumbidos da segurança interna anunciaram o êxito das medidas repressivas. A Operação Bandeirante (OBAN) – centro de investigações e tortura criado em 1969 pelo Exército, com financiamento de grandes empresários nacionais e internacionais –, que a coordenava e integrava as ações dos órgãos de combate às organizações armadas de esquerda durante o regime autoritário dava como praticamente extintas as ações organizadas por tais grupos.²⁶ A avaliação dos órgãos de segurança teve grande repercussão na imprensa, como podemos observar no editorial do *Jornal do Brasil*, segundo o qual

não há como negar que todos os retrocessos políticos nas tentativas de reintegrar o Brasil no seu destino democrático acusavam a presença da subversão (...). Assim, o anúncio do êxito da Operação Bandeirantes transcende o sentido da operação repressiva para adquirir dimensão política, capaz de marcar o fim do processo que nos arrastou às vicissitudes antidemocráticas. Estancada esta fonte de inquietação e de anormalidade política pode-se não apenas esperar como pleitear em maior segurança uma escalada democrática.²⁷

Em palestra na ESG em agosto de 1970, a equipe do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) confirmou o diagnóstico sobre as organizações de esquerda no Brasil. A capacidade de ação da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e da Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares), as mais ativas organizações, estava enfraquecida quanto à quantidade de seus membros. As duas organizações teriam no máximo, em conjunto, aproximadamente 300 militantes e simpatizantes.²⁸ Como a tendência ao controle da esquerda armada se acentuou, Roberto Campos, em palestra na ESG em setembro de 1971, anunciou o progresso alcançado na exigência dos pré-requisitos da normalização: a “contenção da guerrilha revolucionária e a diminuição da intensidade do terrorismo urbano”. Todavia, o ex-ministro, não sabia se tratava-se de um “recuo tático ou de real esgarçamento do movimento subversivo”.²⁹ Nessa ressalva estão os argumentos que continuaram a sustentar a posição de manutenção das atividades repressivas após o desencadeamento da liberalização em 1974. A confirmação dos resultados positivos sobre as forças da esquerda armada não deveria significar a desestruturação do trabalho das forças de segurança. Em janeiro de 1970, a OBAN havia comunicado que os “inimigos não

²⁶ *O Estado de São Paulo*, 6 de janeiro de 1970.

²⁷ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1970.

²⁸ EQUIPE do CENIMAR. Atuais movimentos subversivos no Brasil. Conferência proferida na ESG em 13 de agosto de 1970.

²⁹ CAMPOS, Roberto. *Instituições políticas*, Op. cit., p.29.

teriam a menor possibilidade de rearticulação se o governo mantivesse a mesma linha de comportamento”. Em contrapartida, advertia, se a ação repressiva fosse atenuada, os comunistas reimplantariam o clima de intranqüilidade em todo o território nacional.³⁰

Ao lado da redefinição das regras do regime e dos procedimentos de participação, é preciso considerar a atuação do aparelho repressivo do Estado, pois a escolha da força como meio privilegiado para obter obediência às normas políticas exigiu que os órgãos de segurança ocupassem um lugar de destaque. Se estabelecermos uma hierarquia entre os componentes institucionais da estrutura repressiva de acordo com a responsabilidade de conter a contestação à ordem autoritária, verificaremos que os serviços secretos se encontravam em primeiro plano em comparação à Justiça Militar, à Lei de Segurança Nacional e à censura. Detentores dos segredos vitais do Estado, os órgãos de inteligência constituíram no Brasil pós-64 um dos núcleos centrais do poder e sua montagem e comando ficaram sob responsabilidade dos militares. Os diversos órgãos da polícia política constituíram a comunidade de inteligência, onde se destacava o Serviço Nacional de Informações (SNI), comandado por oficiais-generais do Exército. O SNI não era um órgão executante, porém o mais importante órgão de informação pelas prerrogativas de que dispunha para vigiar e acompanhar áreas da sociedade civil, política e do próprio aparelho de Estado, incluindo os serviços de inteligência das Forças Armadas espalhados por diversas regiões do país.³¹

Conectada aos três ramos das Forças Armadas, criou-se também uma rede de serviços secretos com unidades especializadas: Centro de Informações do Exército (CIE), Destacamento de Operações de Informações (DOI) / Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) pertencentes ao Exército, Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e Centro de Informações da Aeronáutica (CISA). A forma como os organismos de repressão executavam suas ações provocou impacto em setores da sociedade e na estrutura da autoridade militar. O desgaste das corporações com denúncias de torturas e desaparecimentos de presos políticos foi o capítulo mais visível dessa história de violência do Estado. Uma questão de menor transparência diz respeito à erosão da hierarquia militar provocada pela maior autonomia conquistada pelos órgãos de repressão de acordo com a importância assumida no combate à contestação

³⁰ *O Estado de São Paulo*, 6 de janeiro de 1970.

³¹ STEPAN, Alfred. *Os Militares: Da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

aos governos. A rivalidade e a competição pelas informações, bem como a necessidade de segredo nas operações e de rapidez nas investigações, levavam os organismos a rejeitar a cadeia oficial de comando à qual deveriam submeter-se e prestar contas. Documentos do SNI produzidos no governo Geisel (1974-1979) evidenciam que faltava “coordenação entre os centros de informações militares ou até mesmo entre o CIE e os DOI/Ex”.³² Relatos de Geisel dão conta de que o CIE sonegava informações ao SNI, dificultando o acompanhamento das operações que deveriam ser comunicadas ao presidente. Criado por Costa e Silva em 1967 à semelhança do que existia na Marinha com o CENIMAR e na Aeronáutica com o CISA, o CIE tornou-se o órgão mais poderoso do aparato repressivo. Sua criação, no entanto, foi um erro, diria Geisel, pois levou a uma superposição, abrindo-se “um processo de descentralização que ia permitir que as ações particulares ou isoladas desenvolvidas por esses órgãos fugissem ao controle da Presidência”.³³ Por causa da autonomia adquirida tanto no Estado como na própria corporação, o general Golbery do Couto e Silva chegou a declarar que a comunidade de segurança se tornara perigosa no final de 1973. Em uma série de entrevistas concedidas a Alfred Stepan sobre os motivos da liberalização no Brasil, o idealizador e criador do SNI disse que a autonomia e a radicalização das forças de segurança, originadas da campanha antiguerrilha de 1969-72, apresentavam uma dupla ameaça aos militares. Os perigos da dominância da comunidade de segurança encontravam-se na possibilidade de “fragmentação” dos militares e de “distanciamento cada vez maior entre as forças fundamentalmente moderadas da sociedade brasileira e os militares brasileiros”.³⁴

A violência praticada pelos órgãos repressivos do Estado sempre foi cultivada pelos dirigentes militares, situando-se no centro da estratégia para consolidar o autoritarismo, cujo propósito era desmobilizar e despolitizar a sociedade. A violência atingiu formas extremas de ilegalidade, chegando a adquirir traços que a aproximasse do terrorismo totalitário entre 1969 e 1973. O Estado expandiu o perfil policial no controle da sociedade e os indivíduos perderam por completo as garantias legais, ficando desprotegidos ante as ameaças dos aparatos de segurança que não conheciam limites para as suas operações. A falta de controle dessa estrutura paralela de poder,

³² CASTRO, Celso. “As Apreciações do SNI”. In: CASTRO, C. e D’ARAUJO, M. C. (orgs.). *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2002, p. 52.

³³ D’ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs.). *Op. cit.*, p. 228.

³⁴ STEPAN, Alfred. *Op. cit.*, p. 48.

apontada pelas declarações de Geisel e Golbery, ficou mais visível após 1969, quando foram ampliadas as atividades de planejamento e execução das tarefas repressivas para conter os opositores, sobretudo a esquerda armada.

Apesar do enfraquecimento das ações militaristas de oposição, os organismos do aparato de segurança como a OBAN pediram a continuidade das ações repressivas para que a esquerda armada se reorganizasse. O presidente Médici, em aula inaugural na ESG, em janeiro de 1970, proferida logo após a comunicação, no mesmo mês, dos êxitos da OBAN, exaltou os “agentes injustiçados de segurança que enfrentavam o perigo aberto da contestação” e afirmou que, no “atendimento da tranquilidade (...) até que esteja seguro de que o terrorismo não mais perturba o esforço nacional pelo desenvolvimento, usaria, em plenitude, os poderes que a Constituição colocara em suas mãos.”³⁵ Os poderes que a Constituição de 1967 colocou à disposição de Médici eram bem superiores aos dos presidentes anteriores. Mais do que em qualquer outro período, a ordem institucional (AI-5) sobrepuja-se à ordem constitucional, modificada e outorgada pela Emenda Constitucional n. 1, de outubro de 1969, quando foi ampliada no texto a noção de segurança nacional,³⁶ refletindo a prioridade em fortalecer o aparato repressivo voltado para a defesa da segurança interna. Para enfrentar o dilema da coexistência das duas ordens jurídicas, o deputado federal Etelvino Lins (Arena-PE) defendeu a reforma da Constituição e propôs, em agosto de 1971, a incorporação do AI-5 e de toda legislação excepcional ao texto constitucional, transformando-a em medida permanente, mas de aplicação transitória, como o estado de sítio. Dessa forma, retirando-se o caráter de excepcionalidade desse instrumento, propiciar-se-ia a institucionalização da “revolução” com a manutenção do nível de segurança e, conseqüentemente, a normalização da situação política nacional.³⁷ A proposta de Etelvino Lins, visando legalizar o autoritarismo, era apenas uma entre as várias que alimentaram o debate político da época. Em conferência na ESG em julho de 1971, o líder do governo na Câmara dos Deputados, Geraldo Freire (Arena-MG), não considerou oportuna a construção de um novo modelo, pois, para ele, o modelo estava pronto e “tinha por base a Constituição que era a revolução de 1964 institucionalizada”.

³⁵ MÈDICI, Garrastazu. “Aula inaugural na ESG” em 10 de março de 1970, p.20.

³⁶ BORGES, Nilson de. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos Militares”. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. de A. N. (orgs.). *O Tempo da Ditadura: Regime Militar e Movimentos Sociais em Fins do Século XX – O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol. 4.

³⁷ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 de 1971.

Um dos pontos desse modelo referia-se à organização partidária. Freire afirmou que “tudo contribui para que, sob a égide da Constituição e das leis, tenhamos confiança na nossa organização partidária (...)”.³⁸ A manutenção do sistema bipartidário – implantado em 1966, a de acordo com o AI-2, que extinguiu o sistema partidário construído a partir de 1946 –, porém dinamizado, era também aconselhada por Roberto Campos que propôs, durante palestra na ESG, em agosto de 1971, a restauração da Constituição de 1967 como meio de melhorar a institucionalização política e preservar o sistema revolucionário. Para responder esse último objetivo, “deveria-se incorporar o que havia de existencialmente necessário no AI-5”.³⁹ Já o comandante da ESG, general Rodrigo Otávio, utilizava o termo “imobilismo constitucional” para caracterizar a situação política brasileira e propunha conciliar a existência de segurança com a redução do coeficiente de arbítrio.⁴⁰ E Pereira Lopes (Arena-SP), presidente da Câmara dos Deputados, não desejava misturar “constituição” com “ato”, preferindo que o decurso do tempo tornasse o último extinto em favor de uma Constituição sem exceção. Em palestra na ESG em setembro de 1971, o deputado sugeriu que se compreendesse o AI-5 como medida de exceção que não podia aspirar à permanência.⁴¹

Diversas propostas para reorganizar o regime estavam em debate no governo Médici. Nesse contexto, devemos pensar o resgate do projeto de distensão política, considerado neste trabalho uma estratégia amadurecida e articulada que visava amenizar o grau de coerção, mas garantindo a continuidade do autoritarismo.⁴² Inicialmente, é preciso reconhecer que a vontade de Médici foi determinante na escolha de Geisel para sucedê-lo na Presidência da República.⁴³ A iniciativa de Médici teve origem em janeiro de 1971, quando o presidente se reuniu com colaboradores próximos – entre eles o general João Batista Figueiredo, chefe do Gabinete Militar – e juntos

³⁸ SILVA, Geraldo Freire de. “Organização e dinâmica partidária”. Conferência proferida na ESG, em 27 de julho de 1971, p.24.

³⁹ Roberto Campos afirmou que seu “modelo parecia preferível às alternativas veiculadas na discussão corrente, a saber: (1) a teoria das ordens paralelas, que aceitava uma coexistência indefinida de duas ordens conflitantes – a ordem constitucional e a ordem institucional; (2) a teoria da institucionalização do arbítrio, que a tanto equivaleria o simples enxerto do Ato Institucional nº 5 no corpo constitucional; (3) a teoria da reversão romântica, que faria *tabula rasa* das construções jurídicas da revolução, advogando o retorno irrealista à democracia formal de antanho”. CAMPOS, Roberto. “Institucionalização política nos países em desenvolvimento” (2ª parte), palestra realizada na ESG em 26 de agosto de 1971, p.22.

⁴⁰ Citado em CAMPOS, Roberto, *Instituições Políticas...* (2ª parte), *Op. cit.*, p.49.

⁴¹ LOPES, Pereira. “O Poder Legislativo. A Câmara dos Deputados”. Conferência proferida na ESG em setembro de 1971, p.23.

⁴² CARVALHO, Aloysio Castelo de. “Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário”. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 48, nº 1, 2005.

⁴³ D’ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs.). *Op. cit.*, p. 258.

aprovaram a candidatura de Geisel, um nome nacional que supostamente preservava a unidade militar. A partir dessa data até sua posse em janeiro de 1974, Geisel contou com um círculo íntimo de colaboradores que estabeleceu contatos com a área militar, o governo e setores do sistema político e da sociedade civil, formulando questões sobre as mudanças na organização do Estado. Enquanto o general Golbery entrava em contato com o empresariado, o ministro de Exército general Orlando Geisel e o general João Batista Figueiredo movimentavam-se dentro da burocracia militar do governo. Desse núcleo irradiador da proposta de distensão do regime também fizeram parte, entre outros, o marechal Cordeiro de Farias, ministro do Interior no governo Castelo, além de Heitor Ferreira de Aquino que era ligado por laços de amizade a Roberto Campos e foi assistente de Golbery no SNI e assistente de Geisel na Petrobras.⁴⁴

Se no plano intragovernamental ocorreu uma articulação de apoio a Geisel, no plano institucional militar a ESG promoveu debates sobre o modelo político. Responsável pela preparação ideológica e técnica dos quadros militares e civis que assumiram posições dirigentes no Estado após 1964, a ESG tornou-se, durante o governo Médici, um centro de aferição e difusão de propostas no campo político-institucional. Atores comprometidos com o regime – parlamentares, autoridades do Executivo e militares – apresentaram as diferentes visões para institucionalizá-lo, dividindo-se entre a permanência e a extinção do AI-5. Embora restrito, o debate acabou ultrapassando os marcos da instituição militar e, em alguns momentos, ganhou repercussão na imprensa. Foi o caso, por exemplo, da palestra do ministro da Justiça Alfredo Buzaid na ESG em julho de 1970. Ele via como improvável a incorporação do AI-5 à Constituição e defendia a manutenção das duas ordens, a constitucional e a institucional.⁴⁵ No dia seguinte a esta declaração, o editorial do *Jornal do Brasil*, referindo-se a ela, respondeu:

⁴⁴ GASPARI, Helio. *Op. cit.*

⁴⁵ Héglio Trindade vê em Buzaid um dos representantes da corrente integralista que teria compartilhado o poder no governo Médici. O autor detecta a existência de uma nova tentação fascista, possibilitada pela formação de uma atmosfera favorável à ação de radicais de direita. Sua origem estaria no vácuo político formado após a rápida queda de Goulart e nas disputas internas pelo poder pós-64 entre os moderados da "Sorbonne", representados pelo presidente Castelo, e a "linha dura" comandada pelo ministro da Guerra Costa e Silva, que acabou liberando o avanço das forças repressivas após o AI-5. A tentação fascista representaria a ruptura com a base civil udenista ocorrida após a doença de Costa e Silva, quando se decidiu que uma junta militar assumiria o poder. TRINDADE, Héglio. "O Radicalismo Militar em 64 e a Nova Tentação Fascista". In: SOARES, G. A. D. e D'ARAUJO, M. C. (orgs.). *21 Anos de Regime Militar: Balanços e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1994.

[...] que o movimento militar que pôs fim ao governo Goulart foi concebido e posto em prática de acordo com a tradição política brasileira, com o objetivo precípua de restaurar a ordem no país, francamente ameaçada. Por esse motivo o movimento de março de 1964 teria contado com o apoio da opinião pública. Como decorrência, a palavra revolução teria uma inequívoca conotação de transitoriedade, o que implicava a ideia de instabilidade. O caminho da estabilidade seria o contrário do permanente estado revolucionário.⁴⁶

Questões como o tempo de intervenção das Forças Armadas, avaliação da conjuntura econômica, segurança do Estado, incluindo as atividades da esquerda armada, e modelo político adquiriram prioridade na agenda de discussão da ESG, contribuindo para a constituição de um campo de forças que não questionava o modelo burocrático-autoritário. A divergência central dava-se em torno das proposições de manter o regime fechado politicamente (linha dura) ou continuar com o regime, mas reduzir o coeficiente de arbítrio, pois “o arbítrio excessivo, segundo Roberto Campos, passa a ser uma disfunção pela diminuição de insumos informativos e críticos”.⁴⁷ Em conferência na ESG, em agosto de 1971, o ex-ministro propôs que o Estado adotasse a seguinte estratégia:

[...] A estratégia proposta é a do gradualismo no desenvolvimento político, ou seja, a teoria da descompressão controlada, a que se referiu Arpad von Lazar. Baseia-se ela no conceito de que não há democracia sem correr riscos, cingindo-se o problema de restauração democrática a aceitar riscos calculados sem incorrer em riscos apocalípticos. Procurar-se-á ajustar o ritmo desejável de aumento de participação popular ao incremento possível do grau de institucionalização política.⁴⁸

Para a linha de pensamento de Roberto Campos, que defendera na ESG em junho de 1970 a diminuição do componente de coação,⁴⁹ convergiam outras declarações surgidas no âmbito do sistema político e da sociedade civil. O senador Milton Campos já havia tornado público, em discurso feito no Congresso Nacional, uma posição divergente em relação à decretação do AI-5. O governador da Bahia Luiz Viana Filho, chefe da Casa Civil no governo Castelo, pregava a "retomada

⁴⁶ Transitório e permanente. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 de julho de 1970, p. 4.

⁴⁷ Citação feita pelo deputado da Arena Etelvino Lins Albuquerque, que resgatou o pensamento de Roberto Campos. Ver “Etelvino acha clima propício para conciliação”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1972, p. 3.

⁴⁸ CAMPOS, Roberto. Conferência realizada na ESG em 26 de agosto de 1971.

⁴⁹ “Nosso objetivo deve ser, portanto, diminuir o componente de coação, substituindo-o pelo de informação, e legitimando o sistema pela reconciliação democrática”. CAMPOS, Roberto, palestra na ESG realizada em 9 de junho de 1970.

democrática" ⁵⁰ e o marechal Cordeiro de Farias, um dos líderes do movimento de 1964, demandava a redução da coerção estatal. Em palestra na ESG em março de 1970, o ex-ministro do Interior de Castelo fez críticas ao desfecho da crise de 1968 e afirmou que o “AI-5 afastava da Revolução uma grande e numerosa classe que pelo menos moralmente ficou sem situação para defendê-la.”⁵¹

As declarações dos protagonistas do autoritarismo que se tornaram de domínio público, somadas à articulação do grupo intragovernamental de apoio à candidatura de Geisel, são claros sinais de que a dinâmica do processo político no governo Médici foi marcada por disputas em torno da sucessão e por intensas polêmicas sobre o modelo político a ser institucionalizado. Mostram também que alguns segmentos próximos aos centros de poder defendiam uma clara estratégia de resistência aos rumos que o Estado tomara após a decretação do AI-5. Ao questionar a manutenção de um tipo de autoritarismo mais dependente do apoio das Forças Armadas, que desacreditava por completo as tradicionais mediações institucionais, a corrente mais moderada acabou galvanizando opiniões que ultrapassavam as fronteiras do aparelho de Estado. Alguns representantes da imprensa liberal, que apoiaram o golpe em 1964, pronunciaram-se sobre a evolução do regime. Apesar da forte censura à qual estavam submetidos, construíram um discurso de aproximação com os grupos favoráveis à diminuição do grau de coerção estatal. Foi o caso do *Jornal do Brasil* que, embora não contestasse a ordem instituída, adotou uma linha editorial que procurava ampliar o exíguo campo de crítica a um regime que perdera as referências legais. O jornal adotou uma estratégia discursiva de resistência ao autoritarismo inaugurado após a decretação do AI-5. Exaltou o compromisso original dos dirigentes militares, argumentando que a defesa do Estado de Direito permitira o acordo entre as Forças Armadas e setores da sociedade na deposição de Goulart. Nos textos do *Jornal do Brasil* sobressaía a ideia de que o caminho para se encontrar a estabilidade política exigia a garantia dos direitos dos indivíduos e o reconhecimento das tradicionais instituições representativas da opinião

⁵⁰ “Luís Viana quer líderes na luta pela democracia”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1971, p. 3.

⁵¹ “Examinando, de início, o caso Márcio, que tantos prejuízos causou e está causando ao Brasil, no seu caminho para a redemocratização (...) Nesse episódio, faltou ao Poder Executivo iniciativa agressiva mas construtora (...) E me indago, em termos de Brasil, sem poder responder, quais as vantagens daquela medida. Ao contrário, pesaroso, percebo que nosso Movimento, sem compreender a guerra, fez o jogo do inimigo (...)”. FARIAS, Cordeiro de. Palestra realizada na ESG em 31 de março de 1970, p. 11.

pública contempladas na cultura liberal-democrática. O jornal que utilizamos como uma das fontes do trabalho, não apenas espelhou uma luta interna que se travava nos bastidores do Estado entre as diversas tendências em disputa pela sua direção. Ele acabou por ser um campo produtor de significados correspondentes às demandas dos atores que viam na diminuição do grau de autoritarismo sobre a imprensa, os partidos, as eleições e o Legislativo o primeiro passo para caminhar no sentido de um Estado mais controlado pela sociedade, prescindindo, assim, da intervenção militar direta na vida política.

Formulada em um contexto de crescimento econômico do país e de maior retração das instituições da sociedade civil diante do Estado, a estratégia de distensão explica-se, sobretudo, pelos antecedentes ideológicos da cultura política e dos diversos atores,⁵² cujos componentes liberais se manifestaram até mesmo no discurso adotado pelos dirigentes militares comprometidos com a ideia de uma democracia forte. Esta deveria ser instrumentalizada com as necessárias salvaguardas de defesa do Estado, afinal não se poderiam esquecer os riscos e desafios enfrentados no último período democrático durante o governo Goulart. Todavia, permanecia o compromisso de se construir um regime que mantivesse pontos de contato com os princípios da ordem liberal. Os dirigentes militares perceberam limitações no autoritarismo instituído após a crise de 1968, principalmente os integrantes do grupo que assumiu maiores responsabilidades no governo Castelo, do qual fizeram parte Geisel e Golbery. Identificados como a corrente mais moderada, eles mostraram intenções de estruturar um Estado que buscasse algum fundamento de sua legitimidade também no desempenho eleitoral. Os dirigentes foram influenciados pelo pensamento de que deveriam reativar os mecanismos eleitorais e partidários em torno dos quais os regimes políticos no mundo ocidental democrático comumente adquirem a base de sua legitimidade. Com esse objetivo deve ser compreendida a ascensão de Geisel à Presidência, que representaria a retomada, em linhas gerais, do projeto castelista⁵³ idealizado no primeiro governo. O objetivo que se esboçava, portanto, continuava a ser

⁵² Ao discutir a liberalização política, Bolívar Lamounier enfatiza a força da tradição liberal e pluralista do sistema político brasileiro. LAMOUNIER, Bolívar. “O Brasil Autoritário Revisitado: O Impacto das Eleições sobre a Abertura”. In: STEPAN, A. (org.), *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁵³ Ao esclarecer o processo sucessório no governo Médici e o surgimento de sua candidatura, Geisel reconhece a existência de uma corrente castelista, da qual fariam parte Golbery, Luiz Viana e Roberto Campos. D’ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs.). *Op. cit.*, p. 257.

o da institucionalização de um regime que anunciava medidas liberalizantes, mas as condicionava à consolidação do projeto autoritário.⁵⁴

Procurei defender a ideia de que a proposta de liberalização do regime estava presente no universo ideológico dos dirigentes e sua implementação, a partir de 1974, resultou do conflito interno de um sistema de poder orientado pela concepção de que o autoritarismo garantiria as condições para a expansão econômica capitalista. Baseados na Doutrina de Segurança Nacional, os dirigentes criaram um Estado de controle repressivo que, no decorrer dos sucessivos governos militares, estrangulou as antigas estruturas institucionais representativas herdadas do modelo liberal democrático. A retomada da liberalização no âmbito da liderança militar e civil autoritária vai ao encontro da linha de abordagem que enfatiza a autonomia do núcleo dirigente e sua capacidade de assumir a iniciativa das mudanças, manifestada nas articulações da candidatura de Geisel e na consciência de que, para além da eficácia econômica conseguida nos início dos anos 70, emergia o problema da legitimidade⁵⁵ das regras políticas.

A revitalização dos mecanismos representativos clássicos, eleitorais e partidários não refletiu modificações no equilíbrio de forças entre a oposição e os protagonistas do regime, mas teve sua origem na luta intragrupos dirigentes ocorrida no período mais repressivo do ciclo militar inaugurado em 1964. Aceitar, todavia, que a liberalização foi originalmente desencadeada em função das dificuldades do regime em resolver suas contradições internas⁵⁶ não significa negar a presença do fator pressão por parte da oposição. Mas, sim, dimensionar seu tempo de entrada no cenário político e

⁵⁴ Na análise da documentação do Arquivo Geisel sobre o Ministério da Justiça, cujo titular era Armando Falcão, D'Araujo nota que, antes da posse, havia a "nítida preocupação do futuro ministro em desenvolver ações que permitissem o aprimoramento da 'Revolução' e que reforçassem os instrumentos para o controle do governo sobre a oposição". "O ministério após a posse de Geisel assumiu uma linha de ação no sentido de consolidar a 'Revolução'"; para tanto deveria promover a institucionalização da "Revolução através de uma reforma da Constituição que produzisse um modelo político brasileiro". Isso significava a manutenção e o aprimoramento do bipartidarismo, o fortalecimento da Arena e a instrução de seus quadros para serem mais agressivos no Congresso na defesa do governo. D'ARAÚJO, Maria Celina. Ministério da Justiça, o Lado Duro da Transição, in CASTRO, C. e D'ARAÚJO, M. C. (orgs.), *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2002, p. 26 e 35.

⁵⁵ Segundo Geisel, "Um presidente, agora, não vai poder se apoiar exclusivamente nas Forças Armadas. Nem nos políticos. [...] Bom era no tempo dos reis. O problema da legitimação era simples [...] Depois inventaram esse negócio de povo". Pensamentos de Geisel registrados no diário de Heitor Ferreira, 16 de fevereiro e setembro de 1972. GASPARI, Helio. *Op. cit.*, p. 233.

⁵⁶ MARTINS, Luciano. "A Liberalização do regime Autoritário no Brasil". In: O'DONNELL, G., SCHMITTER, P. e WHITEHEAD, L. (eds.). *Transições do regime Autoritário: América Latina*. São Paulo: Vértice, 1988.

sua influência sobre o ritmo e o alcance das medidas iniciadas em 1974. Somente após o anúncio da liberalização feito pelo presidente Geisel, as lideranças da oposição e as instituições da sociedade civil assumiram uma postura mais ativa, no sentido de exercer a crítica ao regime e incentivar a participação popular. A debilidade das forças comprometidas com a democracia⁵⁷ contribuiu para uma transição que se estendeu por um longo tempo, ficou sob relativo controle da cúpula militar e desaguou em um compromisso político conservador, garantindo a presença das elites dissidentes do regime autoritário no comando do primeiro governo civil após as Forças Armadas se retirarem do poder, quando teve início a Nova República (1985-1990).

A distensão/abertura distinguia-se do projeto de democratização da oposição. As medidas liberalizantes iniciadas por Geisel estavam condicionadas à institucionalização de um tipo de regime pós-autoritário com restrições democráticas. No projeto de distensão/abertura enquadrava-se a manutenção das ações das forças de segurança, mais controladas pela cúpula militar. A retirada das Forças Armadas da direção do Estado implicaria a sua substituição por um esquema civil de confiança baseado no partido do governo, de modo a preservar os interesses institucionais das corporações. Como integrantes do aparelho de Estado, os militares deveriam continuar a exercer sua influência sobre o sistema político, a fim de garantir a institucionalização de um poder voltado para moderar a participação popular na constituição dos governos e na formação das suas decisões.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 4. ed., Petrópolis (RJ): Vozes, 1987.
- BORGES, Nilson de. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos Militares”. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. de A. N. (orgs.), *O Tempo da Ditadura: Regime Militar e Movimentos Sociais em Fins do Século XX – O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol. 4.
- CARVALHO, Aloysio “Castelo de. Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário”. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 48, nº 1, 2005.

⁵⁷ É esclarecedora a observação de Werneck Vianna, segundo a qual o processo de transição à democracia revelou os efeitos da modernização autoritária conduzida pelo regime militar. O autor refere-se à degradação da esfera pública: “Chega-se à democracia política sem cultura cívica, sem vida associativa enraizada, sem partidos de massa e, mais grave ainda, sem normas e instituições confiáveis para garantias de reprodução de um sistema democrático”. WERNECK VIANNA, Luiz. “República e Civilização Brasileira”. In: BIGNOTTO, N. (org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 150.

- CASTRO, Celso. “As Apreciações do SNI”. In: CASTRO, C. e D’ARAUJO, M. C. (orgs.), *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2002.
- CYSNE, Rubens Penha. “A economia brasileira no período militar”. In: SOARES, G. A. D. e D’ARAUJO, M. C. (orgs.), *21 Anos de Regime Militar: Balanços e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1994.
- D’ARAUJO, Maria Celina. “Ministério da Justiça, o Lado Duro da Transição”. In: CASTRO, C. e D’ARAUJO, M. C. (orgs.), *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2002.
- _____ e CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997.
- FARIA, Vilmar. “Desenvolvimento, Urbanização e Mudanças na Estrutura do Emprego: A Experiência Brasileira dos Últimos Trinta Anos”. In: SORJ, B. e ALMEIDA, M. H. T. de (orgs.). *Sociedade e Política Pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- FICO, Carlos. *Além do Golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FLEISCHER, David. “Manipulações Casuísticas do Sistema Eleitoral durante o Período Militar, ou como Usualmente o Feitiço se Volta contra o Feiticeiro”. In: SOARES, G. A. D. e D’ARAUJO, M. C. (orgs.). *21 Anos de Regime Militar: Balanços e Perspectivas*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 1994.
- GASPARI, Helio. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- LAMOUNIER, Bolivar. “O Brasil Autoritário Revisitado: O Impacto das Eleições sobre a Abertura”. In: STEPAN, A. (org.), *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- MARTINS, Luciano. “A Liberalização do regime Autoritário no Brasil”. In: O’DONNELL, G.; SCHMITTER, P. e WHITEHEAD, L. (eds.). *Transições do regime Autoritário: América Latina*. São Paulo: Vértice, 1988.
- O’DONNELL, G. e SCHMITTER, P. *Transições do Regime Autoritário: Primeiras Conclusões*. São Paulo: Vértice, 1988.
- PESSANHA, Charles. “O Poder Executivo e o Processo Legislativo nas Constituições Brasileiras: Teoria e Prática”. In: VIANNA, L. W. (org.). *A Democracia e os Três Poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2002.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Crônica do Autoritarismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- STEPAN, Alfred. *Os Militares: Da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- TRINDADE, Héliogio. “O Radicalismo Militar em 64 e a Nova Tentação Fascista”. In: SOARES, G. A. D. e D’ARAUJO, M. C. (orgs.). *21 Anos de Regime Militar: Balanços e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1994.

WERNECK VIANNA, Luiz. “República e Civilização Brasileira”. In: BIGNOTTO, N. (org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

A posição de classe do proletariado diante da anistia

João Ferreira*

O 30.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem [1978] foi comemorado com manifestações em defesa da anistia em todo o mundo. Reclamou-se a liberdade tanto para os contrarrevolucionários e agentes da CIA como para os combatentes da causa do socialismo. E no Brasil também a bandeira da anistia transformou-se definitivamente numa “causa nacional”. Ouvimos vozes em defesa da anistia por todos os cantos, desde reuniões do Conselho Brasileiro de Anistia até em assembleias sindicais. As lideranças democráticas da burguesia têm enfatizado a necessidade dessa medida com uma insistência assombradora.

O problema torna-se importante e muito grave quando este ponto de vista democrático ganha vários setores da Esquerda; sobretudo quando estes setores são responsáveis diretos pela penetração desse ponto de vista no meio operário. Referimo-nos aqui à bandeira da “anistia ampla, geral e irrestrita”, que encontramos assinalada em várias plataformas e na agitação das Esquerdas.

Procuramos, aqui, retomar o ponto de vista marxista diante da anistia, tendo em vista a necessidade de a classe operária posicionar-se *como classe* face a este problema que se transformou em “causa nacional”.

Nada melhor, então, do que começar por um estudo das posições de Marx a respeito do assunto.

Marx sobre a Anistia

Observações de Marx acerca da anistia são encontradas em resoluções do Conselho da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)¹ e na sua correspondência com Engels.

* Pseudônimo de Eduardo Navarro Stotz, sociólogo e historiador, pesquisador na área de Saúde Pública. Artigo publicado originalmente em *Marxismo Militante*, revista teórica da organização socialista Política Operária (Polop).

¹ Associação Internacional dos Trabalhadores ou 1ª Internacional, fundada em 1864 e dissolvida em 1876.

Apoiando a anistia política aos “patriotas irlandeses” encarcerados pelo governo britânico, a AIT diz, em uma das suas resoluções, “que (Mr. Gladstone & Cia) entorpecem a anistia política com condições que degradam por igual as vítimas do desgoverno e ao povo a que pertencem”.

Essa crítica à atitude do Ministro britânico com respeito à anistia irlandesa se inscreve numa posição de apoio à luta de libertação nacional da Irlanda do jugo colonial britânico. O movimento pela anistia era, assim, parte de um movimento nacional.

Na carta a Engels de 18 de novembro de 1869, porém, Marx ressalta o caráter de classe do movimento pela anistia irlandesa:

Quanto ao movimento irlandês da atualidade, há três fatores importantes: 1) oposição aos advogados e políticos profissionais e à adulação; 2) oposição à pregação dos padres, esse ilustres cavaleiros que foram traidores tanto nos tempos de O’Connell como em 1798-1800; 3) as ações da classe dos operários rurais nos últimos comícios contra a classe dos latifundiários (fenômenos similares em 1795-1800).

A 10 de dezembro, Marx se refere ao “movimento irlandês da atualidade”, o Irishman. Nesse ponto, o problema político concreto da anistia vai ficar bem claro:

O Ascenso do Irishman se deveu exclusivamente ao fechamento dos periódicos fenianos. (O Irishman) havia estado em oposição ao fenianismo. Luvie e outros do Irish People etc. são pessoas cultas, para quem a religião era um disparate. O governo (britânico) os encarcerou e logo vieram os Piggot & Cia. O Irishman somente desempenhará algum papel até que esta gente saia da prisão. Piggot o sabe e aproveitará para formar um capital político com discursos a favor dos “conspiradores convictos”.

Ou seja, a libertação do pessoal do Irish People era a exigência política principal da “anistia irlandesa”. Esse pessoal podia ocupar o lugar de vanguarda da luta nacional irlandesa, coisa impossível enquanto estivesse na prisão. Somente esse pessoal poderia fazer oposição aos advogados, políticos de profissão, padres etc. Em outros termos, tratava-se de trazer de volta à cena política a tendência que fizesse prevalecer no movimento nacional a luta da classe dos operários rurais.

Marx não separava a luta nacional irlandesa da sua base de classe. Na Irlanda, tratava-se de iniciar uma “revolução agrária”; por sua vez essa revolução abalaria a burguesia que estava coligada com a aristocracia rural e que tinha na Irlanda o seu baluarte.

A Situação Política no Brasil em 1978

Tal como Marx em 1869, nós devemos destacar os traços mais gerais da situação que vivemos no país, ou seja, verificar quais são os interesses de classe em jogo diante do problema da anistia.

A primeira observação diz respeito ao caráter geral da luta pela anistia. Diferentemente da situação abordada por Marx e pela AIT, no Brasil a anistia não se insere numa luta de caráter nacional, anticolonialista. A anistia é uma bandeira de luta que se insere no conflito entre burguesia e proletariado, sendo esta a contradição fundamental que foi aguçada com o golpe de abril de 1964. O divórcio estabelecido entre estas duas classes em abril de 1964 se aprofundou gravemente ao longo dos 15 anos de ditadura militar, *a tal ponto que uma reconciliação política tornou-se uma necessidade nacional da burguesia.*

Este é o traço distintivo, particular da luta pela anistia no Brasil de 1978: a própria burguesia se encarrega de levantar a bandeira da anistia, uma vez que, para esta classe, é fundamental a reconciliação com o proletariado e a grande massa de explorados de nosso país. Para a burguesia, é fundamental que os explorados venham depositar as suas esperanças na democracia, isto é, venham novamente se deixar iludir com o jogo parlamentar, e seguir os partidos que aceitem esse jogo.

Mas a burguesia precisa superar o fosso que a separa das massas – e *o único meio com que conta para isso é a anistia àqueles políticos capazes de levar as massas para o terreno da democracia que se avizinha.* A volta dos políticos cassados e exilados confiáveis, que não ponham em questão a propriedade e a segurança da burguesia, a volta das lideranças de massa *confiáveis* passa a ser uma exigência prática para a burguesia.

É evidente que seguimos vivendo sob a ditadura militar e a própria burguesia não pode descartar-se do regime sem exercer um controle político sobre as massas. Por isto, a burguesia quer uma anistia limitada, uma “anistia restrita” – que exclua os militantes da Esquerda e as lideranças operárias e camponesas presos e no exílio.

Que a burguesia consiga manter o movimento pela anistia nesses limites, vai depender da correlação de forças entre ela e todas as outras classes. Assim, é muito provável que, diante da radicalização das massas, a burguesia veja-se obrigada a estender a anistia até a torná-la “ampla, geral e irrestrita”, o que é reivindicado pelos

setores democráticos da pequena-burguesia e apoiado por várias Organizações de Esquerda.

A Posição de Classe do Proletariado

Ao proletariado interessa uma “anistia ampla, geral e irrestrita”?

Está claro que ao proletariado interessa a libertação dos militantes de Esquerda e de suas próprias lideranças, na medida em que essa reivindicação faz parte de sua própria causa, a causa da libertação do jugo do Capital. Contudo o proletariado não pode lutar para tornar a anistia mais “ampla” do que a pretendida pela burguesia. Em outros termos, ao proletariado interessa a libertação dos presos políticos e só. Os restantes, as lideranças de massa “confiáveis” para a burguesia, esta classe se encarregará de anistiar.

Este aspecto da questão escapa aos democratas pequeno-burgueses, uma vez que a sua concepção é a de que *todos* os punidos pela ditadura militar, todas as vítimas do “arbítrio” devem ter seus direitos políticos restabelecidos. Quer dizer, tanto os líderes burgueses no exílio ou cassados como os revolucionários torturados e presos.

Mas, este ponto de vista expressa os preconceitos democráticos da pequena-burguesia. O que a vanguarda do proletariado não pode deixar de fazer, contudo, é dizer claramente que se trata de *preconceitos*. E combater esses preconceitos significa não somente apontar a reivindicação justa – a libertação dos presos políticos – mas, igualmente e principalmente, apontar o verdadeiro objetivo da luta. Da mesma forma que Marx e a AIT defendiam a “anistia irlandesa” na perspectiva da derrubada do poder dos proprietários da terra na Irlanda, entre nós a bandeira de libertação dos presos políticos se insere na perspectiva da derrubada do poder da burguesia.

É claro que em termos da atualidade o proletariado não encontra forças para dar esta perspectiva à luta pela libertação dos presos. Contudo, ajudá-lo-á a tomar consciência do objetivo revolucionário se os comunistas procurarem esclarecer as massas das *distinções* do que *separa* a simples cassação de deputados ou iminentes personalidades da burguesia liberal da prisão, tortura e a assassínio dos militantes de esquerda. O que está em jogo não é o fim da “arbitrariedade” e sim o objetivo de luta. Ao lutarmos pela libertação dos combatentes revolucionários, o fazemos, sobretudo,

porque está em questão o regime *burguês*, que exigiu durante quinze anos uma organizadíssima máquina de repressão sobre os defensores da causa dos explorados.

Devemos separar nitidamente os presos acusados de reorganização dos partidos clandestinos, de pregar a insurreição e a derrubada violenta dos capitalistas e latifundiários como único meio de acabar com o seu reinado de exploração, dos Brizola, Alencar Furtado e Lysaneas Maciel, cujo objetivo é restaurar o diálogo entre as classes e por isso atentam apenas contra a *forma atual* de dominação da burguesia, mas não o domínio dessa classe.

A Verdadeira Finalidade da Luta

A bandeira da anistia é uma bandeira burguesa, ainda que sejam acrescentados os adjetivos “ampla, geral e irrestrita”. Como disse o líder da oposição burguesa, o Sr. Ulysses Guimarães, “todos estão de acordo com o substantivo e isso é fundamental”.

A bandeira da anistia arrefece a luta de classes. Quer queiram ou não os defensores da anistia, essa medida confere ao Estado Burguês o poder de perdoar os “criminosos políticos” de maneira a deixar intocado o julgamento dos verdadeiros criminosos e manter intacta a máquina burocrática que serviu à violência aberta da burguesia durante esses longos anos de ditadura militar.

Por esse caráter, a anistia é um ato político que se volta para a reconciliação entre as classes. Não por acaso tanto se tem dito na imprensa burguesa que a anistia é contra o revanchismo.

Ao proletariado não interessa o perdão, a reconciliação; interessa desvendar os milhares de vínculos que unem os atos repressivos da ditadura militar ao interesse da burguesia em preservar a sua dominação. Interessa, sobretudo, incriminar a burguesia, torná-la responsável pela prisão, torturas e assassinatos de milhares de militantes de esquerda, lideranças operárias e camponesas. Interessa o julgamento popular dos responsáveis por estes crimes – pois com isso se desvendará o papel do Estado, do “judiciário autônomo”, do poder Legislativo, das Forças Armadas.

A luta pela libertação dos presos políticos, a revogação de todos os processos políticos contra a esquerda, a revogação sumária da legislação de segurança nacional, a incriminação e o julgamento popular dos torturadores, tais são as reivindicações

políticas concretas que são diluídas ou abandonadas sob a bandeira geral da anistia. E são essas reivindicações políticas que educarão as massas, que lhes permitirão enxergar o caráter de classe do Estado e a compreender a necessidade de destruir o poder da burguesia.

Mesmo que essa luta não conduza por si só a uma situação revolucionária, mesmo que o proletariado não possa com as reivindicações políticas acima assinaladas colocar em xeque o poder da burguesia, é do seu interesse apresentá-las e lutar por elas, de modo a levar o mais longe possível a crise da ditadura militar.

Aos comunistas cabe tomar as lutas pela libertação dos presos etc. como ponto de partida para uma agitação revolucionária. Com respeito a esta questão é bastante elucidativa a posição de Rosa Luxemburgo em 1900-1901. Em *Reforma, Revisionismo e Oportunismo*, no capítulo que consagrou ao “Millerandismo francês”, Rosa critica a posição do Partido Socialista no episódio Dreyfus.

Para a finalidade do nosso artigo, basta lembrar que em 1894 o capitão de artilharia judeu francês Alfred Dreyfus foi acusado, por uma camarilha de oficiais monarquistas, de ter vendido segredos militares à Alemanha. Sob a bandeira do revanchismo contra a Alemanha e a corrupção que então assolava a república burguesa da França, esses oficiais pretendiam criar as condições políticas para desfechar um golpe militar. Dreyfus foi levado a conselho de guerra e condenado à prisão perpétua na Ilha do Diabo, na Guiana Francesa – para onde iam todos os inimigos da ordem burguesa. Em 1897 iniciou-se um movimento a favor da revisão do processo, o que foi recusado pelo Ministério da Guerra. Dentro em pouco, toda a França achava-se dividida entre amigos e adversários de Dreyfus. Ao seu lado estavam os republicanos radicais da burguesia e o partido socialista, o maior partido operário da época, filiado à II.^a Internacional.² Contra Dreyfus estavam os monarquistas, os clericais, os antisemitas, os militares. Dreyfus foi finalmente posto em liberdade em 1899 e a consequência política foi o desmantelamento do movimento monarquista na França.

² A II Internacional foi organizada em 1889 sob a liderança do partido socialdemocrata alemão. Apesar da defesa teórica do marxismo, progressivamente abandonou a perspectiva revolucionária para, finalmente, aderir à defesa dos “interesses nacionais” que opuseram a classe operária de um país a outro no contexto das disputas imperialistas que culminaram na 1ª Guerra Mundial (1914-1918). Os revolucionários, sob a liderança do Partido Socialdemocrata Russo, então na vanguarda da revolução soviética, convocaram a criação da 3ª Internacional em 1919. Para distinguir-se dos reformistas, passaram a adotar a denominação de partidos comunistas.

A crítica de Rosa se concentrava na aliança que os socialistas haviam firmado com os republicanos burgueses, a aliança que subordinava por completo os socialistas à defesa das instituições democráticas da burguesia. A posição do PS francês não ultrapassava na verdade a posição radical da burguesia: a defesa das instituições, da legalidade e do papel profissional das Forças Armadas. Para Dreyfus, os socialistas exigiam a “reparação moral”.

Se, para os amigos burgueses de Dreyfus, tratava-se exclusivamente de extirpar os excessos do militarismo, de suprimir a corrupção no exército, de saneá-lo, a luta dos socialistas devia dirigir-se contra as raízes do mal, contra o próprio exército permanente. E se, para os radicais, a reabilitação de Dreyfus e a punição dos culpados no caso eram o objetivo mesmo da agitação, o caso Dreyfus não podia ser, para os socialistas, senão o pretexto para suscitar a agitação em prol da formação de milícias. E somente neste caso, que a questão Dreyfus e os espantosos sacrifícios de Jaurès e seus amigos teriam podido, pela agitação, prestar ao socialismo, serviços enormes.

O que Rosa Luxemburgo reivindicava do Partido Socialista francês era a defesa consequente da verdadeira finalidade do movimento operário – a conquista do poder político, a qual poderia ser alcançada graças ao aproveitamento revolucionário das crises políticas que assolavam então a república burguesa na França. Tal deve ser também para nós a meta: tomar cada fato que traga à luz os crimes da ditadura militar como um pretexto para agitação pela supressão das Forças Armadas, em prol das milícias dos trabalhadores. É necessário aproveitar as denúncias que partem dos próprios meios liberais da burguesia, da grande imprensa, do clero progressista, para inculcar nas massas a ideia de que sem a supressão das Forças Armadas os crimes não somente continuarão impunes como voltarão a se repetir contra a classe operária e os trabalhadores; para tornar presente a ideia de que à violência do Estado burguês cabe contrapor a violência dos trabalhadores.

Nenhum Compromisso?

Em que pese contra nós a acusação de sectarismo, entendemos que ao proletariado não interessa levantar ou apoiar a luta pela “anistia ampla, geral e irrestrita” da pequena-burguesia democrática e tampouco a anistia restrita da burguesia liberal.

Como já afirmamos mais atrás, a bandeira de anistia é uma bandeira da reconciliação nacional entre classes inimigas, que arrefece a luta entre essas classes e favorece a transição da ditadura militar para a ditadura democrática da burguesia.

Não quer dizer que a conclusão seja a de que o proletariado deve manter-se à margem do movimento de anistia. Nada disso: o proletariado deve levantar as suas bandeiras e combater a diluição democratizante da anistia. E ali onde os democratas se mobilizem em defesa dos presos políticos, da revogação dos processos políticos contra a esquerda e a lideranças operárias e camponesas, os democratas devem ter o apoio do proletariado. A classe operária deve nesses casos lutar ao lado da pequena-burguesia e procurar atraí-la para o seu ponto de vista de classe. Essa luta comum não implica em nenhuma aliança especial. *Trata-se de uma coincidência política que o proletariado deve aproveitar para reforçar-se sem abdicar uma vírgula do objetivo de incriminar a burguesia e lutar pela destruição do seu poder.*

Fonte

Marxismo Militante, n. 6, fevereiro de 1979. Documento do Acervo Polop, sob a guarda do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais - LABELU, da Universidade Estadual de Feira de Santana, BA (<http://www.labelu-uefs.blogspot.com.br/>).